

ELIAS DOS SANTOS SILVA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA NO FILME
TROPA DE ELITE: O HOMEM COMO PREDADOR DO
PRÓPRIO HOMEM**

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - UCDB
CAMPO GRANDE - MS
2010**

ELIAS DOS SANTOS SILVA

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA NO FILME
TROPA DE ELITE: O HOMEM COMO PREDADOR DO
PRÓPRIO HOMEM**

Dissertação elaborada como requisito para a obtenção do Título de Mestre do Programa de Mestrado em Psicologia da Saúde da Universidade Católica Dom Bosco, sob a orientação da Profª. Dra. Sonia Grubits.

**UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO - UCDB
CAMPO GRANDE – MS
MARÇO - 2010**

A dissertação intitulada “REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA NO FILME TROPA DE ELITE: O HOMEM COMO PREDADOR DO PRÓPRIO HOMEM”, apresentada por Elias dos Santos Silva como exigência final para a obtenção do título de Mestre em Psicologia da Saúde à Banca Examinadora da UCDB, Campo Grande-MS, obteve nota _____, para aprovação.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Dra. Sonia Grubits (UCDB)
Orientadora

Prof^a. Dra. Heloisa Grubits (UCDB)
Convidada

Prof^a. Dra. Anita Guazzeli Bernardes (UCDB)
Convidada

Prof^a. Dra. Sônia Margarida G. Sousa (PUC-GO)
Convidada

Campo Grande-MS, _____ de _____ de 2009.

Dedico este trabalho a minha mãe, Joana dos Santos (in memorian), e a meu pai, José Nicodemo Silva (in memorian): isso, provavelmente, não faz mais qualquer sentido para vocês, mas, de qualquer forma, obrigado por terem sido e estado.

AGRADECIMENTOS

A Deus, criador de todas as coisas e esteio seguro e firme em que busco apoio e refúgio nos difíceis embates da vida.

À professora orientadora Sonia Grubits, pelas valiosas colaborações e dedicação com que sempre me agraciou.

Às professoras Heloisa Grubits e. Anita Guazzeli Bernardes, pelas observações e críticas pertinentes e esclarecedoras, que permitiram o redirecionamento da pesquisa.

Às professoras e professores do Mestrado em Psicologia da Saúde da UCDB: sua atuação é tão motivadora que me levou à decisão de cursar a graduação em Psicologia – saber, desde então, significa querer mais e mais.

Aos colegas de curso, pelas valiosas trocas intelectuais e experenciais que tanto nos enriqueceram.

Alea jacta est.

“Se gosto da vida? Mas é claro que sim! Aliás, não consigo viver sem ela.”

(E. S. S.)

RESUMO

O presente estudo promove uma análise das muitas formas de violência de violência encontradas no filme Tropa de Elite, do cineasta José Padilha, objetivando verificar quais as representações sociais de violência constatáveis junto aos quatro grupos enfocados na obra, a saber: o Batalhão de Operações Especiais (BOPE), a Polícia Militar convencional, os traficantes de drogas dos morros e os jovens universitários de classe média alta. O filme apresenta uma visão bastante próxima da atuação da polícia militar de elite do Rio de Janeiro em suas incursões contra os traficantes de drogas, o que traz à tona considerações sobre o relacionamento insuspeito entre determinados grupos sociais, o que acaba por gerar implicações que demandam uma série de reflexões e eventuais medidas e/ou iniciativas de contenção/repressão no âmbito governamental contra o tráfico de drogas sem que isso importe, obrigatoriamente, em ações letais, como se vê na película. Valendo-se de uma pesquisa no formato qualitativo e de tipo documental, o estudo promove um levantamento teórico-bibliográfico sobre a violência, passando em seguida ao exame da Teoria das Representações Sociais a partir de alguns de seus pressupostos e conclui que as representações sociais de violência exercem considerável condicionamento no fomento de determinados traços da personalidade dos indivíduos em relação aos vários grupos a que pertencem, assim como na configuração de percepções, valores e crenças, aspectos que, somados e de maneira gradual, conduzem o ser humano a manifestar formas de comportamento coadunadas com o senso comum que impera nos núcleos sociais nos quais se insere.

PALAVRAS-CHAVES: Representações Sociais – Violência – Batalhão de Operações Especiais – Identidade

ABSTRACT

The present study promotes an analysis about the social behavior through violence found in the film “Tropa de Elite”, by José Padilha, with the aim to verify which factors influence the identification at a Military Policeman at the Special Operation Battalion (BOPE) come from a perception of aggression in their formation, relationships and functional action. It is worth of a qualitative way of research and the hypothetical-deduced method, the study promotes a theoretical-bibliographic survey about violence and then, the social representation theory exam about their behavior and concludes that the social representations of violence have a considerable conditioning in the cancellation of some traces about the Tropa de Elite soldiers' personality when they join the formation courses, as their perceptive reconfiguration, values and beliefs, aspects which added and in a gradual way, lead the policeman, when effectively joined the corporation, to show an aligned behavior with the attitude of the ones called “war dogs”.

KEYWORDS: Social Representation – Violence – BOPE - Identity

LISTA DE ANEXOS

Anexo a: O símbolo do BOPE: faca na caveira -----	140
Anexo b: Nascimento, Neto e Matias na segunda fase de treinamento -----	141
Anexo c: O corrupto Capitão Fábio desistindo de integrar o BOPE-----	142
Anexo d: Elenco do filme Tropa de Elite -----	143

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO -----	12
I HISTÓRIA DA PESQUISA -----	15
1 TIPO DE PESQUISA -----	17
2 TÉCNICA E MÉTODO DE PESQUISA-----	18
3 FONTES DE INFORMAÇÃO E INSTRUMENTOS UTILIZADOS -----	19
4 PASSOS DA COLETA DE DADOS -----	19
5 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS -----	20
6 ANÁLISE DE DADOS -----	20
7 OBJETIVOS -----	21
7.1 GERAL-----	21
7.2 ESPECÍFICOS -----	21
8 OBJETO DE ESTUDO-----	22
II A VIOLENCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES -----	23
1 VIOLENCIA: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES CONCEITUAIS -----	23
2 A VIOLENCIA AO LONGO DOS SÉCULOS-----	28
3 A VIOLENCIA COMO REGIME POLÍTICO-----	37
3.1 O ESTADO DE VIOLENCIA: O FASCISMO-----	42
4 O HOMEM VIOLENTO: QUEM É ELE? -----	47
III A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO SABER CIENTÍFICO E ALGUMAS DE SUAS APLICAÇÕES-----	53
1 ORIGENS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS -----	53
2 CONCEITO E EVOLUÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS-----	56
3 SISTEMAS CENTRAIS E PERIFÉRICOS -----	61
4 ANCORAGEM E OBJETIVADA -----	64
5 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS APLICADA EM PESQUISA -----	66
6 A IDENTIDADE E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS-----	69
7 NÚCLEOS CENTRAIS -----	73
8 A VIOLENCIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS -----	75
IV AS REPRESENTAÇÕES DE VIOLENCIA NO FILME TROPA DE ELITE -----	78

1 O BOPE -----	78
2 TROPA DE ELITE – O FILME -----	80
2.1 ENREDO -----	81
2.2 INFORMAÇÕES GERAIS -----	82
3 A POLÍCIA APRESENTA SUAS ARMAS: A VIOLENCIA DO BOPE -----	84
3.1 A VIOLENCIA NA FORMAÇÃO DO POLICIAL -----	85
3.2 A VIOLENCIA NAS RELAÇÕES DO POLICIAL -----	87
3.3 A VIOLENCIA NAS FUNÇÕES DO POLICIAL-----	90
4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA INTRA E INTERGRUPAL -----	95
4.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO BOPE SOBRE A POLÍCIA -----	95
4.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO BOPE SOBRE OS UNIVERSITÁRIOS	97
4.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO BOPE SOBRE OS TRAFICANTES	98
5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DA PM -----	99
5.1 “AMIGOS DOS AMIGOS” – COMO A PM REPRESENTA SOCIALMENTE A PM -----	99
5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PM SOBRE OS TRAFICANTES -----	102
5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DA PM SOBRE O BOPE	103
6 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DOS TRAFICANTES -----	104
6.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DOS TRAFICANTES SOBRE SI MESMOS -----	104
6.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DOS TRAFICANTES SOBRE O BOPE-----	105
6.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DOS TRAFICANTES SOBRE A PM -----	106
6.4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DOS TRAFICANTES SOBRE OS UNIVERSITÁRIOS -----	107
7 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DOS UNIVERSITÁRIOS -----	109
7.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DOS UNIVERSITÁRIOS SOBRE SI MESMOS -----	109
7.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DOS UNIVERSITÁRIOS SOBRE A POLÍCIA -----	110
7.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DOS UNIVERSITÁRIOS SOBRE OS traficantes-----	111
8 MARCADORES DAS REPRESENTAÇÕES DE VIOLENCIA -----	113
8.1 O lugar do símbolo nos grupos sociais – O BOPE -----	113
9 O RIO DE JANEIRO CONTINUA LINDO? -----	119
 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	126
 REFERÊNCIAS -----	133
 ANEXOS -----	139

INTRODUÇÃO

A violência sempre acompanhou, de algum modo, a trajetória evolutiva do ser humano até nossos dias. Evento multifacetado tanto em suas causas quanto nos objetivos e consequências aos quais dá ensejo, pode-se dizer que a violência já foi simbolizada e, por extensão, representada/interpretada de modos tão diferentes como diversas também foram suas formas de promoção.

Cultuada por sociedades guerreiras (vikings, tribos bárbaras, romanos, etc.); sacralizada por quase todas as grandes religiões, desde que a serviço da “causa santa” da expansão da fé, seja esta cristã, muçulmana, xiita ou de qualquer outra matriz; e, mais recentemente, execrada por movimentos e indivíduos pacifistas ou simplesmente cansados da brutalidade humana, o fato é que a violência ainda ocupa um lugar de destaque nos aglomerados sociais, constituindo-se desde instrumento de afirmação até uma preocupação recorrente das autoridades da área de segurança pública e da sociedade organizada.

Essa relação ambígua da raça humana com a violência, ou seja, as diferentes e oscilantes percepções e representações dos agrupamentos humanos em face da violência constitui, indiscutivelmente, um fascinante tema de estudos, seja por tratar-se de um assunto sempre atual, seja por colocar em foco a natureza da violência e, por conseguinte, quais os posicionamentos possíveis e esperados do indivíduo diante de algo visceralmente complexo e de natureza multifatorial.

Se remetermos tais considerações para o âmbito da Psicologia contemporânea e, mais precisamente, para a esfera da Teoria das Representações Sociais (TRS), não teremos maiores dificuldades em verificar que a análise da violência através das representações sociais de alguns grupos sobre as atitudes e comportamentos violentos, é uma instigante área de estudos. No mesmo sentido, se restringirmos o enfoque para as representações sociais de grupos distintos entre si e dotados de representações sociais de violência ora concordantes, ora conflitantes, mas sempre presentes, verificaremos que se trata de algo particularmente

significativo, notadamente se tais grupos se relacionam direta e indiretamente e estão contidos em um universo devidamente delimitado. Este é o caso do filme Tropa de Elite e das representações sociais de violência dos quatro grupos principais que enfoca: o Batalhão de Operações Especiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro (BOPE); a Polícia Militar convencional; os traficantes de drogas dos morros cariocas; e os jovens universitários de classe média alta usuários de drogas.

Trata-se de uma temática na qual se vislumbra facilmente a justificativa de sua realização, tanto pela natureza pulsante do assunto (a violência e as diversas formas como é vista/praticada) quanto ainda por suas, até aqui, pouco estudadas implicações, notadamente no que se refere aos chamados “cães de guerra”, expressão tirada do mais conhecido livro do escritor britânico Frederic Forsit (2003).

Tendo presente essa justificativa, o estudo aqui apresentado tem como questão central a indagação sobre quais as representações sociais de violência presentes nos diversos grupos apresentados filme Tropa de Elite? Evidentemente, o estudo atêm-se àquilo que é mostrado no filme, sem pretender verificar até que ponto existe ou não verossimilhança nas cenas e nos personagens apresentados. Para tentar responder à indagação central deste estudo, optamos por dividir a pesquisa em partes distintas, embora complementares, da maneira que se segue:

No primeiro capítulo é apresentada a história da pesquisa, sua origem e fatores motivadores, bem como alguns dados de natureza metodológica, como a qualificação do estudo, método escolhido, etapas da pesquisa, assim como os objetivos geral e específicos a serem atingidos.

No segundo capítulo são trazidas à tona algumas considerações sobre a violência, iniciando por uma tentativa de definição e passando a alguns aspectos relevantes como a trajetória histórica da violência e, de modo mais direcionado, a violência como regime político, isto é, amparada e mantenedora, simultaneamente, pelo e do Estado.

No terceiro capítulo, a Teoria das Representações Sociais é abordada, tendo-se o cuidado de situá-la, inicialmente, em uma perspectiva temporal, incluindo-se a contribuição dos autores clássicos, passando-se em seguida para o exame de alguns de seus pressupostos e chegando até alguns dos muitos usos possíveis da TRS na época atual.

No quarto e último capítulo, discorremos sobre as representações sociais de violência presentes no filme Tropa de Elite, objetivando demonstrar as várias formas

como a violência é representada socialmente e como isso influí em comportamentos, atitudes e relações intra e intergrupos. Neste capítulo também é promovida uma breve discussão sobre as consequências das representações sociais de violência dos grupos enfocados na sociedade carioca e algumas das implicações dessa problemática no plano social.

Evidentemente, não é pretensão deste estudo exaurir, sob qualquer aspecto ou modo, uma temática tão abrangente e profunda como a que ora buscamos analisar, mas tão somente oferecer algumas pequenas, porém efetivas, contribuições às discussões que têm lugar sobre a violência crescente de nosso tempo.

I HISTÓRIA DA PESQUISA

A história da pesquisa teve início com algumas perguntas que, com certa freqüência, nos ocorriam, ainda que de um modo quase retórico, tais como: por que a violência urbana tem crescido tanto nos últimos anos?; quem são e o que pensam aqueles que a promovem?; e, por que não se consegue debelar e/ou prevenir eficientemente os eventos violentos? Conquanto sejam indagações fáceis de serem compreendidas, logo nos demos conta da complexidade das respostas possíveis. O conhecimento que reuníamos sobre violência se resumia a algumas leituras de natureza sociológica ou ainda de questões pontuais, como a suposta necessidade de rebaixamento da maioridade penal, a premência das vítimas de violência doméstica em denunciar seus agressores e outros tópicos de igual jaez.

Tendo presente a natureza não apenas endógena, mas principalmente ambiental, da violência, passamos a promover uma busca de materiais teóricos que, sem deixar de lado os aspectos psicológicos envolvidos nas ações violentas, também os situassem sob a perspectiva social, o que nos levou a autores decanos como Montagu (1978), Wertham (1967) e Sorel (1993), para ficarmos apenas nos considerados clássicos.

Antes mesmo da elaboração do problema de pesquisa, já havíamos elencado como requisito de análise a visão da violência como algo que nasce, se desenvolve e, sob determinadas condições, tende a permanecer em estado ativo. Se optássemos pela corrente determinista, que vê na violência o mero desdobramento de condições orgânico-cerebrais anômalas ou ainda como algo decorrente de estruturas bioquímicas que não podem ter seus efeitos detidos ou minimizados, a pesquisa estaria abortada antes mesmo de começar, pois não teria solução possível de continuidade. Aliás, adotar o ponto de vista que procuramos refutar traz em seu bojo um componente de fatalidade que tornam, se levado a efeito, inertes e inócuas quaisquer formas de enfrentamento do problema.

Isto posto, o estudo ainda não ganhara, todavia, uma forma e pretender abordar a violência de uma perspectiva tão genérica seria não apenas algo incompatível com os objetivos da dissertação, mas também praticamente inexecutável, dadas a extensão e profundidade do objeto a ser estudado. O viés de análise procurado surgiu quando das aulas de Representações Sociais e Identidade, quando nos deparamos com a Teoria de Serge Moscovici e, após algumas incursões nesta área, pudemos notar a significância daquilo que Abric (2000) denomina Núcleo Central, marcadores fundamentais para o entendimento dos elementos nucleares das representações sociais.

O passo seguinte foi a escolha do que ou mesmo de quem estudar. Optamos, após algum tempo de reflexão, pelo filme *Cidade de Deus*, um dos mais bem acabados exemplos de violência cinematográfica já produzidos no Brasil. O enredo nos pareceu perfeito para a análise de quais as representações sociais de violência presentes não apenas junto ao universo dos traficantes, mas também na comunidade da *Cidade de Deus*. Apesar dos diversos aspectos positivos (do ponto de vista dos objetivos da pesquisa) encontrados no material a ser examinado, *Cidade de Deus* apresentou um senão significativo, qual seja a idade da obra e o grande número de estudos já realizados sobre a mesma. Como não era de nosso interesse abordar assuntos muito estudados anteriormente, acabamos por abandonar o filme, mas não o recorte da pesquisa. Após um tempo de procura incessante, surgiu-nos, por acaso, uma cópia (pirata, envergonhamo-nos de confessar) de *Tropa de Elite*, o explosivo filme de José Padilha. Foi uma surpresa extremamente bem-vinda: o filme trazia não apenas um poderoso conteúdo de violência latente e ativa, como ainda nos permitia a análise de representações sociais no Batalhão de Operações Especiais (BOPE), da PM convencional, assim como dos grupos de traficantes e até mesmo dos universitários de classe média alta usuários de drogas.

Após a leitura de algumas obras sobre TRS, especialmente as de Moscovici (1978), Jodelet (2001) e Abric (2000), chegamos, enfim, à questão-central: quais as representações sociais de violência presentes nos diversos grupos apresentados filme *Tropa de Elite*?

Feito isso, ainda restavam alguns aspectos metodológicos imprescindíveis à condução do trabalho, a saber:

1 TIPO DE PESQUISA

A escolha do tipo de pesquisa, em seus contornos gerais, não foi algo especialmente complexo, uma vez que o estudo se resume em sua essência, à recepção crítica de um filme à luz da Teoria das Representações Sociais. Assim, optamos, até mesmo pela própria natureza do trabalho, pela chamada pesquisa qualitativa. Minayo (1999, p. 21) afirma sobre essa modalidade de pesquisa que

Ela se preocupa, nas ciências sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

No caso da presente pesquisa qualitativa, a matéria-prima básica utilizada é a palavra, mas também a imagem, as relações inter ou intragrupos e, em especial, o *quantum* de elementos emocionais que se verificam em determinados eventos retratados pelo filme.

Minayo (1999, p. 24) acrescenta ainda, referindo-se ao método qualitativo, que

Os autores que seguem tal corrente não se preocupam em quantificar, mas, sim, compreender e explicar a dinâmica das relações sociais que, por sua vez, são depositárias de crenças, valores, atitudes e hábitos. Trabalham com a vivência, com a experiência, com a continuidade e também com a compreensão das estruturas e instituições como resultado da ação humana objetiva. Ou seja, desse ponto de vista, a linguagem, as práticas e as coisas são inseparáveis.

Dessa forma, a preocupação principal do estudo que ora submetemos à análise foi verificar, em nível subjetivo e personalizado, a ocorrência de eventos representativos de violência socialmente concebida, tendo como parâmetro a Teoria das Representações Sociais.

2 TÉCNICA E MÉTODO DE PESQUISA

A opção por uma pesquisa cujo método seja qualitativo em seus contornos gerais e, mais precisamente, no exame do objeto analisado nesta dissertação, traz sempre uma certa dose de risco, não pela incapacidade da pesquisa qualitativa de atuar como instrumento de sistematização de estudos dos mais diversos setores, mas sim da capacidade do pesquisador em saber utilizar, adequada e diretivamente, os elementos disponibilizados no estudo qualitativo.

Sobre isso, é valiosa a contribuição de Martins (2004, p.292) quando explica que uma

[...] característica importante da metodologia qualitativa consiste na heterodoxia no momento da análise dos dados. A variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva.

Desse modo, além de coligir informações, organizá-las e examiná-las, cabe ao pesquisador, quando do desenvolvimento de uma pesquisa qualitativa, integrar os dados de maneira a formar um todo que se relacione e, concomitantemente, permita uma visão geral do objeto de estudo.

Conforme explicam Richardson et al (1989, p. 29), “método em pesquisa significa a escolha de procedimentos sistemáticos para a descrição e explicação dos fenômenos”. Isso significa que a pesquisa deve ser planejada e executada de um modo sistemático, não contraditório, capaz de fornecer respostas às questões centrais que investiga.

Na presente dissertação procuramos fazer uso, no tocante à técnica de pesquisa, da análise documental, uma vez que a fonte primária do estudo é um filme, isto é, uma visão particularizada, restrita, de um cineasta sobre objetos e circunstâncias que o chamado “olhar de câmera” traz ao expectador.

A pesquisa documental, segundo Gil (1994, p.73) “[...], vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”.

No tocante ao método escolhido, esse não poderia ser outro que não o método comparativo, uma vez que são analisadas no presente trabalho as representações sociais de violência de grupos distintos em um universo cinematográfico. Por conta disso, não seria possível proceder um exame acurado das diferentes cadeias de senso comum presentes em cada agrupamento humano sobre uma temática específica sem compará-las. Segundo explicam Lakatos e Marconi (2000) tem-se a necessidade de, a partir de uma questão-central, proceder-se ao exame da mesma pela via da observação comparada entre segmentos diversos, o que não apenas justifica o método escolhido, mas também o torna fundamental para a elucidação dos pontos da pesquisa que buscamos aclarar.

3 FONTES DE INFORMAÇÃO E INSTRUMENTOS UTILIZADOS

Dentre as fontes de informação utilizadas na pesquisa destaca-se, em um primeiro momento, a pesquisa bibliográfica, ou seja, o levantamento de dados e conceitos junto a revistas (Veja, Vip, etc.), artigos científicos, bem como ao cabedal teórico adotado.

Em seguida, procurou-se levantar os dados da filmografia, através da seleção e análise de cenas que, isoladamente ou em conjunto, reúnem indicativos da presença das representações sociais de violência.

O material colhido foi analisado, a priori, a partir das expressões mais evidentes de violência que apresentava para, somente então, serem submetidos ao crivo da teoria das representações sociais.

4 PASSOS DA COLETA DE DADOS

Os passos efetuados na coleta de dados ficam bastante claros no estudo, dada a ordem de sua inserção na pesquisa. De fato, após o levantamento bibliográfico e o fichamento de obras referentes à violência e às representações

sociais, foram procuradas as informações pertinentes que constam do filme, seguidas de um cotejo crítico com os dados teóricos que dão suporte ao estudo.

5 ORGANIZAÇÃO DOS DADOS

A maneira como os dados coletados foram organizados buscou atender às especificidades do estudo. Após a coleta de informações bibliográficas e filmográficas, o pesquisador dispôs os mesmos de forma a permitir, a priori, uma visão teórica dos aspectos enfocados no estudo para, logo a seguir, discorrer sobre os elementos encontrados no filme *Tropa de Elite*.

Graças a isso, o leitor é informado, nos capítulos iniciais do estudo, sobre conceitos como violência em suas múltiplas manifestações, representações sociais, aspectos identitários e, ao fim, sobre as representações sociais de violência verificadas nos diversos grupos mostrados no filme de José Padilha.

Procuramos, assim, tornar a leitura compreensiva e apresentar os dados de uma maneira que nos pareceu lógica e organizada, embora sem termos certeza do acerto nas escolhas realizadas, risco que, de certa forma, é inerente a quase todos os trabalhos da natureza do que ora submetemos à avaliação.

6 ANÁLISE DE DADOS

Atendendo ao fato de que a pesquisa realizada é de natureza essencialmente qualitativa, a análise de dados procurou ter sempre presente essa especificação, atendo-se ao exame de situações de natureza subjetiva e, ao mesmo tempo, significativas enquanto indicadores de um dado comportamento (no caso, representações sobre violência).

Essas configurações, somadas, permitem a classificação da pesquisa como um estudo de caso, isto é, a análise em profundidade de um objeto específico ou, como explicam mais detidamente Ludke e André (1986, p. 17),

O estudo de caso é o estudo de um caso, seja ele simples e específico, como o de uma professora competente de uma escola pública, ou complexo e abstrato, como o das classes de alfabetização ou do ensino noturno. [...] O interesse, portanto, incide naquilo que ele (o estudo de caso) tem de único, de particular, mesmo que posteriormente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações. Quando queremos estudar algo singular, que tenha um valor em si mesmo, devemos escolher o estudo de caso.

Assim sendo, a análise manifesta uma natureza particularizada, específica, sem ter, por razões óbvias, qualquer pretensão de exaurir o assunto ou mesmo apresentá-lo em bases amplas, mas tão somente sondar uma visão cinematográfica de realidade *sui generis* de forma aprofundada, possibilitando a obtenção de resultados que, sem serem absolutos, exaustivos ou lateralmente amplos, se mostrem suficientemente eloquentes para serem considerados um efetivo contributo ao exame das representações sociais de violência encontradas no filme.

7 OBJETIVOS

O trabalho elencou diversos objetivos a serem atingidos quando de seu término. Dentre estes, podemos destacar os seguintes:

7.1 GERAL

Evidenciar algumas das representações sociais de violência encontradas junto aos grupos enfocados no filme Tropa de Elite.

7.2 ESPECÍFICOS

- Analisar os possíveis fatores que influiriam e mesmo determinariam a eclosão das representações sociais de violência nos diversos grupos mostrados no filme Tropa de Elite.
- Discutir alguns dos pontos de contato entre o que é exposto no filme e a forma como é enfrentada a criminalidade atualmente na cidade do Rio de Janeiro.

8 OBJETO DE ESTUDO

Do ponto de vista conceitual e teórico, o objeto de estudo desta dissertação é a violência e as suas múltiplas manifestações no interior de grupos sociais distintos e, mais especificamente, nos quatro grupos principais apresentados no filme Tropa de Elite: os policiais do BOPE, a PM, os traficantes de drogas e os universitários que utilizam drogas.

No tocante ao objeto concreto (material) do estudo, o filme Tropa de Elite é o universo a ser analisado, assim como a visão de José Padilha, exposta no filme, sobre as concepções de violência dos grupos que se relacionam inter e intrasocialmente na película. Não é, pois, uma pesquisa essencialmente social, ainda que o social seja seu principal foco de estudos. Com isso, estamos deixando patente que não se trata de um exame da realidade policial e criminal cariocas, mas sim da maneira como esses aspectos são enfocados no filme aqui analisado, independentemente do seu grau de verossimilhança.

II A VIOLÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Neste capítulo são apresentadas algumas considerações teórico-críticas sobre o que vem a ser, em linhas gerais, a violência, sua delimitação e, de modo mais específico, como vislumbramos esse complexo processo à luz da Psicologia e moderna.

1 VIOLÊNCIA: POSSIBILIDADES E IMPOSSIBILIDADES CONCEITUAIS

A violência acompanha o ser humano desde suas mais remotas origens, manifestando-se de modos tão diversos quanto díspares em termos de intensidade, origem/finalidade e legitimidade (não adentraremos, por ora, ao mérito semântico deste último termo, reservando tal discussão para mais adiante, ainda nesta dissertação). Todavia, se buscássemos um denominador comum e atemporal entre a violência e o *homo sapiens*, este seria, indubitavelmente, a evolução pareada e mutuamente influenciável verificada em ambos.

Ao longo de milhares de anos, a violência apresentou as mais diversas faces e formas, elementos condicionados pela autoria, finalidade, contexto, método e limites imanentes ao ato violento, o que torna particularmente difícil a apresentação de um conceito absoluto, capaz de abranger o que a violência foi, é e poderá vir a ser, bem como os processos, determinantes e variáveis envolvidos nas práticas violentas.

Some-se a isso o fato de que a violência, antes de ser praticada, foi certamente elaborada em contextos repassados de grande complexidade e ter-se-á uma pequena, porém elucidativa, idéia de quão íngreme é a tarefa de tentar definí-la, pelo menos de modo a não deixar dúvidas quanto ao seu significado em nossos

dias. Já que não podemos nos furtar à necessidade de delimitar esse tema, ainda que sem maiores pretensões que não as de ordem didática e funcional, podemos intentar iniciá-lo por uma definição lexicológica, qual seja a de Houaiss (2001, p. 2866) quando afirma que a violência é

[...] ação ou efeito de violentar, de empregar força física (contra alguém ou algo) ou intimidação moral contra (alguém); ato violento,残酷, força [...] exercício injusto ou discricionário, geração ilegal, de forma ou de poder [...] cerceamento da justiça e do direito; coação, opressão, tirania [...] força súbita que se faz sentir com intensidade, fúria [...] dano causado por uma distorção ou alteração não autorizada [...] constrangimento físico ou moral exercido sobre alguém, para obrigá-lo a submeter-se à vontade de outrem; coação [...].

Como se vê, a violência é concebida a partir de alguns de seus sentidos mais comuns, mas não há uma tentativa (incompatível, aliás, com o propósito lexicográfico) de delimitação da mesma a partir de suas naturezas, propósitos, circunstâncias ou efeitos, o que torna a definição “dicionarizada” incompleta, já que é uma medida léxico-diametral da violência.

Isso não significa, todavia, que as explicações de Houaiss (2001) devam ser desconsideradas. Pelo contrário, servem de ponto de partida para o exame mais detalhado dos elementos conceituais que integram e dão forma à noção de violência. De fato, se vertermos nosso olhar sobre a concepção filosófico-social de violência, notaremos certa similaridade, pois, como salienta Chauí (1985, p.35), esta pode ser concebida a partir de um prisma dual, qual seja

Em primeiro lugar, como conversão de uma diferença e de uma assimetria numa relação hierárquica de desigualdade, com fins de dominação, de exploração e opressão. Em segundo lugar, como a ação que trata um ser humano não como sujeito, mas como coisa. Esta se caracteriza pela inércia, pela passividade e pelo silêncio de modo que, quando a atividade e a fala de outrem são impedidas ou anuladas, há violência.

Temos, nessa concepção, uma visão que encampa a noção denotativa da violência constante do dicionário, porém, avança no sentido de situar o homem como sujeito de diversas relações nas quais, se ocorrerem desigualdade, assimetria e/ou “coisificação” (perdoem-nos o neologismo) que prejudiquem alguém, haverá inegavelmente violência.

Em outras palavras e ainda tendo Chauí (1985) como ponto de partida, pode-se conceber a violência como a desproporção entre sujeitos em relações diretas ou indiretas com danos de diversas jaezes para um ou mais desses indivíduos deliberadamente provocados por alguém, sendo que esse alguém não necessita ser, por razões óbvias, uma pessoa física, mas também entidades, instituições ou o próprio Estado, como veremos mais adiante.

Se for posicionada em uma perspectiva antropológica e, mais especificamente, relacional, a violência não se caracteriza [...] como ato isolado, psicologizado pelo descontrole, pela doença, pela patologia, mas como um desencadear de relações que envolvem a cultura, o imaginário, as normas, o processo civilizatório de um povo" (FALEIROS, 1998, p.37).

Isso é especialmente importante para que se compreenda que a violência, sob esse prisma, não implicará em ações derivadas de descontrole, patológico ou não, mas sempre em uma visão que é cultural, construída socialmente e ciente das normas que regem o contrato social de vivência e, em especial, de convivência. É claro que isso não nega a matriz patológica do ato violento em alguns casos (psicopatias, etc.), mas o situa em circunstâncias específicas.

Como podemos verificar sem maiores dificuldades, a delimitação da violência esbarra em diversas barreiras, especialmente no que diz respeito ao objeto de sua ação, à variedade, quantidade e interação das causas passíveis de serem arroladas e, de modo mais restrito, aos aspectos/direcionamentos que serão impressos ao exame do tema.

Nesse sentido é bastante oportuna a contribuição de Ristum e Bastos (2004, p.227) ao salientarem que, quando da tentativa de se definir o que é violência,

Encontram-se aqui duas posições extremadas e opostas. Uma delas focaliza sua natureza inata, como a posição de importantes etólogos que afirmam a existência de um instinto geral de agressão. [...] com base nas formulações de Freud, afirma a existência de instinto agressivo no homem e distingue agressividade de violência; e a de Figueiredo (1998), que afirma a impossibilidade de uma vida social destituída de agressividade e violência, acrescentando que a violência é estruturante e constitutiva da subjetividade humana.

Esse é um aspecto que deve ficar bastante claro neste estudo, qual seja a oposição entre etólogos ou ainda de cientistas que acreditam na violência como manifestação instintiva e aqueles que acreditam serem os atos violentos produtos de

uma determinada ambiência e de outros fatores (afetivos, familiares, etc.) que acabam por determinar um comportamento violento. Ristum e Bastos (2004, p.228) salientam, por outro lado, que

A outra posição advoga que a violência tem suas raízes na aprendizagem, a exemplo da posição de Bandura (1973), que propõe, na perspectiva da teoria da aprendizagem social, que o comportamento agressivo é adquirido por modelação (aprendizagem por observação de modelos) ou por experiência direta e sob influência de fatores biológicos estruturais. Para Skinner (1976, p. 1982), o comportamento violento do homem é modelado na sua história ontogenética e mantido pelas consequências reforçadoras que produz.

Os esclarecimentos de Ristum e Bastos (2004) revestem-se de ampla significância no âmbito deste estudo por sintetizarem de forma bastante clara algumas das dificuldades e mesmo impossibilidades que se colocam no sentido de dar forma a um conceito suficientemente representativo de violência, em todas as suas nuances e variáveis. Assim e tendo em vista a necessidade de clarificarmos nosso posicionamento face à violência, cumpre, no entanto, trazer a lume qual a visão que adotamos sobre o tema.

Dado que laboramos a partir da análise de indivíduos fictícios (personagens de um filme), na perspectiva da Teoria das Representações Sociais, procuramos uma delimitação de violência que não se mostrasse contraditória com esses fatores.

Em outras palavras e para efeitos de esclarecimento, quando nos referirmos à violência e às suas representações, nesta dissertação, o fazemos a partir dos seguintes aspectos, apontados por Wertham (1967), o qual vê a violência, a grosso modo, como algo que apresenta algumas (ou, raramente, todas) das seguintes características:

Abuso de poder: toda violência nasce de uma desigualdade de poder entre o(s) agressor(es) e a(s) vítima(s). Basicamente, pode-se afirmar que o violento tem o poder de causar danos de alguma espécie a outro ser humano porque abusa de um poder que uma pessoa detém em maior escala do que outro indivíduo. Essencialmente, quem comete uma violência o faz por que tem, em última análise, poder para fazê-lo e abusa desse poder.

Uso de força: o emprego da força é algo imprescindível à violência, pois se esta advém de um posicionamento/relação desigual de poder, somente poderá ter lugar se e quando alguém empregar alguma forma de força, seja esta física, moral

ou de outros jaezes. Como exemplo podemos dizer que uma ordem dada por um oficial superior a um subordinado pode conter considerável uso de força, mesmo que revestida de legitimidade marcial.

Forma inadequada de resolução de conflitos: a violência, na imensa maioria das vezes, é uma forma totalmente inadequada de resolução de conflitos, pois se apóia em um *modus* pouco elaborado de ação, independentemente do tipo de conflito (familiar, social, racial, criminal, etc.) Em outras palavras, o indivíduo que se utiliza da violência em quaisquer de suas formas, o faz, predominantemente, por desejar uma via rápida de resolução, ao contrário do que ocorre, por exemplo, em um diálogo com argumentos de parte a parte sobre algo ou alguém. Trata-se, assim, do predomínio da força sobre o diálogo ou ainda da brutalidade sobre ações que, sem serem brutais, consigam atingir resultados talvez mais satisfatórios. Assim, combater a violência com uma violência ainda mais brutal não pode ser considerada uma forma adequada de resolução de conflitos e problemáticas, dado que implica no recrudescimento do comportamento e mesmo da atitude violentos.

Tem uma origem: toda violência humana tem uma origem, isto é, forma-se a partir da confluência de vários fatores que, de modos e intensidades diferentes, vão erigindo os mecanismos que levam alguém à violência. Essa perspectiva exclui, de modo polêmico (existem várias divergências entre psicólogos sociais e etólogos nesse campo), a violência como um instinto, um processo inato do e no indivíduo. Se essa hipótese fosse aceita, tiraria do homem qualquer responsabilidade por seus próprios atos, o que é inaceitável psicológica, psiquiátrica e juridicamente.

Reproduz um modelo apreendido: neste item repousa grande parte da controvérsia entre os que defendem a idéia da violência como instinto e aqueles que acreditam ser a violência a reprodução de um modelo aprendido, isto é, ela derivaria de um conjunto de aspectos que, somados, formam um todo que influencia e mesmo determina a ocorrência de violência.

Não é natural: a violência, na concepção que adotamos neste estudo, não é e não pode, sob qualquer aspecto, ser considerada um ato natural, dado que é aprendida, mas não é, em absoluto, uma necessidade como o sexo (instrumento da fecundação) e a comida (instrumento de conservação), por exemplo. Obviamente, esse não é exatamente um ponto pacífico entre os vários estudiosos da violência, antes, trata-se de um autêntico imbróglio, suscetível de críticas de parte a parte. De nossa parte (e temos que tomar posição nessa problemática), adotamos a noção da

violência como decorrente de uma aprendizagem complexa, porém nitidamente ambiental.

Como se pode verificar nos enunciados aqui dispostos, qualquer tentativa de definição do que é a violência é diretamente influenciada e mesmo determinada pelas crenças subjacentes do estudioso. Ou seja, depende muito mais daquilo que se acredita provocar, instigar ou ser violência do que de um cotejo crítico entre postulados diversos. Conosco, até mesmo por uma questão de coerência, não poderia ser diferente, e adotamos como delimitação de violência a proposta por Wertham (1967), segundo a qual se trata de um abuso de poder que se baseia na força e nas desigualdades entre o violentado e o violentador; não é uma forma adequada de solução de conflitos, dado que sua ação costuma provocar problemas ainda maiores; tem uma origem ambiental e reproduz modelos aprendidos, conscientemente ou não; e não pode ser considerada algo natural, mas sim um comportamento aprendido.

Faz-se necessário dizer que não alimentamos nenhuma pretensão de esboçar uma definição absoluta de violência, mas tão somente deixar claro qual é a concepção com que trabalhamos nesta dissertação, já por necessidades didáticas, já pelo direcionamento que está sendo dado ao estudo aqui apresentado. Em nossa visão, a violência é, principalmente, fruto de condições ambientais que, paulatinamente, levam ao comportamento, latente ou ativo, violento, não o resultado de um instinto, ainda que não possam ser descartados os casos de doença mental que também levam à violência.

2 A VIOLÊNCIA AO LONGO DOS SÉCULOS

O ser humano é, inquestionavelmente, o ser mais criativo que já pisou na Terra. Conseguiu sempre obter respostas adequadas ou pelo menos razoáveis a inúmeros problemas, dificuldades e anseios, tornando-se gradativamente o senhor do planeta, das águas, dos continentes e dos seres que o habitam.

Se buscarmos estabelecer uma linha do tempo no tocante à evolução do homem do ponto de vista biopsicológico, bem como às suas ações e interações sociais, se torna facilmente verificável que a espécie humana sofreu um avanço

exponencial, seja no que tange ao suprimento de suas necessidades essenciais, seja moldando o ambiente de acordo com aquilo que se fez/faz necessário, ou ainda no dimensionamento mais adequado do homem-social (vide os códigos legais, as regras de convivência, etc.).

Todo esse processo milenar fez emergir novos recursos, comportamentos e modelos de organização social, extinguindo meios e métodos anteriormente utilizados. Tome-se como exemplo dessa afirmação o caricatural, embora realístico, processo de conquista de uma fêmea pelo homem de Neanderthal, que consistia da captura seguida de um rapto da vítima-esposa-reprodutora. Em nossos dias a conquista de uma companheira se dá de modo consideravelmente mais suave, inclusive do ponto de vista físico (levar pauladas na cabeça não deve fazer parte do imaginário romântico feminino, segundo acreditamos).

Não obstante o progresso, a evolução e mesmo as revoluções comportamentais, sociais, políticas, dentre outras, a violência nunca deixou de acompanhar o homem, seja em matanças generalizadas, seja ainda em atitudes individuais sangrentas. Se compararmos os primeiros humanóides com os executivos e funcionários de carreira que proliferam nas empresas e no mercado financeiro de nosso tempo, não teremos dificuldades em constatar que ambos manifestam algum grau de violência, com a ressalva de que apenas os meios e métodos sofreram mudanças. Às vezes, nem isso.

Em linhas gerais, não se pode falar de um instinto violento nos seres humanos, como salienta Montagu (1978), pois isso implicaria em risco permanente para todos os membros de um determinado grupo, incluindo-se as eventuais proles, anciões e companheiras. Sabendo que o homem é um ser, por sua própria natureza, político, social e mesmo gregário, um instinto agressivo permanente e ativo levaria os grupos sociais à auto-destruição em períodos de tempo relativamente curtos.

Por ora não adentraremos ao mérito dessa questão, pois reservamos tal discussão para um tópico adiante, onde ela será melhor enfocada. O que desejamos evidenciar é que o paralelismo entre a evolução do homem e a manutenção de hábitos, meios ou atitudes violentos não é prova, como desejam alguns etólogos, segundo explica Werthan (1967), de que a violência é intrínseca ao ser humano, independentemente do seu grau de evolução. Ou seja, a crença de alguns estudiosos no fato de a violência não ter sido erradicada do seio social até o presente decorrer da possibilidade dela integrar o *totum* humano, fazendo parte de

sua constituição global, é, segundo Montagu (1978), uma falácia, mesmo porque não fornece explicações suficientemente críveis sobre as diferenças comportamentais entre indivíduos violentos ou pacíficos, limitando-se a traçar semelhanças entre o comportamento humano e o animal.

De fato, se fizermos recuar nossa análise à época dos macacos-homens (semi-humanóides, na verdade), os austrolopitecos, poderemos verificar que não há indícios significativos de prática contumaz de violência. Mesmo as ferramentas criadas por esses hominídeos não se prestariam, como crêem os etólogos, a ser utilizadas como armas. Montagu (1978, p.115) afirma que

Basta examinar as ferramentas dos austrolopitecos para ver que não é provável terem sido feitas para servir de armas destinadas a matar animais [Ou humanóides – grifo nosso]. [...] Resta então a possibilidade de que as ferramentas dos austrolopitecos tenham sido feitas para servir de armas destinadas a matar outros austrolopitecos? É bastante improvável, pois estes instrumentos seriam inúteis em combates corpo-a-corpo.

É preciso ter presente que os austrolopitecos, até mesmo para poderem garantir sua alimentação, andavam em pequenos grupos, com poucos integrantes e tendiam a evitar a aproximação com outros agrupamentos. Se eles pouco se encontravam e, mais raramente ainda, se envolviam em combates, por que criar armas? Ferramentas eram, por razões óbvias, muito mais importantes (MONTAGU, 1978).

As afirmações de Montagu (1978) prestam-se não apenas como uma forma de contrapor, de maneira racional e lógica, argumentos contrários (etológicos), como também deixar claro que, já na sua gênese, o homem não manifestava um comportamento violento com seus semelhantes de forma sistemática.

Isso não significa, por outro lado, que os austrolopitecos não utilizassem suas ferramentas rudimentares para matar animais que faziam parte da dieta dos membros do grupo. Tais atos envolviam, necessariamente, um grau de violência nascida de uma necessidade premente e incontornável: a fome (MONTAGU, 1978).

Some-se a isso o fato de que os grupos de austrolopitecos eram bastante restritos, com cerca de 20 a 30 membros, e ter-se-á uma idéia bastante clara da situação, isto é, se a violência intra-grupal fosse tão intensa como querem os etólogos, em pouquíssimo tempo não haveria mais do que 1 ou 2 indivíduos vivos, o

que significaria, na prática, o aniquilamento dos humanóides, já que, sem armas potentes, refúgios e/ou formas de defesa apropriadas, os sobreviventes logo sucumbiriam às feras, à inclemência do clima e às doenças agravadas por um quadro que, certamente, seria de sub ou desnutrição permanentes (MONTAGU, 1978).

Ao avançarmos alguns milhões de anos até o ser pré-Homo sapiens com características humanóides, o homem de Neanderthal, poderemos verificar com razoável facilidade que é a cooperação entre os membros de um grupo e não a violência o principal traço que os distingue.

Para compreender essa afirmação, basta um pequeno esforço de imaginação. Tome-se como ponto de partida as ferramentas que, mesmo consideravelmente mais evoluídas que as pertencentes aos austrolopitecos, ainda são rudimentares demais para permitir a caça e a defesa contra seres consideravelmente mais ágeis e perigosos como leopardos, babuínos e mamutes, para ficarmos em apenas três exemplos. É evidente que a união (cooperação) consiste no melhor modo não apenas de obter alimentos, mas também de defesa, haja vista que em grupo a fuga ou o enfrentamento tende a ser muito mais eficiente do que individualmente (MONTAGU, 1978).

Tendo esses dados como parâmetro, torna-se pouco crível a afirmação de que tais indivíduos passavam o tempo divididos entre a caça e sangrentas lutas corpo-a-corpo, seja para desenvolver sua habilidade guerreira, seja para se tornarem líderes dos demais.

Realmente, se as ferramentas de que dispõem são pouco desenvolvidas tecnologicamente, se a caça requer a participação de vários indivíduos e se a defesa/fuga é facilitada pela presença de vários indivíduos, acreditar que o homem desse período, já bastante próximo do seu sucessor indireto, o homo sapiens, alimentasse instintos violentos com a função de ferir e/ou destruir seus semelhantes, é totalmente irracional. Pode-se, numa concessão um tanto otimista, acreditar que as lutas intra-grupais dessem origem a uma espécie de seleção natural em que apenas os fortes sobreviveriam. Isso, porém, não se verifica, pois, por mais forte que fosse um indivíduo dessa época, com sua altura de cerca de 1,50 metro, aproximadamente 55 quilos e lanças rudimentares, não seria páreo para um leopardo (que ainda hoje é considerado o animal carnívoro mais temido pelos africanos), um alce ou um mamute (MONTAGU, 1978).

Em outras palavras, se apenas os fortes sobrevivessem em função justamente de sua maior habilidade, a noção/necessidade grupal seria afetada de modo terminal, impedindo a evolução progressiva de um modo de vida nômade/grupal para um outro fixo/social. Não estamos, é claro, advogando que não existiam líderes nos grupos, pelo contrário, esse parece ser um signo permanente das relações entre membros de um mesmo grupo, mas tão somente dizendo que o extermínio dos pares pela violência gratuita (instinto) seria algo totalmente contraproducente para a sobrevivência do conjunto.

Se pularmos mais algumas centenas de milhares de anos e demarcarmos como ponto de partida o mundo de 100 mil anos atrás, poderemos verificar que haviam no planeta três “humanidades”, a saber: o *Homo sapiens*, que ocupava porções consideráveis da África e da Ásia; o Homem de Neanderthal, que se fixava na Europa; e o *Homo erectus*, descendente de primatas inferiores que permanecia em Java (MONTAGU, 1978).

O fato de a espécie que predominou ter sido a do *Homo sapiens* não se apóia em guerras de extermínio como sustentam os defensores da violência inata, mas pura e simplesmente porque desenvolveu tecnologias de caça e defesa melhores, estabeleceu os primeiros lócus fixos sociais, além de ter estipulado regras de conduta, pois sem isso a formação dos primeiros núcleos sociais não teria sido possível. Outrossim, se levarmos em consideração a baixa densidade demográfica dessa época (as pessoas viviam, em média, entre 18 e 20 anos) e as distâncias enormes que separavam as diferentes espécies, como acreditar que tenha sido possível uma mobilização organizada, inclusive em termos de logística e estratégia, de grandes contingentes de *Homo sapiens* com o objetivo de exterminar as outras raças (MONTAGU, 1978)?

Nesse sentido, é bastante oportuna a contribuição de Narvaz e Koller (2006, p.122) ao afirmarem que

Estudos antropológicos indicam que, no início da história da humanidade, as primeiras sociedades humanas eram coletivistas, tribais, nômades e matrilineares. Tais sociedades (ditas “primitivas”) organizavam-se predominantemente em torno da figura da mãe, a partir da descendência feminina, uma vez que desconheciam a participação masculina na reprodução.

Note-se que as sociedades referidas pelos autores retrocitados são matriarcais, isto é, sem os costumes, crenças e, mais importante, a agressividade

aniquiladora da atuação grupal masculina. Esse tipo de sociedade era, ao contrário, bastante unida, já que demandava a cooperação de todos para a realização de tarefas que, em caso de brigas e agressões freqüentes, se tornariam inviáveis.

Os papéis sexuais e sociais de homens e de mulheres (...) e as relações sexuais não eram monogâmicas. Todos os membros envolviam-se com a coleta de frutas e de raízes, alimentos dos quais sobreviviam, bem como a todos cabia o cuidado das crianças do grupo. Muito tempo depois, com a descoberta da agricultura, da caça e do fogo, as comunidades passaram a se fixar em um território. (NARVAZ e KOLLER, 2006, p.125).

Foi somente com a criação de comunidades que as relações sociais se modificaram sensivelmente, pois cabia aos homens a tarefa de prover a alimentação via caça (em grupo, geralmente) e coleta, enquanto que às mulheres exigia-se cuidar da prole, alimentando-a e protegendo-a com os poucos recursos existentes. Somente então, as relações sexuais foram se tornando monogâmicas, não por uma mutação dos instintos sexuais, mas sim por necessidades sociais, especialmente a partilha de eventuais heranças (NARVAZ e KOLLER, 2006).

Como podemos perceber, não há quaisquer evidências de uma violência inata que, emergindo dentro do grupo numa perspectiva individual, embora recorrente, colocasse em risco a integridade dos membros desses núcleos humanos primários. Aliás, é a pouca freqüência de violência incapacitante e/ou exterminadora que permite o surgimento desse modelo de agrupamento social, uma vez que é a cooperação que permite a sobrevivência de todos e não a brutalidade em quaisquer de suas formas (NARVAZ e KOLLER, 2006).

Exemplo bastante eloquente dessas afirmações é o surgimento da família, isto é, de uma base fixa e erigida a partir de normas e regras de conduta na qual a necessidade de cooperação, organização e defesa formam o tripé essencial de sua existência. Ora, nada menos inato do que o desejo de formar um pequeno grupo social que permanece unido por meio da observação de convenções e não de necessidades ou determinações biológicas. A família, independente do seu formato, é o aspecto que erige e solidifica o todo social, pois será a partir dela que se organizará a sociedade, por mais primitiva que seja (NARVAZ e KOLLER, 2006).

Assim, na transição do nomadismo para o estabelecimento de um lócus mais ou menos permanente, há a predominância de vários elementos de caráter social e agregador, a saber: estabelecimento de regras, inter-proteção dos membros e a

formação de mini-grupos (famílias) que dão a sustentação necessária à formação e permanência de um grupo social.

Em outras palavras, a violência não podia ser ou atuar como um comportamento natural nessa estrutura social, posto que colocaria em risco a continuidade da mesma. Ser violento, nesse meio, equivaleria a desequilibrar e mesmo destruir uma construção social que se fez gradualmente necessária para a sobrevivência da espécie, o que contraria *in extremis* a idéia do homem como um ser violento por natureza (MONTAGU, 1978).

Se pularmos do período pré-histórico para o chamado período civilizacional ou, como é mais conhecido, histórico, encontraremos a marca indelével da violência, seja na Antigüidade Clássica com seus grandes pensadores, seja no obscuro período medieval, passando pelo Iluminismo e chegando até às matanças em escala industrial do século XX.

Tomando-se a civilização hebraica como ponto de partida e o confrontamento da mesma com outras civilizações e suas respectivas evoluções histórico-sociais, não há nada que impeça a visualização, em intervalos regulares ou irregulares, dependendo-se do ponto de vista adotado, da violência sempre presente, seja em que escala for (MONTAGU, 1978).

A Bíblia, o Alcorão e a Torah são repletos de menções à violência, seja na descrição de atos violentos, seja ainda na prescrição de leis que deveriam reger os povos. O código de Hamurabi, o mais antigo compêndio organizado de leis, é de uma dureza pétreia ao determinar quais as sanções cabíveis em situações consideradas passíveis de punição.

De fato, em Gênesis 4, versículo 23 vemos que a primeira forma de violência aplicada se deu antes mesmo do assassinato de Abel por seu irmão Caim, mais precisamente quando Deus expulsou Adão e Eva do Paraíso, obrigando-os, com isso, a sofrerem com as dificuldades atinentes à sobrevivência e à procriação. Com a morte de Abel temos, contudo, uma forma deliberada e dolosa de violência fatal, isto é, Caim mata seu irmão de forma intencional, sendo, logo a seguir expulso por Deus do local onde habitava e passando a levar uma vida errante. O Senhor, porém, coloca em Caim um sinal para que aqueles que o vissem não o matassem. É oportuno, aliás, salientar que o sinal (alguns o denominam de marca) de Caim é um ícone na não-violência, pois Deus o imprimiu ao primeiro homicida com vistas

justamente a preservar sua vida. Logo, afirmar que alguém que porta o sinal de Caim é, por definição, violento, é um equívoco (BÍBLIA SAGRADA, 1998).

A violência aparece de forma reiterada na Bíblia, notadamente no Velho Testamento, que assinala desde a ocorrência de sacrifícios rituais freqüentes, passando por maldições e expulsões de filhos ou outros tipos de parentes pelo patriarca de cada clã e, principalmente, nas guerras. Saul, o primeiro rei dos judeus, era um homem de armas, tendo derramado sangue em muitas batalhas. O genro de Saul e posterior rei de Israel, Davi, mostra ter um caráter violento, pois mencionam-se na Bíblia suas lutas contra feras e, em seguida, o ataque ardiloso que promove contra o gigante Golias (Davi não se bate em duelo contra o gigante, mas sim o ataca à distância, de um modo que se poderia denominar tanto de estratégico quanto covarde, o que faz emergir a figura de um rapaz ainda imberbe, porém suficientemente frio e calculista para derrotar, de maneira maquiavélica, um oponente bem mais poderoso). Outrossim, ao longo da relação de Saul com Davi, o primeiro arma emboscadas, traições e tramas com a intenção de assassinar seu genro, pois este é mais popular do que ele. Ao cabo, Saul e Jônatas, seu filho, acabam por cometer a forma suprema de violência: o suicídio (BÍBLIA SAGRADA, 1998).

O que se vê neste, como em muitos outros exemplos de violência na Bíblia e na história, são ações desencadeadas a partir de motivos diversos, porém nitidamente sócio-culturais. De fato, Saul persegue Davi por ter inveja dele; Amon violenta sua meia-irmã Tamar porque a deseja sexualmente e não consegue se livrar desse desejo incestuoso. Absalão, o mais carismático filho de Davi, promove um conjunto de ações deliberadas para, com o apoio popular, derrubar seu pai do poder e acaba sendo morto por um oficial de Davi por razões que não se assentam em qualquer instinto, mas pura e simplesmente na necessidade de supressão de um elemento que se mostrava capaz de promover graves problemas políticos e sociais e desestabilizar a ordem vigente (BÍBLIA SAGRADA, 1998).

A Lei de Talião (a mesma do Código de Hamurabi) é, essencialmente, reativa, ou seja, pensada e articulada em uma perspectiva de vingança, de represália, o que a torna uma violência fria, calculada, que muito pouco tem a ver com hipotéticos instintos animais.

A formação do Império Romano deu-se, basicamente, pela força e pela posterior dominação, com inequívoco emprego de violência. Não de qualquer tipo de

violência, mas sim de métodos guerreiros de combate e extermínio. Nas arenas do Coliseu, centenas (alguns estudiosos falam em milhares) de homens morreram de maneira atroz apenas para divertimento do público. Poder-se-ia dizer que os gladiadores lutavam para conquistar a liberdade e/ou algum tipo de recompensa, mas o fato é que lutavam porque não tinham nenhuma outra opção. Aliás, escravos que se rebelassem contra as ordens dos Césares eram sumariamente executados. Mas, e o público, por que se regozijava tanto com tais espetáculos? Por que eram indivíduos inatamente apreciadores da violência homicida? A resposta, também desta vez, não repousa em instintos pulsantes, mas sim em hábitos de cultura guerreira, pois Império nenhum se firma como conquistador de outras terras e povos sem ser por intermédio da violência. Além disso, a morte de um escravo (a maior parte dos gladiadores) era vista com os mesmos olhos com que, atualmente, a grande maioria das pessoas vê a matança de animais comestíveis, tais como vacas, porcos e galinhas, dentre outros (“A vaquinha de hoje é o bife de amanhã”), ou seja, algo comezinho, destituído de importância emocional significativa (CRETELLA JR., 1998).

Na Idade Média, a violência continuou a ser concebida e executada muito mais em função dos aspectos socioambientais e culturais do que por manifestações que pudessem se aproximar de um caráter inatamente violento. Exemplo disso é o tratamento reservado às diferentes classes sociais do período medieval, pois enquanto os senhores feudais e os membros do seu círculo próximo gozavam de prerrogativas diversas, a escala mais avultada e menos importante da população era sistematicamente espoliada de seus bens, de sua liberdade e mesmo de sua honra. Segundo historiadores, alguns senhores feudais e mesmo seus vassalos abusavam de modo freqüente dos seus servidores, escravizando uns, espoliando outros, aviltando todos. E por que agiam desse modo? Porque consideravam essa atitude comum, exequível e, sobretudo, normal, em que pese a dificuldade de se definir esse último termo.

Datam dessa época, ainda, as guerras entre feudos, os estupros (“filhos” diretos dos conflitos, mas também de uma cultura que considerava a mulher espólio de guerra), os roubos, as torturas e, acima de tudo, o assassinio de crianças, mulheres e idosos.

Entre as classes mais baixas também imperavam modos e costumes violentos, incluindo-se o bárbaro costume de extirpar o clítoris de meninas pré-

adolescentes, as brigas sangrentas por motivos de ordem pessoal ou social ancorados, por sua vez, em atitudes ditadas pelos hábitos entranhados em tais sociedades.

Sob o primado da honra, a vida tinha um valor menor que o da estima pública, sendo a belicosidade primitiva parte da lógica social. A violência era compreendida como um imperativo social que visava o prestígio ou a vingança, e o ato de vingar-se de um ultraje, de um assassinato ou de uma doença atribuída às forças maléficas de um feiticeiro inimigo visava o restabelecimento de um equilíbrio provisoriamente quebrado, na expectativa que a ordem do mundo pudesse ser restabelecida (NARVAZ e KOLLER, 2006, p.231).

Os Estados modernos, porém, modificaram estruturalmente a natureza da guerra. O que antes era um ato encetado para manter a ordem ou ainda com função punitiva de ações que iam contra a honra e o conservadorismo vigentes, passou a ser um instrumento de conquista, de imposição de uma cultura sobre outra e, acima de tudo, uma forma especialmente eficiente de se obter vultosos dividendos e poder (NARVAZ e KOLLER, 2006). O que se sobressai nos enunciados anteriores é a constatação de que a violência era empregada, em muitas situações, de um modo sistemático, racionalizado e devidamente pensado, o que demonstra, em seus contornos gerais, um não-inatismo dos atos violentos no homem, posto que os mesmos eram sempre consequência de aspectos que pouco ou nada têm a ver com os instintos primordiais humanos. A violência é, assim, um instrumento que tanto se presta como resposta emocional ativa ou reativa, quanto um *modus operandi* do indivíduo, do grupo ou mesmo dos regimes políticos, como se vê em seguida.

3 A VIOLÊNCIA COMO REGIME POLÍTICO

Falar sobre a violência no mundo civilizado é, quase sempre, referir-se também ao Estado e aos seus agentes, assim como às múltiplas finalidades e metas do ato violento e de suas motivações. Isso implica, de per si, a necessidade de analisar a violência no âmbito do Estado e, mais especificamente, a violência como regime político. Para isso, é importante compreendermos que a formação de pequenos grupos, logo transmudados em comunidades e, por fim, em sociedades

complexas, demandou a diversificação das tarefas, iniciativas e meios de execução em inúmeros elementos e situações.

Em outras palavras, se numa tribo indígena norte-americana como a dos Dakotas (também conhecidos como Sioux), a raça mais guerreira das planícies dos EUA até o final do século XIX, era possível a um pequeno grupo de pessoas (8 ou 10), de modo relativamente simples, deliberar e determinar quais as ações prioritárias da tribo, a divisão de tarefas e mesmo julgar comportamentos inadequados ou merecedores de honrarias, em sociedades mais complexas isso seria impraticável (BROWN, 2004).

Ora, em sendo assim, como determinar regras e leis de conduta, faze-las serem cumpridas e, ao mesmo tempo, estabelecer deveres e direitos e, sobretudo, promover a convivência do modo mais harmônico possível em agrupamentos humanos volumosos, estáveis do ponto de vista geográfico e bastante heterogêneos em sua composição? A resposta é relativamente fácil de se entender, mas extremamente difícil de ser explicada em bases científicas: o Estado é o ente jurídico, social e político que identifica, une e dispõe sobre a sociedade em seus diferentes substratos.

A essa altura, uma definição do que vem a ser o Estado em suas multifacetadas possibilidades seria bem-vinda, mas alongaria por tal forma este tópico que acabaria por desvirtuar aquilo que, do ponto de vista desta dissertação, nos interessa diretamente, qual seja o poder legitimado pelo povo e pelas instituições criadas para representar, coagir, punir e proteger o homem social. Nesse sentido é oportuna a afirmação do grande jurista italiano Norberto Bobbio, quando salienta que

Poder é a possibilidade de contar com a obediência a ordens específicas por parte de um determinado grupo de pessoas. Todo poder carece do aparelho administrativo para a execução das suas determinações. O que legitima o poder não é tanto, ou não é só, uma motivação afetiva ou racional relativa ao valor: a esta se junta a crença na sua legitimidade. O poder do Estado de direito é *racional* quando, escreve Weber, "se apóia na crença da legalidade dos ordenamentos estatuídos e do direito daqueles que foram chamados a exercer o poder (BOBBIO, 2000, p. 402).

Valendo-nos do pensamento de Bobbio (2000), podemos inferir que o componente fundamental do Estado, que tanto o distingue do ente humano

individual quanto dos grupos e subgrupos dentro de sociedade estamentária, ultrapassando a ambos em sua extensão e domínio, é a legitimação que, ao ser concedida aos mandatários que formam e dão corpo ao *Status*, também concedem ao Estado o Poder em sua forma mais ampla e absoluta.

Assim sendo, podemos afirmar, sem quaisquer pretensões de exaurir o tema ou mesmo delimitá-lo em definitivo, que o Estado só existe enquanto tal na mesma proporção em que seu poder seja maior do que o do indivíduo ou dos grupos, em comunhão ou não, e que, respaldado pela legitimidade, permita, pela ordem: a existência do Estado, a dominação, o controle e a proteção dos entes físicos e jurídicos sobre os quais incide.

Dominação legal em virtude de estatuto. Seu tipo mais puro é a dominação burocrática. Sua idéia básica é: qualquer direito pode ser criado e modificado mediante um estatuto sancionado corretamente quanto à forma [...] Obedece-se não à pessoa em virtude de seu direito próprio, mas à *regra estatuída*, que estabelece ao mesmo tempo a quem e em que medida se deve obedecer (WEBER, 1989, p. 128-129).

Evidentemente, nessas circunstâncias, o Estado deverá estar capacitado não apenas a mandar cumprir (poder de mando), mas também e igualmente importante, do poder de fazer cumprir, que encampa, nos modelos de Estado de Direito, os próprios mandatários.

Também quem ordena obedece, ao emitir uma ordem, a uma regra: à "lei" ou "regulamento" de uma norma *formalmente abstrata* [...] Seu ideal é: proceder *sine ira et studio*, ou seja, sem a menor influência de motivos pessoais e sem influências sentimentais de espécie alguma, livre de arbítrio e capricho e, particularmente, "sem consideração da pessoa", de modo estritamente formal segundo regras racionais ou, quando elas falham, segundo pontos de vista de conveniência "objetiva" (WEBER, 1989, p. 128-129).

A contribuição de Max Weber ao breve exame que aqui procedemos é fundamental, dado que visamos examinar, restrita e estritamente, as representações de violência de um dos braços mais fortes do Estado, qual seja uma ou mais forças armadas. De fato, o filósofo germânico deixa evidente a necessidade de dominação que o Estado deve impor sobre o indivíduo, dominação esta que será sancionada não com base nos direitos próprios da pessoa, mas na regra legalmente editada e consagrada. E em que isso implica, do ponto de vista do trabalho aqui apresentado? Significa que o estado instituirá a lei, o ordenamento jurídico-processual, os limites

desse Estado (especialmente quando se trata de um Estado de Direito) e os meios e recursos de que se valerá para manter o *status*, que outro não poderia ser que o de dominação legalmente demarcada e legitimada.

Nesse sentido, Miranda (2000, p. 47-48) comenta algumas das características permanentes do Estado. Destas, elencamos as seguintes:

a) complexidade: o Estado reúne instituições, organizações e estratos sociais diversos, o que lhe confere grande complexidade.

b) institucionalização: por sua própria natureza o Estado demanda a criação permanente de instituições que possibilitem o desenvolvimento de suas atribuições, o que o torna algo em permanente transformação.

c) coercibilidade: isoladamente, esta é a principal categoria do nosso estudo, pois se refere à obrigatoriedade do Estado em fornecer, de modo permanente, segurança pública aos cidadãos e às instituições, ou seja, o Estado, obrigatoriamente, deve agir de modo coercitivo na promoção da segurança dos indivíduos e instituições, através de recursos, meios e iniciativas/atividades que previnam e combatam ações criminosas e/ou violentas de quaisquer espécies.

É evidente, diante do que aqui foi exposto, que o Estado, até mesmo para ser considerado como tal, deve ser capaz de exercer um domínio coercitivo em relação aos cidadãos e instituições sob sua égide, o que implica, em contrapartida, na disponibilização de serviços que fomentem o bem-estar da população ou, de modo mais simples e pouco “sociológico”, que o Estado retribua aquilo que toma do indivíduo, seja através de tributos, seja através dos muitos deveres que recaem sobre o homem política e socialmente considerado.

E o que isso tem a ver com a violência, notadamente no âmbito do Estado? Adorno e Pasinato (2007, p.134) salientam que

Esse longo processo demandou requisitos institucionais, entre os quais o mais importante - o monopólio estatal da violência. É célebre a fórmula weberiana: no interior de um território delimitado, o Estado moderno é justamente a comunidade política que expropria dos particulares o direito de recorrer à violência como forma de resolução de seus conflitos (pouco importando aqui a natureza ou o objeto que os constitui).

Esta afirmação traz à tona, de modo bastante claro, a noção de que a violência somente será legitimada em condições tais que possibilitem ao estado empregá-la amparado em preceitos legais. É curioso, pois, que o Estado em sua

condição de representante do coletivo social tenha em si tal poder, negando-o, todavia, ao ente individualizado. É a reafirmação, por vias transversas, da precedência e significância do Estado sobre o homem, do institucional sobre o pessoal.

Na sociedade moderna, não há [...] qualquer outro grupo particular ou comunidade humana com "direito" ao recurso à violência como forma de resolução de conflitos nas relações interpessoais ou intersubjetivas, ou ainda nas relações entre os cidadãos e o Estado. Aqueles que estão autorizados ao uso da violência o fazem em circunstâncias determinadas, em obediência ao império da lei [...]. Legitimidade identifica-se, por conseguinte, com legalidade, e legalidade constitui, por conseguinte, o fundamento de um sistema jurídico confiável, [...] um sistema cuja funcionalidade e operações garantem previsibilidade de ações e resolução de conflitos segundo regras reconhecidas como legítimas. (ADORNO e PASINATO, 2007, p.134).

Deduz-se dessas afirmações que o Estado não apenas detém o poder de forma legitimada como é por meio dessa legitimação que ele pode agir coercitivamente contra o cidadão e as instituições. Isso pode significar que nem sempre o Estado paute suas iniciativas pelo bem-estar do maior número de pessoas possível, mas sim, por vezes, por razões, interesses, motivações e objetivos inteiramente diversos daquilo que se prevê, resumindo em linhas gerais, na Teoria Geral do Estado: a identificação e a reunião de meios e agentes em busca do bem-comum.

Ao contrário disso, alguns regimes, especialmente os ditatoriais, são notoriamente violadores de direitos humanos e de cidadania, além de favorecer apaniguados dos membros do poder e impedir manifestações que se respaldem em atitudes libertárias e democráticas.

3.1 O ESTADO DE VIOLÊNCIA: O FASCISMO

Um aspecto que se destaca quando nos dispomos a analisar, mesmo que brevemente, a evolução da violência no meio de sociedades organizadas e complexas, é a recorrência com que a violência foi (e é) empregada no sentido de garantir o domínio do Estado sobre as instituições e pessoas que o integram.

De fato, regimes políticos diversos, em situações e momentos também variados, empregaram e empregam a força coercitiva do poder estatal para intimidar, reprimir, controlar ou mesmo eliminar pessoas/grupos (não necessariamente nesta ordem) que estejam em conflito, por quaisquer razões, com os mandatários do Estado.

Nesse sentido, há que se abordar os chamados regimes totalitaristas, independente de sua ideologia fundadora (esquerdista, anarquista, direitista, etc.), uma vez que é justamente à sombra dos governos que se erigem sob tal égide que se verificam ações violentas em escalas que vão da simples pressão psicológica ao extermínio. Como explica Escorel (1993, p.50), os regimes totalitários caracterizam-se por algo mais do que a exclusão ou o impedimento do pleno usufruto da condição humana

A exclusão é a impossibilidade de realizar plenamente a condição humana: é não poder ser um cidadão de sua polis. Essa exclusão é distinta da abolição de direitos políticos e da supressão do espaço público levado a cabo pelos regimes autoritários, despóticos e ditoriais.

Temos, assim, que um regime totalitário irá impor ao indivíduo uma ordem na qual ele, pessoa humana, não tem mais direitos elementares, nem quaisquer possibilidades de, agregando-se a outros indivíduos, atuar em uma direção que não se coadune com os propósitos do Estado. Torna-se desnecessário dizer que, sob um regime político de tal natureza, qualquer forma de antagonismo do homem em relação aos mandatários políticos será reprimida com formas diversas de violência. Escorel (1993, p.50), citando Arendt, afirma que

Percorrendo [...] "Os Três Pilares do Inferno" - o anti-semitismo, o imperialismo e o racismo, a autora analisa a construção de uma situação social e de uma forma de governo, única, com traços distintivos e singulares: o Totalitarismo. Nessa forma de governo há um processo constante, sem fim, de exclusão de grupos sociais e uma forma específica de exclusão: o extermínio. É o domínio do terror.

Tendo essa asserção como base, não é difícil intuirmos que, quanto mais totalitário for o Estado, mais poder ele terá e, justamente para manter e, quiçá, aumentar esse poder, irá instaurar formas diversas de terror, de barbárie e de

violência em suas múltiplas possibilidades, como ocorreu com o malfadado regime fascista imediatamente antes e durante a Segunda Guerra Mundial.

É necessário ressaltarmos, contudo, que não estamos afirmando que o fascismo seja o regime que mais violências praticou, pois em outros regimes totalitários, especialmente o comunismo, na antiga União Soviética de Stalin ou ainda as ditaduras militares na América do Sul, assim como o Nazismo na Alemanha, entre muitos outros exemplos, foram muito mais longe na prática de atos brutais contra a população. Afinal, é por meio do terror que o totalitarismo aniquila fisicamente seus desafetos, sendo que a principal lei a ser obedecida é justamente a da não contestação do regime (SCOREL, 1993).

O que queremos dizer, fazendo coro a Wertham (1967), é que o fascismo, em sua essência, é um regime erigido e mantido pela violência. Isso significa que, na perspectiva fascista, a violência é o meio mais adequado de conquistar e manter o poder. Uma tal visão não implica em dizer que o fascismo tenha eliminado mais inimigos ou matado mais pessoas que outros regimes totalitários, mas sim que ele (o fascismo) é apenas o que valoriza mais a violência como veículo e modo de governo.

É oportuno ressaltar que não são apenas os regimes totalitários que promovem formas diversas de violência e terror contra o cidadão. As democracias também incorrem em tais “deslizes”, ainda que de modo menos recorrente. Aliás, é interessante deixar claro que a democracia não é uma forma de governo encontrável em estado “puro”, isto é, sem as máculas comuns do totalitarismo. A priori, podemos afirmar que as democracias, por mais estabelecidas e longevas que sejam, possuem “nódoas” bastante visíveis e violentadoras. Exemplo dessa afirmação é a asserção de Escorel (1993) de que existem práticas totalitárias em regimes não totalitários. Tome-se como base o caso do Brasil, onde milhões de pessoas vivem em situações precárias econômica, social e politicamente. “Cerca de 1/5 da população sequer atinge as ‘franjas’ do espaço público, não adquire a igualdade de direitos que o regime político democrático potencialmente lhe ofereceria” (SCOREL, 1993, p.53). Isso é um exercício de totalitarismo dentro de um regime, oficialmente falando, democrático.

Da mesma maneira, a mais antiga (tomando-se como referência a época atual) democracia, os Estados Unidos, apresentou casos de violação incontestável dos direitos humanos quando, na prisão de Abu Ghraib, soldados norte-americanos

humilharam, ofenderam e torturaram prisioneiros suspeitos de ligação com grupos terroristas. Desse modo, não se pode pensar em regimes políticos como algo homogêneo, sem arestas ou contradições, pois tais regimes, a exemplo do próprio homem, reagem de acordo com as circunstâncias e estas nem sempre são previsíveis ou adequadas àquilo que pode ser mantido sob controle direto ou indireto.

É preciso evidenciar, pois, que todo e qualquer regime político pode se valer da violência, independentemente de ideologias. De fato, até mesmo as democracias não são imunes ao emprego de força como forma de imposição e dominação. Não existem regimes “puros” (socialismo, comunismo, anarquismo, etc.), já que, sob certos aspectos, podem se igualar. Isso se vê, por exemplo, nas práticas perniciosas de violência e humilhação impostas pelos americanos (cidadãos da maior e mais antiga democracia do planeta) à população do Vietnam e aos civis mortos no Iraque que, segundo fontes diversas, pode já ter chegado à casa dos seis dígitos (VEJA, 2007).

Posto isto, podemos dizer, de acordo com Wertham (1967), que nenhum regime político, nenhuma ideologia (mesmo as militaristas), foi tão longe, todavia, em sua relação com a violência quanto o fascismo. Erigido a partir de uma visão distorcida do poder coercitivo do Estado, o fascismo é, em que pesem eventuais atenuantes históricas específicas (o fascismo teve seu auge imediatamente antes e durante a sangrenta Segunda Guerra Mundial, sob o comando, na Itália, de Benito Mussolini), a violência como forma de governo.

Durante sua implantação na Itália pré-Segunda Guerra Mundial, o fascismo escorou-se no descontentamento das classes operárias com a política de franca negligência para com necessidades imprescindíveis da população como alimentos e remédios. Isso permitiu o avanço fascista e, já nos primeiros confrontos com o governo, o uso de violência para atingir as finalidades desejadas. Se teve uma discutível legitimidade em seus primórdios, ao se instalar no poder o fascismo mostrou sua verdadeira face, tornando o Estado um mecanismo de repressão e totalitarismo e, ao mesmo tempo, voltando-se contra a classe operária, além de se aliar aos burgueses e à cúpula da Igreja Católica (WERTHAM, 1967).

Temos, assim, um quadro bastante peculiar: o fascismo tem origem e se define enquanto *modus* de governança no período entre guerras mundiais, mas, ao mesmo tempo, transmuda suas origens de tal forma que, instalado no poder, nega o

seu programa inicial para se aliar justamente àqueles que supostamente deveria combater. Evidentemente, isso causou revolta e essa revolta foi o pretexto para ações militaristas e opressoras sobre grande parte da população italiana. E tudo com o aval das elites sociais e clericais. As brutalidades cometidas eram sempre “sustentadas” em argumentos nos quais sobejam termos como “necessidade de proteger o Estado”, “debelar a barbárie das classes dominadas”, etc. (WERTHAM, 1967)

Qualquer matiz de ideologia pré-fascista, religiosa ou de livre-pensamento, nacionalista ou pacifista, elitista ou populista, poderá ser tragado pela corrente totalitária, não importando as inconsistências desse agrupamento. A racionalidade fascista consiste muito mais no estabelecimento de um sistema onipotente de poder do que no respeito a algum tipo de “filosofia”. Assim a importância do conteúdo dogmático do *médium* religioso como tal não importa muito. (ADORNO, 1976, p. 86-87)

Como se depreende das palavras de Adorno, o fascismo reformulou e ampliou o conceito de agressão do Estado da auto-defesa. Ações de franca repressão e violência desmedidas foram perpetradas sob o manto e, por que não dizê-lo?, pela conveniente leniência da Igreja com a suposta pretensão de defender os fracos. Aliás, esse termo, fraco (ou, como preferiam os fascistas, frágil), é um símbolo eloquente da visão fascista, pois é para defender esse indivíduo “indefeso” que o estado promove massacres e atos brutais, tornando o fraco, paradoxalmente, forte, pois é ele quem pratica os atos de violência para, logo em seguida, ser também vítima da violência do Estado.

O fascismo se mostra tão totalitário que, à medida que encampa o poderio estatal e o utiliza para perpetrar-se no poder e, concomitantemente, suprimir via violência os pontos de conflito, os questionamentos e até a presença do homem pensante, se faz tão próximo do cidadão que este, literalmente, leva o medo do Estado para dentro de casa.

Sob o fascismo, psicologicamente, a ninguém é permitido dormir - uma das torturas preferidas, aplicadas pelos governos autoritários às suas vítimas, é do seu sono ser a toda hora interrompido até que os seus nervos entrem em colapso. O ódio fascista ao sono - no sentido mais amplo de deixar alguém a sós - é refletido na ênfase do líder fascista sobre a sua própria infatigabilidade, por meio da qual estabelece um exemplo para os seus seguidores. A infatigabilidade é uma expressão psicológica do totalitarismo. Nenhum descanso é

dado, a menos que tudo esteja confiscado, agarrado, organizado. (ADORNO *apud* CARONE, 2002, p.202)

Em sua expressão mais plena, o domínio pela violência, o fascismo encampa e/ou produz meios e normas de emprego da violência como instrumento de dominação, apaziguamento e permanência do *status quo* (fidelização) dentro de um Estado, mas não permite às instituições e aos indivíduos usufruir das benesses que supostamente são asseguradas pelo regime: segurança, conforto material, livre-pensar, etc. Longe disso, o Estado fascista toma para si e para alguns privilegiados tudo o que de bom se oferece em uma sociedade relativamente organizada e complexa.

A essa altura, podemos ser inquiridos quanto aos por quês dessa breve análise sobre o fascismo. As respostas são várias, mas mantêm como denominadores comuns dois aspectos, a saber: a polícia (e as forças armadas, de maneira geral) e as instituições, no modelo fascista, são os mecanismos que permitem ao Estado reprimir, coagir e manipular o indivíduo, ao mesmo tempo em que esmaga, na acepção mais destrutiva do termo, o contrário, o desviante e o distante. O segundo elemento é que, no fascismo, ataca-se sempre, mesmo que o perigo não se concretize ou se torne real. Essa concepção, longe de já ter desaparecido, apresenta-se pujante em nossos dias.

Em outras palavras e se usarmos essas assertivas no rumo do estudo aqui apresentado, podemos dizer que em um Estado fascista ou mesmo semi-fascista, a violência será a resposta à violência, ao crime, à rebelião e ao questionamento. O governo fascista limitar-se-á ao emprego da força como resposta às demandas sociais e às suas próprias obrigações, alheando-se à busca por novos e diferentes caminhos que obtenham iguais ou melhores resultados que o emprego da força bruta.

Dito de outro modo e mantendo o foco no tema desta dissertação, em um governo onde a violência é institucionalizada e legitimada, a polícia será a ponta de lança de uma opção francamente agressiva e destruidora em relação às opções de confronto entre esse governo e parte de seus oponentes. Ou seja, criam-se as condições para que surjam e se fortaleçam os indivíduos e organizações treinados para agredir, ferir, torturar e matar. Abrem-se as portas para que surjam os “cães de guerra” que atuam legitimados pelas políticas de segurança pública do Estado.

4 O HOMEM VIOLENTO: QUEM É ELE?

Poucos são os temas que se mostram tão difíceis no tocante à sua delimitação como a indagação que busca saber quem é o homem violento, quais as suas características, seu perfil psicossocial, suas experiências de vida.

Essa dificuldade pode ser melhor entendida quando se verifica que o homem violento é tanto o pai de classe média alta que repreende a filha adolescente diante dos amigos da mesma, abusando, desse modo, do pátrio poder, quanto o traficante de drogas que manda executar inimigos e/ou ‘inconvenientes’. O homem violento também pode ser o agricultor analfabeto que espanca frequentemente os filhos, tanto quanto pode ser um indivíduo dotado de rara argúcia e inteligência, como o eram os oficiais da temida SS nazista. Mesmo que adotemos outros quesitos (idade, localização geográfica, períodos históricos, etc.), ainda teremos posições extremas igualmente envolvidas com a violência, independente do ângulo que se queira enfocar essa problemática. Como explica Montagu (1978), a violência não é a marca de um grupo, de um indivíduo ou de um outro fator isoladamente: freqüentemente é o somatório de vários aspectos.

Essas conjecturas são fundamentais para que se possa compreender que o homem violento não é, em definitivo, o produto de uma carga genética X apenas ou ainda de uma hereditariedade da qual não pode fugir. Não há, do mesmo modo, um único agente causal das atitudes violentas, mas sim a concorrência de muitos e diferentes aspectos que, em um determinado indivíduo, em um determinado tempo e lugar, irá fomentar um “aprendizado” (experienciação) de violência para, então, concretizá-la no ataque aos seus semelhantes.

Tendo em vista essas afirmações, não se pode falar do homem violento como um ser naturalmente capaz de praticar atos violentos, mas sim como alguém que, a partir de experiências, meio cultural e influências distintos, passou a conceber, inicialmente de modo inconsciente, a noção de que, atuando violentamente, conseguiria obter algo e/ou se sobrepor de um modo que, de outra maneira, não poderia lograr atingir (MONTAGU, 1978).

Em todo o longo e complexo processo de formação de uma personalidade violenta, há que se ter em mente que vários fatores estarão presentes/ausentes, guardando entre si, contudo, como denominador comum, o fato de advirem do

ambiente, das relações sociais e da cultura. Nesse sentido, é valiosa a contribuição de Vellasco (2005, p. 176), ao afirmar que

Entender a violência, antes de tudo, como um fenômeno cultural, permite contornar as dificuldades postas pelas concepções de anomia, como recurso explicativo das condutas que, aparentemente, indicariam uma incapacidade de apreensão de regras e normas desejáveis e pela idéia de irracionalidade desta violência, uma vez que, aos olhos do observador, haveria uma desproporção entre seu uso e as finalidades pretendidas.

Praticar a violência, sob quaisquer de suas formas, é um ato que resulta de uma combinação de fatores, especialmente de natureza cultural (passível de aprendizagem, portanto), não de um único fator que determinaria a conduta do indivíduo.

Homens e mulheres – e sempre mais os primeiros – em todos os estratos sociais, tornavam-se violentos, ou melhor, recorriam à violência física, como forma corriqueira de solução dos problemas, de enfrentamento de conflitos, como defesa do que julgassem seus direitos e [...] neste sentido, o uso da força era amplamente reconhecido e valorizado. Honra era, afinal, a possibilidade de ser respeitado pelos demais e a violência, um teste de força, de coragem e valentia, pelo qual se demonstrava a disposição de estar no mundo e ocupar aquele espaço que, de outro modo, não lhe pertencia (VELLASCO, 2005, p.177).

Conquanto Vellasco (2005) se refira a um tempo/lugar específicos (Interior de Minas Gerais no final do século XIX), as suas observações são perfeitamente válidas no âmbito do presente estudo, seja por deixar claro quais os parâmetros de julgamento adotados, via de regra, pelo homem violento, seja ainda por esclarecer que existe uma grande desproporcionalidade entre o agravio (se é que podemos chamá-lo assim em determinadas situações) recebido e a resposta dada.

Evidentemente, estamos nos referindo a um tipo específico de homem violento, qual seja aquele que, convivendo em um ambiente no qual praticar a violência é uma forma rápida de obter justiça, reparação e/ou desagravo (não vamos entrar no mérito semântico desses termos), isto é, ao indivíduo intelectual, dotado de pouca ou nenhuma instrução e produto efetivo do meio violento que o cerca. O homem violento, porém, não se restringe a esse protótipo. Antes, pelo contrário, é extremamente diversificado. Tome-se, como mais um exemplo, o caso do terrorismo e dos seus agentes, os terroristas. O que leva, afinal, alguém a morrer em nome de

uma crença e, não satisfeito, matar a maior quantidade possível de pessoas no transcorrer de um suicídio que poderíamos denominar de “auto-martirização” (o termo mártir, aqui, é empregado com acepção religiosa)? Como explica Wellausen (2002, p.88)

A história registra a presença da violência em suas formas mais extremas: guerra, massacre, genocídio, extermínio, terrorismo. A guerra resulta de uma violência institucionalizada, ritualizada, e por mais cruel que seja, admite regras e leis que engendram a beligerância e supõe a busca da paz; reconhece o inimigo como pessoa, respeita os feridos e prisioneiros, poupa as populações civis.

Em termos teóricos e mesmo legais, a guerra (independentemente do horror que provoca) seria ou deveria ser um elemento passível de controle através de regras (respeitar a população civil, por exemplo), o que implicaria dizer que existe um limite para a brutalidade humana quando esta está protegida pelo “manto” da civilidade (perdoe-se-nos a incongruência de associarmos termos tão díspares quando guerra e civilização).

Essa prática ideal é negada pelo massacre, pelo desencadear selvagem do ódio e das pulsões destrutivas: abandono de feridos, matança de prisioneiros, tortura, violação, mutilações, queima, execução de mulheres, crianças e velhos. Através de destruições deliberadas, sistemáticas e programadas, o genocídio atinge o auge do horror na eliminação total de indivíduos. (WELLAUSEN, 2002, p.89).

Partindo dessas afirmações, podemos concluir, não sem certo espanto, que o homem violento terrorista é produto de uma ideologia/crença absolutamente fanática, mas, no seu agir violento, é racional, seletivo, qualitativo: não se atinge algo ou alguém apenas por sua vulnerabilidade, mas também por critérios vários como etnia, religião, credos políticos, etc. O terrorista enquanto homem e ser violento, é uma mescla extremamente complexa de racionalidade violenta com fanatismo igualmente violento, embora neste último caso estejamos nos referindo a um dos fatores que levam alguém à prática do terror (WELLAUSEN, 2002).

Como podemos perceber facilmente, os perfis de violência são, em grande parte, moldados pelo meio. De fato, podemos ter o caso de um homem violento como produto da ignorância, da observação de valores e princípios repassados de preconceito e desconsideração pela vida humana. Nesse ambiente, noções tão

imprecisas como honra, “macheza” e/ou coragem moldam caracteres até tornarem-nos altamente suscetíveis a circunstâncias que poderiam ser resolvidas pelo diálogo ou, no máximo, pela justiça; longe disso, porém, são “resolvidas” violentamente. Em outra situação, podemos ter um indivíduo razoavelmente culto, inteligente, instruído que, não obstante, traz em si uma violência desapiedada, a qual desemboca em ações brutais e difíceis de se compreender.

Ao buscarmos dizer quem é o homem violento, acabamos por formular muito mais indagações do que respostas, pois não se fomenta um caráter violento a partir deste ou daquele episódio, mas sim de um amplo rol de experiências, fatores de influência, percepções e concepções do indivíduo face ao meio e à cultura, bem como às suas próprias singularidades como ator, agente e receptor de inúmeras interações com aquilo e aqueles que o cercam (SOREL, 1993). De outro modo, as respostas para a identificação do homem violento encontram-se na psicologia, não podendo ser encampadas, em seus múltiplos desdobramentos pela sociologia apenas. Quando inseridas em um contexto mais restrito e específico, como soe ser o caso da atuação policial militar (tema geral da dissertação aqui apresentada), verificamos, mais uma vez, que a violência não pode se restringir a alguns indivíduos ou grupos, mas também às corporações.

O senso comum, a mídia e também análises de cunho acadêmico têm revelado grande consenso ao insistir no caráter violento da atuação policial, além de enfatizar que essa violência é o estopim para outros tipos de violência protagonizados pelo cidadão comum, numa resposta em cadeia, que se converte em uma espécie de círculo vicioso (PORTO, 2004, p. 132-133).

De modo geral, pode-se dizer, metaoricamente, que uma semente de violência, quando enfocada pela mídia, faz emergir a idéia, freqüentemente falsa, de que tudo o mais é resultante de uma mesma matriz, que a violência é a resposta mais adequada à resolução de problemas ou quaisquer outras situações, mesmo que passíveis de serem contornadas pelo diálogo.

Essa violência, contida estruturalmente no *ethos* e na cultura organizacional dos modelos de polícia em vigor no Brasil (...), poderia, em certo sentido, ser pensada como expressão da violência que, enquanto representação social, estrutura e regulamenta relações sociais. A sociedade se representa como violenta, as políticas públicas de segurança estão referidas a esse conteúdo do imaginário social, deixando emergir sentimentos ambíguos e mesmo contraditórios: por um lado, a exigência, quase obsessiva, de que a

impunidade seja enfrentada e combatida pelos poderes competentes aponta na direção de uma recusa da violência como forma de resolução de conflitos (PORTO, 2004, p.133).

Se utilizarmos como ponto de partida as asserções de Porto (2004), torna-se possível promover uma ilação que coloca em xeque o funcionamento da segurança pública: se a polícia combate a violência em um contexto de “des-civilização”, não a está suprimindo ou, pelo menos, reprimindo-a tão somente, mas sim aumentando-a. Em outras palavras, o terreno da atuação policial, por definição, é o jurídico-criminal, o que torna as corporações policiais o braço operacional da justiça. Ao promover formas de prevenção e, em quantidade muito maior, repressão brutais, os policiais, mesmo chegando ao final desejável para a ação policial (tirar de circulação criminosos e outros elementos nocivos à sociedade) em algumas situações, promovem e disseminam modos de violência que, ressalte-se, são recorrentes demais para serem considerados exceção.

Temos, assim, de um lado, a marginalidade e parte significativa da população e, de outro, a polícia. O choque entre os dois lados é necessário e inevitável desde que haja atividade policial, embora ocorram aumentos significativos de atos violentos nesse entrechoque, dado que a polícia não irá “servir e proteger” apenas: irá agredir, torturar, matar... (PORTO, 2004).

Basicamente, não parece haver uma distinção precisa entre o que é violência no sentido marginal e violência policial, pois ambas se mesclam e se confundem na arbitrariedade e no dano que causam às pessoas pobres e desvalidas em qualquer escala.

Do ponto de vista das representações sociais de diversos grupos (bandidos, policiais, grupos sociais, etc.), violência é um *modus* aceitável de combater eventos diferentes como criminalidade, desobediência dos filhos, discussões de trânsito e até mesmo pequenas desavenças com os vizinhos. A mídia, afinal, “consagra” essas representações como válidas.

Como afirma Porto (2004), o homem violento que serve (ou deveria servir) à lei, é ou aparenta ser, eivado dos mesmos fatores influenciadores e até determinantes de um comportamento brutalizado, com a única ressalva de que se encontra do “outro lado do balcão” e tem por si o judiciário, as corporações e o Estado.

A essa altura, responder a questão que norteia este tópico se mostra ainda mais íngreme, pois os dados apresentados apontam para uma tal diversidade de possibilidades de definição/caracterização do homem violento, que seria infrutífero e pretensioso querer dizer, em termos absolutos, quem é esse ser.

Podemos, contudo, aventar a hipótese de que o homem violento é, em linhas gerais, o substrato daquilo que o ser humano precisa abolir para poder evoluir de modo minimamente justo e equânime: a incapacidade para alijar de si o mal que torna um ser racional em alguém que não apenas prejudica, mas vai de encontro ao ambiente social, desde que tenha sido influenciado pelo ambiente. Nem todo indivíduo violento será o que dissemos, mas com certeza tudo o que dissemos é parte de alguns indivíduos que vivenciam a violência como uma forma aceitável de vida.

III A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS COMO SABER CIENTÍFICO E ALGUMAS DE SUAS APLICAÇÕES

Neste capítulo são tecidas algumas considerações sobre a Teoria das Representações Sociais (TRS), as características imanentes à mesma, bem como algumas possíveis aplicações deste conjunto de saberes nas sondagens psicológico-sociais.

1 ORIGENS DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais, enquanto *corpus* teórico devidamente delimitado e distinto de outras áreas análogas, teve seu marco fundador nos trabalhos do húngaro Serge Moscovici, especialmente no (hoje) clássico compêndio “Psicanálise: sua imagem e seu público”, de 1961. Conquanto não traga uma definição conceitual formalizada, a obra, que reúne vários, embora complementares, aspectos da visão do autor sobre TRS, apresenta um painel bastante elucidativo sobre as bases nas quais se encontra assente a teoria, assim como suas inúmeras aplicações em análises de grupos, comunidades e sociedades complexas, além do próprio indivíduo.

Como nenhum conhecimento é produzido a partir do não-existente, também a TRS foi significativamente influenciada pela concepção de Emile Durkheim da sociedade como algo que tem um fim em si própria, expressa no conceito de Representações Coletivas. Segundo Durkheim (1989), a sociedade apresenta elementos, aspectos e valores que se condensam e fogem ao controle do indivíduo para se cristalizarem nos agrupamentos sociais. Isso implica dizer que o indivíduo traz em si uma espécie de “zona cinzenta” que, mesmo sendo inerente à sua

condição de ser social, lhe é totalmente autônoma, tornando-se tangível apenas e tão somente no corpo coletivo.

Uma diferença fundamental entre os estudos de Moscovici (1978, 2004) e os de Durkheim (1989) refere-se ao caráter de reminiscência subjacente às Representações Coletivas e o recorte de aspectos dinâmicos que ocorrem no dia-a-dia promovido pelo primeiro. De fato, embora concordem quanto às influências do social sobre o individual, Durkheim (1989) e Moscovici (1978) aportam em concepções finais distintas, cabendo a este a compreensão de que as zonas cinzentas correspondentes às representações sociais influenciam, mas não anulam, o *totum* do indivíduo. Nesse sentido, conforme explica Guareschi (1997, p.196),

Moscovici tinha consciência que o modelo de sociedade de Durkheim era estático e tradicional, pensado para tempos em que a mudança se processava lentamente. As sociedades modernas, porém são dinâmicas e fluidas. Por isso o conceito de “coletivo” apropriava-se melhor àquele tipo de sociedade, de dimensões mais cristalizadas e estruturadas. Moscovici preferiu preservar o conceito de representação e substituir o conceito “coletivo”, de conotação mais cultural, estática e positivista, pelo “social”: daí o conceito de Representações Sociais.

De acordo com Sá (2004), em linhas gerais, Moscovici parte da crença de que há, em qualquer sociedade, mormente as mais complexas, duas modalidades genéricas de pensamento: as que se baseiam na chamada reificação e as outras, nominadas de *consensuais*. A primeira modalidade diz respeito às diversas manifestações dos conhecimentos acadêmicos e científicos, onde se dá um rigoroso exame desses saberes a partir de referenciais lógicos, metodológicos e objetivos. Nesse âmbito, ocorre também a chamada especialização do saber, bem como o estabelecimento de uma hierarquia entre os diferentes produtos do saber humano.

Logicamente, não há, nessa esfera, predomínio de senso comum, mas sim de dados e informações passíveis de reprodução e dotados de um caráter fidedigno. Isso já nos permite inferir, por contraposição, que a outra modalidade é justamente a que se baseia nas observações superficiais ou destituídas de método, nas crenças, mitos e visões produzidos e reproduzidos no seio da sociedade, sem que para tanto concorra qualquer rigor científico ou acadêmico. É, pois, o senso comum, o predomínio do aspecto prático e cotidiano ou, como bem notou Moscovici (1978), as representações sociais. Nesse sentido, Sá é bastante feliz ao salientar que

A quantidade e a forma das informações sobre o objeto, assim como o meio pelos quais elas se tornam acessíveis para o sujeito, o grau de interesse intrínseco ou externo que o objeto desperta e a necessidade mais ou menos premente de seu conhecimento para o grupo são variáveis que certamente afetarão - e por isso poderão explicar, pelo menos parcialmente - o conteúdo e a estrutura da representação (SÁ, 1998, p. 71-72).

Temos, em face de tais considerações, que as origens formais da TRS encontram-se na visão de representações que mediatizam a relação do indivíduo com o grupo ao qual pertence, bem como com a sociedade em seus estratos mais amplos. O marco fundador dessa visão, contudo, distancia-se consideravelmente da visão expressa por Durkheim (1989), pois adota recortes do social e propõe-se a estudá-los em seu dinamismo, profundidade e alcance enquanto instrumento que auxilia, de forma e em graus de intensidade diversos, na formação do Eu social.

Desse modo, a TRS, enquanto conjunto de saberes que parte de uma outra perspectiva, mais precisamente a das representações coletivas propostas por Durkheim (1989), não se limita a reestruturar as proposições do criador da sociologia moderna, mas sim a ultrapassá-las na medida em que cria não mais uma visão conceitual, mas sim processual, ainda que não dialética.

De fato, a grande diferença entre os conhecimentos sobre representações sociais formulados por Moscovici (2004) e o trabalho de Durkheim (1989) repousa, em uma simplificação grosseira, porém didática, no caráter estático, quase imóvel, das representações coletivas, que pertencem a grandes agrupamentos humanos em suas múltiplas facetas, como ocorre, via de regra, nas sociedades complexas. Trata-se, pois, de um tipo de construto que permanece inalterado, em seus contornos gerais, mesmo que amplamente disseminado entre as várias classes sociais e as suas diferentes concepções. Nas representações sociais, por sua vez, há uma visão processual, dado que o psicólogo social e/ou o sociólogo irá se valer dos preceitos da mesma para avaliar e compreender aspectos dinâmicos, mutáveis e perceptíveis de modo, intensidade e significância variáveis.

Evidencia-se, assim, que ao falarmos nas origens das representações sociais cientificamente estudadas não podemos, sob nenhuma hipótese, situá-las como reelaborações, pura e simplesmente, dos postulados durkheimianos, mas sim como um avanço considerável em relação aos mesmos, posto que não apenas dão conta de novos e diferentes aspectos da vida social e das representações a elas

subjacentes, mas também criam as bases de uma nova teoria, criticável, aprimorável, mas sempre única em seus principais aspectos delimitadores.

Conceitos igualmente importantes criados por Moscovici (1978) quando propôs sua teoria são a chamada objetivação (refere-se ao todo abstrato que se transforma em imagens concretas, mediante novos agrupamentos de pensamentos-imagens focado na mesma temática) e a ancoragem (se relaciona com a assimilação das imagens advindas da objetivação, havendo uma soma entre as novas imagens e as já existentes, de modo a criar, de modo contínuo, novas idéias), que serão vistos de maneira mais aprofundada no tópico 3.4 desta dissertação.

Em face desses dados, podemos concluir que a TRS surge a partir da visão manifestada por Moscovici (1978) do homem como um ser particionado em dois lados intervenientes: o eu-indivíduo e o eu-coletivo, não havendo uma distinção precisa na interinfluência de um em outro, mas sim a convicção de que parte muito significativa do que o homem apresenta como traços individuais são, em suma, aspectos derivados de uma permanente interação com o meio, com o tempo-lugar que auxilia na formação e fixação de certos caracteres.

Assim, para entender o indivíduo, é necessário inseri-lo em uma perspectiva mais ampla, que leve em consideração o seu lugar em grupos imediatos e posteriores, numa sondagem que pode ser considerada perene, já que não poderá encontrar todas as respostas que procura, mas sim elementos que comprovem a presença da coletividade em cada um de seus membros. Estava, resumindo grosseiramente, criada e assentada a Teoria das Representações Sociais.

2 CONCEITO E EVOLUÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Após os estudos iniciais conduzidos por Moscovici (1978), coube a uma de suas mais brilhantes seguidoras, Denise Jodelet (2001), ampliar a noção de representações sociais não apenas como teoria, mas como referencial de análises em Psicologia Social. Diferentemente de seu mentor, Jodelet não se furtou à difícil empreitada de tentar definir formalmente a TRS, antes, fê-lo com rara argúcia e felicidade. De fato, é com a pesquisadora que as representações sociais passam a ser consideradas “uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada,

tendo uma visão prática e concorrendo para a construção de uma realidade comum a um conjunto social" (OLIVEIRA e WERBA, 1998, p. 106).

Denise Jodelet também enumera aquilo que considera características principais das representações sociais, segundo Ibañez (1994):

a) A criação permanente de representações se dá pela via das comunicações e ações interagentes dos membros e dos próprios grupos sociais, trazendo à tona temáticas que permeiam seu cotidiano;

b) Sua natureza é, como se pode deduzir da própria nomenclatura, compartilhável e, por extensão, coletiva.

c) Colaboram decisivamente para a delimitação e as características dos grupos sociais e, dentro deles, para a existência de zonas cinzentas comuns a todos os membros do agrupamento humano.

Buscando explicar as concepções de Jodelet, Ibañez (1994, p.182) esclarece que as representações sociais, na visão daquela autora,

[...] são sociais tanto pela natureza de suas condições de produção, como pelos efeitos que engendram e pela dinâmica de seu funcionamento, sendo permanentemente influenciadas pelo conjunto de condições econômicas, sociais, históricas em uma determinada sociedade, pelos mecanismos de ancoragem e objetivação, e pelas diversas modalidades de comunicação social.

Graças à visão expressa a partir de diversos estudos, torna-se possível não apenas utilizar a TRS como parâmetro de exame crítico de determinadas realidades coletivas, mas também estudar as próprias representações como forma de buscar encontrar o coletivo no indivíduo e, de modo mais abrangente, os pontos comuns (verdadeiros marcadores simbólicos) de pensamento, crença, ação e interação, ou seja, a análise do social em sua vertente mais "socializada". Como explica a própria Jodelet,

O estudo das Representações Sociais dá os meios para pensarmos a representação não somente como conteúdo, mas também como estrutura e forma cognitiva, expressiva dos sujeitos que a constroem, na sua ligação com os processos simbólicos e ideológicos e, com a dinâmica do sistema social (JODELET, 2001, p.46).

Para efeito de melhor fixação, podemos afirmar que, no âmbito da representação social, serão denominadas núcleos figurativos aqueles termos e

vocábulos, símbolos ou ainda expressões que melhor traduzem a representação em foco, isto é, cada representação social é traduzível em vocábulos e fórmulas lingüísticas que se situam mais próximos do que efetivamente a visão coletiva implica.

Nesse sentido, é valiosa a observação de Veloz, Nascimento-Schulze & Camargo (1999), em uma releitura de Moscovici (1978), ao salientarem que

Um enorme estoque de palavras, que se referem a objetos específicos, está em circulação em toda a sociedade [...] mas nem todas as palavras que constituem esse estoque podem ser ligadas a imagens, seja porque não existem imagens suficientes facilmente acessíveis, seja porque as imagens que são lembradas são tabus. As imagens selecionadas pela sua capacidade de ser representadas são integradas ao que denominamos 'núcleo figurativo', um complexo de imagens que reproduz visivelmente um complexo de idéias. (MOSCOVICI *apud* VELOZ, NASCIMENTO-SCHULZE e CAMARGO, 1999, p. 36)

Em outras palavras, podemos afirmar que é justamente essa peculiaridade, qual seja a de apresentar núcleo figurativo, que torna a representação social tão valiosa para o estudo que aqui tentamos conduzir, pois ela permite não apenas simbolizar grafologicamente o lugar-tempo social analisado, mas também e não menos importante, formularmos uma série de marcadores simbólicos do objeto de estudo (no caso aqui presente, as representações sociais de violência presentes no filme Tropa de Elite), criando categorias e sub-categorias que podem, a exemplo de vários marcos, servir de alegoria heurística.

Essa amplitude da TRS, aliás, é um de seus principais atrativos, o que já havia sido, inclusive, salientado por Jodelet (2001), ao afirmar que a TRS encontra-se na junção entre a Psicologia e a Sociologia, sendo que estas “duas disciplinas que tratam do mesmo objeto: o conjunto das condutas humanas que comportam cada uma delas, desde o nascimento e em graus diversos, um aspecto mental e um aspecto social [...] o homem é um e que todas suas funções mentalizadas são igualmente socializadas” (JODELET, 2001, p.40).

Avançando também no sentido de determinar o alcance da TRS, Jodelet (2001) deixa claro uma importante característica da Teoria das Representações Sociais, ao dizer que

[...] não há representação sem objeto. Isto é, as representações sociais dos sujeitos surgem quando estes entram em contato com um objeto, seja ele uma pessoa, uma coisa, um conceito, uma idéia, um fenômeno natural, mas um objeto é sempre requerido (JODELET, 2001, p. 22).

Neste particular, Jodelet (2001) procura salientar que não haverá uma representação sem que haja um objeto, o que retira desse objeto um valor (idéia, noção, simbologia) apriorística. Assim, para efeitos de ação e movimento, de um objeto se obtém uma (re)configuração de cada sujeito, que se faz operante e/ou operativo tão somente nas instâncias que guardam em si o binômio sujeito-objeto, algo extremamente significativo nas análises literárias e cinematográficas.

Dentre os trabalhos que contribuíram para o desenvolvimento e a evolução da TRS e suas aplicações, encontra-se também o de Doise (2001), para quem o emprego desta teoria é extremamente útil, dado que une o nível intrapessoal com o interpessoal e destes com o grupo, o que amplia significativamente o ângulo de observação do homem em suas múltiplas interações e mesmo nos papéis diversos que representa. Para Doise (1990), é nítido que, por intermédio das representações que cada indivíduo tem sobre determinados corpus (objetos concretos ou não) sociais, é perfeitamente possível esquadrinhar os mecanismos da cognição do grupo (social), logo, é dentro da TRS que se pode buscar as respostas às indagações que sobrepõem o indivíduo e tomam corpo somente no coletivo consciente ou inconsciente. Jodelet (2001) indica pelo menos seis grandes possibilidades de estudos para TRS, as quais são resumidas por Sá a seguir:

Uma primeira perspectiva se relaciona à atividade puramente cognitiva pela qual o sujeito constrói sua representação. [...] Uma segunda perspectiva acentua os aspectos significante da atividade representativa. [...] Uma terceira corrente trata a representação como uma forma de discurso e faz decorrer suas características da prática discursiva de sujeitos socialmente situados. [...] Na quarta perspectiva, é a prática social do sujeito que é levada em consideração. [...] Para o quinto ponto de vista, o jogo das relações intergrupais determina a dinâmica das representações (SÁ, 1998, p. 62-63).

O autor menciona ainda uma última perspectiva, de caráter mais socializador, isto é, o indivíduo é portador de alguns aspectos sociais determinantes em sua conduta, o que o torna instrumento e parâmetro das representações de um grupo.

Neste estudo, a quarta concepção nos pareceu melhor coadunada com os propósitos da pesquisa.

Na atualidade, os estudos que utilizam a TRS como ponto de partida e/ou referencial de análise encontram-se em um patamar consideravelmente mais diversificado do que em seus primórdios, encampando desde o exame de realidades específicas (menores infratores, policiais, condutores de veículos no trânsito, etc.) até abordagens mais amplas (a natureza da cognição social em determinadas etnias, as “vozes” dos outros presentes nos preceitos e preconceitos de determinados grupos humanos, entre outros), o que demonstra seu enorme potencial de aplicações, assim como a característica mais marcante das representações sociais: o social no indivíduo que somente é social se for, individualmente, também coletivo. Os avanços na Teoria das Representações Sociais, contudo, não param por aí. Abric (1994), por exemplo, ofereceu novas perspectivas de análise ao postular a idéia do núcleo central, isto é,

[...] o elemento fundamental da representação, pois é ele quem determina, ao esmo tempo, sua significação e sua organização interna [...] composto de um ou de alguns elementos cuja ausência desestruturaria a representação ou lhe daria uma significação completamente diferente [...]. Não obstante [...] a centralidade de um elemento não pode ser exclusivamente remetida a uma dimensão quantitativa. [...] O que importa é sua dimensão qualitativa, ou seja, o fato de que este elemento dá sentido ao conjunto da representação (ABRIC,1994, p. 73-74).

O núcleo central, conforme o entende Abric (1994), é o parâmetro constante da representação e, caso sofra alguma alteração, irá transformar também a própria estrutura representacional, o que o torna imprescindível como elemento que funda e dá consistência às visões sociais compartilhadas pelos vários grupos.

Ao tomar consciência (progressivamente) dos elementos subjacentes ao núcleo central, o indivíduo passa a construir os modos de apropriação dessa representação, seja através da familiarização, seja ainda mediante construtos que concretizam o abstrato, colocando-o numa esfera mais compreensível, posto que familiar e acessível: o senso comum.

3 SISTEMAS CENTRAIS E PERIFÉRICOS

A TRS, no modo como é concebida por autores como Duveen (2003), atua, como já dissemos, em seus contornos gerais, no sentido de familiarizar o que não é familiar, em trazer para a esfera do conhecido/compreensível e/ou aceitável aquilo que emerge do processo dinâmico e dialético que se encontra por baixo das representações sociais, até que o novo possa ser considerado digerível (aceitável).

Tal processo, contudo, não se dá de uma maneira sempre homogênea em seu percurso, dado que as representações, por definição, implicam na comungação do coletivo em relação a determinadas idéias, crenças, opiniões e tudo o mais que se construa no (in)consciente coletivo. Existe, a par da criação e manutenção desse senso comum, tentativas de aproximar a ciência da representação social, o que Moscovici (2004) denominou de “mito científico”, isto é, a reelaboração de um saber científico (ou, pelo menos, de origem científica) de modo a transformá-lo em algo mais fácil, mais simples de ser compreendido, em que pese a ocorrência freqüente de mutilações no *corpus* do saber cientificamente criado, até torná-lo algo semelhante a um senso comum que traz em seu bojo alguns laivos científicos.

Temos, por conta dessas asserções, a idéia da representação social como um clima (Moscovici o chama atmosfera) partilhado por um grupo social, ainda que de maneiras distintas no tocante à familiarização, aceitação e corroboração do elemento consagrado pela sociedade imediata ou mediata.

De modo geral, as representações sociais “(...) se impõem sobre nós com uma força irresistível. Essa força é uma combinação de uma estrutura que está presente antes mesmo que nós começemos a pensar e de uma tradição que decreta o que deve ser pensado”. (MOSCOVICI, 2004, p.36)

Esse dado é particularmente importante na medida em que faz vir à tona um questionamento ao livre arbítrio, pelo menos quando concebido como algo totalmente autônomo, uma espécie de decisão inteiramente personalizada, individual. Na verdade, o livre arbítrio está, desde que começa a se formar, presa de uma série de condicionantes que atuam em níveis diversos (cada pessoa, afinal, reage de um modo ao novo e aos saberes experienciais que acumula), assim como de fatores de influência que não apenas “sugerem” formas de pensar/conhecer/saber, mas também de agir, o que nos leva, por dedução, à

indagação sobre qual o real grau de liberdade imanente às decisões e escolhas do homem?

Responder a essa indagação, porém, é bem mais trabalhoso do que formulá-la e, embora não nos esquivemos desse mister, cabe dizer que promovemos aqui apenas uma breve tentativa de dar resposta a essa problemática. Por ora, basta-nos saber que as representações sociais, a maneira como estas influenciam e moldam o psicologismo do indivíduo, assim como seu impacto no grupo social como um todo, são por demais significativas para que possamos conceber o poder de escolha e decisão do indivíduo como algo único, peculiar, derivado daquilo que diferencia e distingue o homem dos seus pares (MOSCOVICI, 2004).

Ainda segundo Moscovici (2004), livre arbítrio, mesmo sendo o mote, em última análise, das escolhas pessoais, é por tal forma influenciado pelas representações sociais que seu produto nunca será uma extensão do eu-indivíduo, mas do eu-social, isto é, da simbiose (se é que podemos usar esse termo na sua acepção original) homem-sociedade.

Evidentemente, uma visão que contemple na ação pessoal, no livre arbítrio, a presença das representações sociais, choca-se, em certa medida, com preceitos legais, religiosos e até mesmo com a visão da racionalidade, pois se em determinados grupos e situações o meio atua no sentido de conceder ao indivíduo “pretextos” para agir de maneiras anti-sociais ou mesmo criminosas (vide o caso-mor do Brasil: o homem que mata a mulher supostamente adúltera), a concretização de parte das noções constantes do senso comum quanto a “honra” e outras que tais têm no indivíduo, para todos os efeitos, o único que deve responder por isso. Assim, mesmo admitindo que não podemos fugir à ação das representações sociais na formação de parte significativa de nossa consciência societária, esta não se dá de modo tão intenso e cristalino que possa isentar o indivíduo dos efeitos de suas escolhas (SÁ, 1998).

Em outras palavras, e tendo o cuidado de aceitar as premissas e os elementos gerais da Teoria das Representações Sociais, temos que levar em consideração que, produto do ambiente, influenciado em suas crenças, experiências e visões de mundo pelo grupo social que o cerca e/ou com o(s) qual(is) tem contato, o homem é, por definição, responsável por suas ações. Isso implica dizer que os valores, as ideologias, os mitos, os saberes que contribuem para formar o indivíduo

e, por extensão, “empurrarem-no” em determinadas direções, não impedem que emirja deste indivíduo concepções e ações específicas, personalizadas (SÁ, 1998).

Conforme pode ser visto e aduzido nos parágrafos anteriores, as representações sociais, entendidas e utilizadas neste estudo a partir de sua capacidade de moldar parcialmente, em maior ou menor intensidade, a personalidade do indivíduo, bem como atuar no sentido de explicar e justificar, sob a ótica consensual do grupo imediato, determinadas ações, não podem, por conta disso, se responsabilizar pelo homem como ser complexo e multifacetado, passível de agir de modos e com motivações distintos em diversos contextos.

O que parece uma contradição da TRS, contudo, é perfeitamente explicável a partir da noção trazida por Abric (2000) de elementos centrais e de elementos periféricos. Enquanto os primeiros pertencem à esfera nuclear das representações sociais e dificilmente podem ser modificados, pois isso implicaria em uma crise cujo final descambaria para a derrubada de uma idéia-conceito familiar por outra nova e estranha, mas logo tornada familiar. Já os elementos periféricos não possuem um caráter tão rígido, antes, pelo contrário, são bastante flexíveis, dado que se encontram mais no terreno da identidade individual e/ou das experiências/concepções/representações do indivíduo do que naquilo que forma o lastro social.

A consequência mais visível dessa dupla face do homem (ser social e individual), mesmo que perenemente intercambiável, é a tomada de decisões de natureza personalística, não avalizada pelo conjunto das representações sociais imperantes em um dado contexto, mas tão somente por aquilo que o indivíduo (entendido nesse estágio como produto do eu principalmente) logrou retirar das representações sociais em confronto ou até mesmo situadas abaixo de suas experiências de cunho pessoal. Trata-se, pois, de uma ação que tem mais de uma personalidade e de uma identidade individualizadas do que de uma identidade social (SÁ, 1998).

Essas considerações prestam-se não somente como forma de explicar a aparente contradição interna das representações sociais, mas também para o fato de que somente o social, em suas muitas interações, influências e condicionamentos sobre o indivíduo, não dá conta da formação integral da personalidade do homem, de suas ações e mesmo da compreensão que manifesta em relação a si e aos outros.

Sistemas periféricos são consideravelmente revestidos de maior concretude do que as abstrações que compõem as representações sociais em seus contornos nucleares. Tem-se, pois, ao cabo, que a personalidade do indivíduo tende, em determinados momentos, a reagir de forma socialmente embasada, ao passo que em outras, por mais que tenha sido influenciado pela zona nebulosa das representações sociais, suas ações tenderão a apresentar um cunho de morfologia essencialmente individual, como fruto que é das experiências, motivações, sensações e aprendizados do homem em sua esfera privada e pessoal (SÁ, 1998).

Ainda nesse âmbito é pertinente salientar que aquilo que é visto, analisado ou observado por meio do filtro das representações sociais, qual seja, o objeto, é percebido de uma maneira na qual se encampem os diferenciados relacionamentos que podem ser verificados quanto ao dito objeto, além de variáveis como contexto, finalidade e modo de apresentação daquilo que é alvo das representações. É claro que objetos frequentemente observados à luz das representações sociais tendem a criar aquilo que podemos denominar de “sedimentação representacional”, o que os fará apresentar uma maior quantidade de dados e informações de senso comum a adornar suas múltiplas possibilidades de visualização.

4 ANCORAGEM E OBJETIVAÇÃO

Dentro dos estudos da TRS aplicada em pesquisa, as noções de ancoragem e objetivação apresentam uma relevância inequívoca, já que se encontram na base da formação e manutenção de idéias do senso comum sobre objetos, eventos, modos de conhecer e muitos outros aspectos. Como explicam Cardoso e Arruda (2005), pode-se afirmar que as representações sociais se assentam em três elementos basilares, a saber: a elaboração e o compartilhamento social; a função prática de organizar e estruturar o meio circundante; e, a distinção de um grupo, propiciando ao mesmo um sentido de identidade, posto que há uma construção da realidade que é comum a um segmento social.

Para tornar familiar (aproximar) alguns objetos, situações, eventos ou quaisquer outros aspectos que podem ser dispostos numa perspectiva social, as representações sociais se valem de dois processos fundamentais: a *ancoragem*,

operação que consiste na busca pela inserção da representação em uma forma de pensamento social preexistente, o que permite a inserção de sentido ao que está sendo familiarizado. Novas doenças, por exemplo, em seus primeiros momentos após as descobertas científicas, são associadas com outras manifestações semelhantes ocorridas no passado (CARDOSO e ARRUDA, 2005).

A objetivação, por seu turno, compreende os mecanismos dos quais os indivíduos se valem para tornar concreto (objetivo) noções, idéias ou vabres excessivamente abstratos. Assim, por exemplo, a palavra ética será, em seus contornos abstracionais, algo difícil de ser compreendido por alguém que não se dedique a estudar o assunto. As ações que a envolvem, porém, são bem mais fáceis de serem compreendidas, mormente em questões essencialmente éticas como a recente discussão sobre a adoção ou não do tratamento medicinal com células-tronco e a decorrente necessidade de se definir, juridicamente, quando um conjunto de células pode ser considerado um ser humano (CARDOSO e ARRUDA, 2005).

Evidentemente, tais processos não se dão de maneira homogênea ou imutável, pois variam o envolvimento do conteúdo da informação (as noções que se têm sobre o objeto da representação), o campo de representação (na verdade são as imagens despertadas pelo objeto nos agrupamentos humanos) e, por fim, a atitude, isto é, o conjunto de visões e concepções que o grupo passará a manter em relação àquilo que está sendo representado (CARDOSO e ARRUDA, 2005).

Em face desses dados é possível afirmarmos que as representações sociais, ao mesmo tempo em que buscam familiarizar aquilo que é desconhecido, trazendo-o para uma esfera passível de maior compreensão, inclusive associando-o com dados da memória sensorial e cognitiva, não implicam, obrigatória ou necessariamente, na aceitação do fato e de seus desdobramentos de modo passivo.

Tome-se como exemplo da afirmação anterior uma situação de doença, a qual tende a ser fortemente rejeitada pelo indivíduo e pelo grupo. Essa situação, quanto seja familiarizada e objetivada, não terá aceitação em sua total extensão, ou seja, sabemos (em nível de senso comum) o que é tuberculose, familiarizamo-la e concretizamo-a, mas disso não decorre uma aceitação plena desse estado: compreender ou saber de que se trata não implica, obviamente, em comungar com algo.

Essas asserções são bastante pertinentes quando as situamos no âmbito dessa dissertação. De fato, ancorar socialmente o que é violência em seus aspectos

mais brutais (assassinato, estupro, tortura, etc.), assim como objetivar o corpus da mesma não implica em aceitação pela grande maioria dos grupos sociais, apenas entendimento sócio-representativo.

Em outras palavras, estar em contato com um grupo que aceita, sanciona e pratica atos violentos não é, per si, algo suficientemente forte para determinar condutas e atitudes, uma vez que o indivíduo promove, na esfera pessoal, os mesmos processos promovidos pelo grupo, com a ressalva de que, apesar de pertencer ao grupo, não é obrigado a avalizar, ativamente, as representações deste agrupamento. Isso será melhor discutido no próximo capítulo, quando confrontaremos atitudes e comportamentos dos grupos mostrados no filme Tropa de Elite tendo como parâmetro o ser-estar indivíduo-social.

5 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS APLICADA EM PESQUISA

Utilizar a Teoria das Representações Sociais como instrumento de análise de determinadas realidades, assim como posicioná-la como um referente especialmente privilegiado de exame crítico de fenômenos e eventos complexos, pode ser considerado uma iniciativa passível de êxito, desde que, para tanto, concorra uma compreensão (e um uso compreensivo) da TRS como conjunto que, ao explicar determinados fatores, traz a luz para os mesmos sem que isso, implique, contudo, na exaustão do tema.

De fato, se partirmos da aplicação de alguns dos conceitos das representações sociais a recortes sociais, poderemos verificar que, para além de fornecer um determinado foco, esse enfoque possibilita a obtenção de respostas para problemáticas nem sempre apreensíveis pelos instrumentos da Psicologia Social ou da Sociologia separadamente.

Tome-se como exemplo dessa asserção o *modus* como se dá aquilo que Moscovici (2004) denominou ancoragem. A maioria das pessoas, em face de algo novo e/ou não compreendido, tende a oferecer algum grau de resistência em aceitá-lo, o que implicaria, desde que esse quadro permanecesse inalterado, na impossibilidade de novos e diferentes saberes irem se (re)agrupando no inconsciente coletivo. O que ocorre, contudo, é um processo diverso, que passa pela

utilização de estratégias de interpretação/representação e aceitação (parcial, modificada ou total) do novo.

Esse processo, obviamente, não pode se dar apenas na esfera individual, posto que demanda a sanção de um grupo social imediato que age, assim, como um “tradutor” de dados e informações para seus membros, iniciativa sem a qual não se daria a incorporação do novo e do inaudito. Se posicionada em uma perspectiva mais funcional, isso se torna igualmente mais compreensível, senão vejamos: o divórcio enquanto instituição legal e, por extensão, permitida e atinente ao comportamento de pessoas que vivem em regime consorcial, não pôde, por razões mais do que evidentes, ser aceito de maneira integral tão logo a lei do divórcio, aprovada em 1978, foi posta em vigor.

Não havia, em um primeiro momento, condições favoráveis a essa lei e às suas consequências, uma vez que a sociedade brasileira, por esse tempo, era fortemente ligada às doutrinações católicas e, ainda mais importante, às convenções sociais que imperavam, o que impediu ou pelo menos dificultou de modo bastante significativo a aceitação imediata da separação entre cônjuges legalmente casados. E o que ocorreu, então? Foram colocados em ação os mecanismos subjacentes às representações sociais, mais precisamente uma reelaboração do dado novo (divórcio), de suas características e impactos (consequências) na sociedade. Aspectos abstratos, crenças, valores e outros elementos basais foram rearranjados (em alguns casos modificados em seu núcleo) de modo a acomodar (aceitação gradual) a nova realidade trazida pelo divórcio.

Assim, gradualmente um fato novo foi concretizado (trazido da esfera abstrata para o real), reelaborado e, finalmente, aceito como algo natural ou, pelo menos, tão aceitável quanto quaisquer outros eventos análogos (sexo antes do casamento, por exemplo). Criaram-se, pois, os mecanismos que possibilitaram a ancoragem de algo novo, o qual nada mais é que a representação social que hoje vigora em grupos sociais distintos sobre o divórcio (JODELET, 1998).

O evento tomado para análise é particularmente significativo quando compreendemos que, para sua aceitação, foram modificadas estruturas periféricas e até mesmo o núcleo central imanentes ao divórcio na sociedade antes de 1978. Isso implica em dizer que as representações sociais antes existentes e as que se seguiram gradualmente após a aprovação da lei e dos consequentes divórcios foram se alterando mediante o complexo fenômeno que se inicia no contato com o novo,

tem prosseguimento na sua concretização, passando em seguida para a reelaboração das idéias do senso comum até chegar à aceitação, se não plena pelo menos inconteste, da possibilidade de casais virem a se separar legalmente sem maiores problemas.

As representações sociais prestam-se, assim, à condição de veículos que não apenas permitem o advento do novo e/ou diferente, mas também de sua acomodação progressiva até chegar á aceitação e, em decorrência, à ancoragem proposta por Moscovici (2004).

Sem prejuízo de compreensão, podemos afirmar que representar socialmente, nesse contexto, é reformular o senso comum, as idéias que dispensam um crivo científico ou o aceitam apenas de modo parcial ou mesmo supostamente repassado do rigor da ciência. É a mutação do pensamento do homem, de suas crenças e visões, em contato com a zona cinzenta da sociedade onde o todo é uno, tanto quanto o indivíduo é, sob a perspectiva do que pensa e sente, um ser social (SÁ, 1998).

A contrapartida das representações sociais presente no indivíduo e no grupo no qual se insere é justamente a identidade, esse complexo fenômeno que faz do indivíduo parte de algo maior e torna esse algo dependente das características coletivas presentes em cada membro de uma coletividade para continuar existindo.

Isso não significa, evidentemente, que a identidade, concebida aqui como o resultado da ação do intra e do interpsiquismo no indivíduo até construir aquilo que o mesmo manifesta como caracter, seja estática, pelo contrário, ela tende a se alterar tanto no plano pessoal quanto social, formando um amalgama que molda e modifica estruturas de pensamento/comportamento e atitude nos mais diversos planos.

Dito de outra maneira, o homem e a sociedade compreendem, assimilam e pensam através das representações sociais, o que posiciona a identidade, individual e/ou coletiva, o produto direto, embora não exclusivo, das visões coletivas/particulares (SÁ, 1998).

Desse modo, ao utilizarmos a TRS aplicada em pesquisa, nos colocamos na posição de poder saber quais os possíveis agentes causais e as consequências de determinados eventos no grupo (ou etnia) e/ou no indivíduo, unindo o estudo intrapessoal (Psicologia) com o extrapessoal (Sociologia), o que confere uma riqueza de exame extremamente valiosa aos estudos realizados sob essa égide.

6 A IDENTIDADE E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Discorrer sobre a identidade do ser humano, seja mediante a compreensão do arcabouço individual, experiencial, de sua personalidade, seja através do efeito que as representações sociais e outros aspectos (ideologias, religiosidade, etc.,) exercem sobre o ser, não se configura como algo que possa ser intentado com êxito pleno em análises simplistas ou superficiais.

Essa afirmação prende-se à constatação, em primeiro lugar, de que aquilo que constitui identitariamente o homem é dinâmico, uma espécie de fluxo, nunca uma construção estática, que condensa e cristaliza percepções, valores, atitudes e outros elementos que tais de modo perene (SÁ, 1998).

Sendo assim, não se pode falar em identidade como algo plano, circunscrito a vários núcleos e características que, tão logo a individualidade da pessoa se forme, não mais sofrerá mutações, aprimoramentos, resignificações ou quaisquer outros processos capazes de modificar, estrutural ou perifericamente, o *totum* do homem.

De maneira geral e seguindo a linha de raciocínio que tem norteado a confecção deste estudo, para que possamos compreender a identidade pessoal em um plano mais amplo, é necessário, por razões óbvias, o entendimento do papel exercido pelas representações sociais sobre o indivíduo. Logicamente, isso não pode ser realizado de modo meramente quantitativo, mas principalmente qualitativo, o que torna essa iniciativa, para além de quaisquer pretensões, um esforço assaz intenso (SÁ, 1998).

Exemplo eloquente do que foi afirmado no parágrafo anterior, a questão dos múltiplos papéis que o homem desempenha é particularmente esclarecedora quanto às influências do meio, das percepções individuais e grupais, além do efeito exercido pela memória, que constrói uma espécie de paradigma disposto diacronicamente, capaz, pelo grande número de dados experenciais, sensações, informações e crenças que traz em seu bojo, de facultar ao indivíduo usar dos elementos que compõem seu interior como ponte de ligação entre o ser e o estar. Essa ligação, contudo, dá-se em cada nova experiência, em cada novo contato, em um processo dinâmico e constantemente em movimento que traz à tona novos traços, novas visões ou, se quisermos ir direto ao ponto, novas identidades.

É claro que, com isso, não estamos afirmando que alguns traços (núcleos seriam termos mais adequados) não sejam relativamente fixos no ser humano, mas sim que, nos embates diversos do seu cotidiano, esse ser tende a ir moldando, positiva ou negativamente, sua personalidade. Saber quem é essa pessoa se mostra, assim, como uma tarefa dialética que não pode ser barrada ou paralisada, pois o homem jamais será, de modo definitivo, igual a si próprio no decorrer da vida (BRASILIENSE, 2008).

Do mesmo modo, a construção da memória pela identidade é algo facilmente verificável, dado que o arcabouço que identifica o indivíduo é, também, uma espécie de filtro, capaz de reter as informações e outros elementos menos tangíveis coadunados com a identidade que apresenta ou que julga possuir. Trata-se, pois, de uma relação simbiótica entre identidade e memória.

Como salienta Brasiliense (2008, [s.p.])

Na medida em que nossa memória vai sendo reativada contando aquilo que já aconteceu, o passado se torna flexível, e o presente um fluxo de mudanças constantes. Ao contrário, o senso comum costuma pensar que o tempo do passado e do presente é fixo e imutável. Mas se pensarmos na memória como um instrumento de reconfiguração do passado [...], um trabalho de enquadramento do passado a partir das demandas do presente, concluímos que vivemos com a impressão de uma linear repetição e que as mudanças são geradas por contextos sociais diversos que associam e selecionam a memória para preencher o presente e configurar o futuro (BRASILIENSE, 2008)

A criação da identidade em nível individual pode ser entendida, por outro lado, como algo que ultrapassa, necessariamente, a barreira do análogo, do semelhante, pois irá firmar-se também através das diferenças que, não obstante, não são de natureza tal que se desviem diametralmente daquilo que é comum e, por caminhos vários, consagrado como tolerável e/ou compreensível.

Assim, falar de identidade hoje pressupõe a superação da nostalgia do idêntico, a ruptura com o princípio da permanência que, em nossas instituições, em muitos momentos, transmutou-se em um verdadeiro princípio de inércia, produzindo práticas sociais orientadas por um ritualismo mimético, eternas reproduutoras do já produzido (MARTINELLI, 1995, p.145).

Superar a nostalgia do idêntico, como bem define Martinelli (1995) é a condição *sine qua non* para que possa emergir o homem-indivíduo quando posicionado na perspectiva grupal, isto é, a identidade em nível pessoal será produto principalmente da dessemelhança, do não idêntico, ao passo que a identidade social será justamente as aproximações, semelhanças e pertenças do ser em relação ao seu grupo social imediato. Com isso, tornar-se pertencente socialmente falando e, concomitantemente, se mostrar individualizado, um ser único em sua totalidade, é uma tarefa que deve ser elaborada e reelaborada em um *continuum* cujo final não pode ser vislumbrado, uma vez que a própria identidade coletiva tende a ir sofrendo alterações; pelo menos em parte de sua estrutura. Essa parte nada mais será do que a norma que serve de parâmetro.

Como podemos verificar sem maiores dificuldades, a identidade do ser humano não pode ser considerada, pelo menos para efeito de análise dos mecanismos que a (re)constroem, como algo unitário, já que se desdobra em tentativas de aproximação da entidade referencial e, também, em buscas que visam diferenciá-la dessa mesma entidade. Trata-se, pois, de um processo permanente, que não pode ser interrompido, seja porque o indivíduo precisa apresentar traços de pertencimento ao agrupamento social do qual faz parte, seja porque precisa desenvolver traços que o distingam. Ora, os valores, crenças, ideários e outros aspectos que tais são mutáveis, até porque as sociedades, em seus diversos níveis, sofrem mudanças de diversos jaezes. Isso torna a identidade individual igualmente transformável, já pela necessidade de continuar pertencendo, já por desejar se diferenciar.

Verifica-se, assim, que a identidade deve ser concebida em uma visão dual: de um lado a pertença grupo-social e de outro a individualidade em nível pessoal. Essa divisão, contudo, só se dá em patamares didáticos ou de análise, jamais no todo do indivíduo inserido em suas práticas sociais e, de modo análogo, em suas vivências pessoais, individualizadas (MARTINELLI, 1995).

Em termos gerais, pode ser dito que tanto a identidade coletiva quanto a individual somente existem se confrontadas com a identidade étnica (regional ou grupal) e social (sociedade). Torna-se, desse modo, inegável que ao homem não se dá o poder de ser uno se estiver só, posto que sem parâmetros não há comparações e, por conseguinte, semelhanças e individualidades possíveis (ALMEIDA, 2007).

Outrossim, as asserções imediatamente anteriores podem dar a (falsa) impressão de que a identidade, na perspectiva do ser/estar, pressupõe apenas um par identitário pessoal-coletivo. Na verdade, o mesmo indivíduo terá diversas pertenças grupais e sociais, seja em nível hierárquico, seja através da multiplicidade de sua ação pessoal (um mesmo homem pode ser religioso, pai de família, policial e atleta de fim-de-semana, etc.). Ao transmudar seus papéis sociais, o homem modifica, amplia ou substitui seus pares identitários, isto é, o individual e o social presentes em cada pessoa são mutáveis e, ainda, extingüíveis, posto que dependem da maleável vontade humana para existirem. Como salienta Almeida (2007, [s.p.])

As pessoas significam o processo de interação social através da construção de sentidos, individuais, e do uso de significados, sócio-históricos. Um instrumento privilegiado que possibilita a apreensão e a materialização dessas significações é a linguagem. À medida que o homem utiliza e se apropria das diversas linguagens existentes (gestual, oral, escrita, etc.), passa a ter acesso a um vasto conjunto de significados historicamente produzidos, que integram a sua cognição.

É claro que o homem não irá receber passivamente tais linguagens e suas significações, ao contrário, irá reelaborá-las de acordo com sua capacidade de compreensão, suas crenças, o ambiente que o rodeia, dentre muitas outras variáveis que influenciam e possibilitam a (re)construção dos significados.

Evidentemente, o processo descrito por Almeida (2007) não se dá de modo homogêneo ou mesmo similar para todos. Na verdade, a construção de sentidos, a (re)significação, a simbolização e outros mecanismos que propiciam o desenvolvimento de personalidades individuais e sociais é extremamente complexo e, entre outros senões, pode se mostrar contraditório em seu próprio interior. Tome-se como exemplo dessa afirmação a crescente “liberação” no modo de conceber a sexualidade humana. Grande parte dos homens e mulheres na faixa etária entre 20 e 50 anos (produtos, com maior ou menor intensidade, da liberação comportamental dos anos 60) tem, de si e para si, uma identidade que se coaduna com a de um ser liberal (na melhor acepção do termo) nos moldes contemporâneos, especialmente se confrontados com as gerações anteriores.

Não obstante, um membro desse mesmo grupo poderá manifestar posicionamentos absolutamente contrários à liberação quando seus filhos, cônjuges

ou mesmo seus pais passem a exercer a sexualidade em uma instância também “liberal”. O que aparenta ser hipocrisia (provavelmente é, de fato), em suas bases mais profundas, é parte da identidade de tais pessoas.

Isso torna inegável a contradição interna dos grupos e dos indivíduos tomados isoladamente, mas não anula a construção de identidades sociais e individuais baseadas na interinfluência. Ser incoerente, afinal, é da natureza do homem e possibilitou o questionamento de si e de seus semelhantes com as consequências (positivas e negativas) daí advindas.

7 NÚCLEOS CENTRAIS

Ao promovermos o levantamento e a análise de dados teóricos sobre a Teoria das Representações Sociais, acabamos por nos deparar, como já mencionado superficialmente anteriormente, com a Teoria dos Núcleos Centrais proposta por Abric. Para este estudioso, em uma explicação de caráter didático e sem maiores pretensões, as representações sociais organizam-se ao redor de elementos nucleares que condensam e cristalizam a parte mais significativa (tanto em importância quanto na qualidade de significar) de um modo de pensar compartilhado por determinado grupo.

Em outras palavras, Núcleos Centrais nada mais seriam do que o fato gerador e depositário da representação social, posto que trazem em si os elementos fundamentais do pensar social sobre determinado fato, evento ou circunstância, ao mesmo tempo em que definem e diferenciam uma representação social de outra, o que equivale dizer que, sem eles, não há representação social possível, apenas idéias, visões e crenças dispersivas e aleatórias. Como explica Sá, citando Abric

a organização de uma representação apresenta uma característica particular: não apenas os elementos da representação são hierarquizadas, mas além disso toda representação é organizada em torno de um núcleo central, constituído de um ou de alguns elementos que dão à representação o seu significado. (ABRIC *apud* SÁ, 2002, p.62).

Essa noção é importante por diversas razões, dentre as quais podemos destacar a relação hierárquica que se estabelece entre os elementos de uma representação e, em especial, aquilo que contém sua essência primeira e fixa. Essa essência, obviamente, não pode ser modificada sem que sobrevenha, por conseguinte, a transformação da própria representação.

Ainda segundo a visão manifestada pelo estudioso, a Teoria dos Núcleos Centrais, hoje relativamente agregada à teoria maior da TRS, possui as seguintes funções:

Uma função geradora: ela é o elemento através do qual se cria, ou se transforma, o significado dos outros elementos constitutivos da representação. É através dele que os outros elementos ganham um sentido, um valor. Uma função organizadora: é o núcleo central que determina a natureza dos elos, unindo entre si os elementos da representação. Neste sentido, o núcleo é o elemento unificador e estabilizador da representação (ABRIC, 2001, p. 31).

Temos, pois, assim, que a existência de núcleos centrais estabelece um vínculo fixo entre aquilo que constitui uma representação e as formas (flexíveis, já que se situam na periferia) como esta mesma representação é percebida em seus contornos mais amplos, o que significa, já em um primeiro momento, na admissão dos núcleos centrais como símbolos-primários e nas construções representacionais como a produção de sentidos (significação) cujo alcance e formato são delimitados pelo e no grupo.

De outro modo, núcleos centrais são elementos estáveis em construção representacional que, mesmo percebida perifericamente de modos relativamente flexíveis e distintos, guardarão a essência da coisa em si, isto é, enquanto a representação social de algo existir da maneira como se dá em um determinado momento, os núcleos centrais serão o fato gerador da mesma, em que pese a flexibilidade dos elementos periféricos.

Como podemos ver, a posição funcional dos núcleos centrais de Abric (2001) não se mostra inadequada quando a posicionamos na condição de “pedra fundamental” de determinadas visões coletivas (representações sociais sobre algo). Assim e em que pese as singularidades e diferenças entre núcleos centrais e outras formas similares de construção de núcleos de sentido, nada parece impedir,

estruturalmente, que os núcleos centrais permitam um viés de análise das representações sociais de violência no filme Tropa de Elite.

8 A VIOLENCIA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Uma temática bastante pertinente e atualizada é a que relaciona a violência com suas possíveis representações sociais, dado que o modo como a violência é concebida (representada socialmente) será determinante na maior ou menor incidência de atos de agressão.

Essa relação se mostra complexa não apenas por aquilo que é pensado, mas também pelo que não é. Em outras palavras, se um determinado grupo de pessoas manifesta posicionamentos específicos em relação à violência, isso implica, até mesmo em função da relação diametral entre escolha e renúncia, lacunas, falta de conhecimento e, de um modo mais profundo, a renúncia de outras representações sociais sobre o mesmo tema.

Outrossim e dentro desse contexto, há que se ter presente que não existem apenas representações sociais de violência, mas também da violência como representação (PORTO, 2004). Não se trata, obviamente, de um mero jogo de palavras, mas sim de uma dicotomia que envolve a sociedade, instituições e membros de grupos específicos.

Em outras palavras, enquanto alguns concebem, em termos de representação social, a violência como algo crescente, ameaçador, fortemente associada a determinados grupos, em outros agrupamentos pode-se ter

[...] representação da sociedade brasileira como uma sociedade violenta faz da violência uma categoria articuladora e organizadora de ações. Constrói uma conexão de sentido entre o imaginário e as práticas, e abarca amplos setores da vida social; envolve atores tanto na sociedade civil como no aparato de segurança (PORTO, 2004, p.139).

Não deixa, pois, de ser curioso, que alguns pensem na violência como algo que emerge a partir de situações específicas, com indivíduos que não se constituem no grupo social maior (no sentido quanti e qualitativo) da sociedade e sob condições peculiares. Trata-se da representação social da violência, vista como uma distorção

do real, do cotidiano, do banal. Existem, também, ainda que em menor escala, pessoas para quem as próprias representações são violentas, seja porque amparam-se em instituições estatais, seja porque alguns (policiais e militares de maneira geral) julgam a si próprios como uma categoria à parte, diferente do “civil”.

As representações sociais de violência, se posicionadas em uma perspectiva semelhante àquelas que foram apresentadas no parágrafo anterior, evidenciam que sua estrutura é processual, não conceitual. De modo diverso, podemos dizer que as representações de violência, ao serem erigidas desta ou daquela maneira, pautada em tais ou quais crenças valores, preceitos e preconceitos, só podem ser consideradas como tal em seu próprio dinamismo (logo, trata-se de algo mutável), não como conceito estático.

À luz dessa afirmação, tornam-se compreensíveis (não aceitáveis, ressalte-se) atitudes de franca violência, como em atentados terroristas ou a manutenção de um Estado constante de terror como se vêem em alguns regimes totalitários. Ressalte-se, contudo, que não há aqui nenhum julgamento de valor quanto a esses ou quaisquer outros eventos, apenas uma tentativa de entendimento.

Posto isso, ainda resta a questão de como relacionar, de modo tão objetivo quanto possível, as representações sociais e a violência. Obviamente, trata-se de uma questão consideravelmente complexa, o que impede uma abordagem em profundidade. Apenas para efeito de aclaramento, todavia, podemos recorrer a Porto (2006, p. 261-262) quando afirma que

em alguns casos, como o da violência pela violência – dita despolitizada ou sem objeto – pode-se supor que {a violência} foi, ela mesma, erigida em valor (violência como afirmação identitária, como afirmação pela força). Já em outros, torna-se relevante investigar quais valores, crenças e sentidos estão em busca de hegemonia no contexto social, a partir do qual condutas violentas se desenvolvem como a forma mais imediata de resolução de conflitos.

Temos, com isso, uma visão que, se não encampa todas as possibilidades de relacionamento entre a TRS e a violência, nós dá uma visão panorâmica digna de apreço, dado que posiciona a violência como um valor em si própria, como ocorre, por exemplo, nas brigas de gangues ou a violência como resultado, extensão ou consequência de determinadas representações sociais que vão se formando sobre a mesma até atingir um determinado *corpus*.

Porto (2006) refere-se, de modo bastante oportuno, à chamada cultura da virilidade que ainda viceja em muitos recantos do Brasil como um valor que determina, em certos grupos, sob condições específicas, a representação social do homem como um ser que deve se dotado de “macheza”, coragem (física, evidentemente) e disposição e capacidade de confrontamento com indivíduos ou situações que contrariem quaisquer de seus valores, crenças e princípios.

Ainda nesse sentido, é oportuno comentar que, quanto mais ampla e disseminada forem as representações sociais de violência, menores serão os questionamentos, as contrapartes e as disposições contrárias às mesmas. Em outras palavras, quanto mais se dissemina uma maneira de representar socialmente a violência em suas múltiplas possibilidades (sem entrarmos no mérito da avaliação dos atores sociais quanto às “melhores” formas de punição e sanção dos envolvidos), menores serão as vozes que se elevam contra eventuais desmandos, arbitrariedades e outros elementos de mesma ordem.

Assim sendo, relacionar as representações sociais com a violência, especialmente em nossa época, é algo de uma importância fundamental, dado que, mesmo restrita, em alguns casos, a pequenos grupos, com idéias próprias, parece bastante evidente que, com a chamada Era da Informação, se tornou consideravelmente mais simples e eficiente fomentar idéias, crenças, valores ou, ainda, a cultura da violência pela violência. Não se trata, também desta vez, de um julgamento de valor da mídia, pois sua própria condição de veículo de transmissão de informações a torna uma formadora de opiniões e, partindo-se da impossibilidade de um discurso que seja totalmente imparcial, a própria existência de meios de comunicação já pressupõe a modelagem de formas de representações sociais sobre os mais diversos temas, inclusive e principalmente, a violência.

IV AS REPRESENTAÇÕES DE VIOLÊNCIA NO FILME TROPA DE ELITE

Neste capítulo são apresentadas algumas considerações sobre as representações sociais de violência constatadas no filme Tropa de Elite, além de serem inclusos alguns marcadores simbólicos de violência.

1 O BOPE

O Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro foi criado em 19 de janeiro de 1978 com finalidades, características e recursos completamente diversos daqueles que apresenta na atualidade. Com um contingente de apenas 30 homens, era, então, a Companhia de Operações Especiais (COE), cuja principal tarefa consistia no resgate de reféns, uma necessidade que se tornava cada vez mais premente no final da década de 1970, na cidade do Rio de Janeiro (RIBEIRO, 2007).

Ao longo dos anos 1980 o tráfico de drogas tornou-se gradualmente um dos principais focos de preocupação para a Secretaria de Estado de Segurança do Rio de Janeiro, principalmente depois que quadrilhas fortemente armadas passaram a controlar, nos morros cariocas, a distribuição de maconha, cocaína e crack para toda a cidade. Se os crimes passaram por mudanças, o mesmo não poderia deixar de ocorrer com seus agentes, os criminosos, que tiveram seu perfil transformado.

De fato, de assaltantes, seqüestradores e golpistas, muitos se converteram em “barões da droga” à moda nacional, isto é, reuniam cada vez mais dinheiro e poder e, para defender suas valiosas atividades (do ponto de vista estritamente financeiro, ressalte-se), passaram a se armar de modo assustador, reuniram um

arsenal que ia desde pistolas de alto impacto (Browning, Taurus, etc.), contava com granadas de diversos graus de letalidade e fuzis de grande poder de destruição como AK-47 e AR-15, chegando a impensáveis (para grupos de bandidos urbanos) lançadores de granadas e morteiros e até mesmo um míssil Exocet (RIBEIRO, 2007).

Foi justamente para fazer frente a essa escalada da violência e dos meios utilizados pelos traficantes de drogas que o COE passou a se chamar Companhia Independente de Operações Especiais, já com características de tropa de elite da PM. Entre os anos de 1987 e 1988, a companhia esteve em ação várias vezes, quando matou os líderes do tráfico em diversos morros, em especial o da Rocinha, e acabou com muitas bocas-de-fumo.

Em face dos bons resultados alcançados (sob a ótica da SSP-RJ, evidentemente), cada vez mais a companhia passou a ser acionada. Assim, em 1991, foi criado o BOPE, que passa de companhia a batalhão. A unidade ganha uma nova e melhor área de treinamento, no bairro de Laranjeiras. O ingresso no batalhão passou a se dar de modo continuamente rigoroso, seja no tocante à avaliação da vida pregressa do PM, seja pelas exigências elevadas de resistência física, psicológica e moral feitas aos candidatos. Por volta de 1997 (período focado no filme que ora tomamos para análise) o BOPE reunia um efetivo de 100 homens altamente treinados, embora de modo bastante controverso (RIBEIRO, 2007).

Dentre as ações mais célebres do batalhão destacam-se a trágica intervenção no seqüestro do ônibus da linha 174, em 2000 (também abordado por José Padilha, diretor de Tropa de Elite, no documentário Ônibus 174), que terminou com a morte da professora Geisa Gonçalves e do seqüestrador Sandro do Nascimento; e a morte do traficante Lulu da Rocinha, em uma ação que demorou mais de 15 minutos de intenso tiroteio. O caso envolvendo a morte da professora foi decisivo na história do BOPE, consistindo em uma espécie de divisor de águas: foi criada uma divisão apenas para negociação e ação em seqüestros, composta por negociadores de alto nível, preparados por psicólogos e oradores, além de policiais especializados; e, de outro lado, a temida Tropa de Elite, cuja função é, essencial e oficialmente, apreender armas de traficantes de drogas. Constam, ainda, do BOPE, um grupo de atiradores de precisão e um grupo de apoio (RIBEIRO, 2007).

Atualmente, o BOPE conta com cerca de 400 homens e pode receber novos candidatos a partir do Curso de Ações Táticas (CAT) ou do Curso de Operações

Especiais (COESP), ambos tão rigorosos que aprovam menos de 30% dos aspirantes à farda preta. Em seus 17 anos de atuação como Batalhão de Operações Especiais, o BOPE perdeu apenas um homem em ação, o soldado Wilson Santana, morto em maio de 2004, quando tentava cruzar uma rua, sob fogo intenso, no Complexo do Alemão. É particularmente emblemático, como veremos mais adiante neste capítulo, que uma tropa composta por centenas de homens tenha perdido apenas um componente em dezenas e dezenas de combates.

2 TROPA DE ELITE – O FILME

Tropa de Elite foi um dos filmes brasileiros mais polêmicos de 2007, o que, de uma perspectiva estritamente cultural, não deixa de ser relevante, mesmo se esse for o único parâmetro de análise da obra. O filme, contudo, ultrapassa a barreira cinematográfica (entendida aqui em sua vertente artística) para adentrar, densa e poderosamente, no inconsciente/consciente coletivo, atingindo fortemente a sociedade e não de um modo especialmente ameno ou “digerível”. Seu foco, aliás, é justamente a necessidade da ação do BOPE diante de uma situação que aparenta não apresentar solução possível de outro modo que não o da violência sistematizada (CARNEIRO, 2007).

De fato, mesmo sob a estridência da crítica de cinema e de alguns segmentos da sociedade, especialmente aqueles ligados às múltiplas manifestações de ideologia esquerdistas, Tropa de Elite apresenta como principal mérito a ousadia de não se omitir diante de uma guerra alimentada, de um lado, pela hipocrisia da classe média e dos seus filhos narcoviciados e, de outro, pela incapacidade do Estado em dar uma resposta eficiente e repassada de legalidade à explosão da criminalidade nos grandes centros (no caso presente, no Rio de Janeiro). Padilha, ao trazer a lume a narrativa do capitão Nascimento, não almeja e nem consegue, realmente, ser neutro, mas sim provocador, sem negar a cada parte seu quinhão de culpa, covardia, poder e miséria (CARNEIRO, 2007).

Cineasta de carreira curta, porém inspirada, José Padilha já havia causado celeuma com seu documentário “Ônibus 174”, que conta o desfecho trágico do seqüestro do ônibus 174, no Rio de Janeiro, após uma ação desastrada do mesmo

BOPE. Tropa de Elite, contudo, é um considerável passo adiante, seja no plano estético, seja, principalmente, por seu conteúdo altamente combustivo.

A seguir, detalhamos alguns dos aspectos referentes ao filme para, em seguida, analisarmos as representações de violência presentes na película.

2.1 ENREDO

O enredo de *Tropa de Elite* é bastante simples, consistindo na narrativa de Nascimento, Capitão do BOPE, sobre o período em que, pressionado por razões familiares (ele está prestes a ser pai) e pelo estresse diário (o personagem participa ativamente de dezenas de confrontos armados nas favelas e sente um esgotamento nervoso cada vez mais evidente), decide abandonar o comando da Companhia Alfa, a mais ativa da unidade. Para que possa fazer isso, Nascimento necessita, contudo, treinar um substituto à altura, o que significa dizer que deve ser alguém honesto, íntegro, racional e capaz de operar sob pressão, que não se des controle e, principalmente, não tenha piedade dos inimigos que enfrenta.

É a partir dessa necessidade e da entrada em cena dos aspirantes Neto e Matias, dois oficiais honestos e idealistas, que Nascimento passa a descrever, inicialmente, a rotina de treinamento dos candidatos à “caveira” (nome dado ao soldado do BOPE) e, posteriormente, a transformação de um oficial legalista (Matias) em um autêntico “cão de guerra”. Matias não apenas cursa Direito em uma das melhores universidades do Rio de Janeiro, mas acredita, segundo Nascimento, na polícia como o braço armado da lei, jamais uma corporação corrompida e dividida entre policiais honestos, omissos e corruptos.

Embora gire ao redor de um núcleo relativamente simples, qual seja o do BOPE e suas ações, *Tropa de Elite* também traz à tona o cotidiano dos jovens universitários de classe média alta que fazem uso “social” de drogas, assim como dos desmandos e falcatruas da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Com isso, consegue formar um mosaico onde os fatos nem sempre correspondem à lógica convencional, mas sim à perversa lógica do sistema policial, abertamente criticada pela fala do Capitão Nascimento.

Ao final, o tenente Neto acaba morto em uma emboscada e seu amigo de infância, Matias, talvez o único policial do filme a ter uma visão da polícia como extensão do sistema judiciário (em uma perspectiva de Estado de Direito, ressalte-se), acaba por renegar alguns de seus mais viscerais princípios para atuar em consonância com as regras do BOPE. O batalhão ganha um novo Nascimento, mas a justiça, certamente, perde um dos poucos exemplos de policiais legalistas da PM.

2.2 INFORMAÇÕES GERAIS

Tropa de Elite foi uma das mais caras produções cinematográficas brasileiras de todos os tempos. Orçada, inicialmente, em 8 milhões de reais, Tropa de Elite atingiu, ao fim, a cifra de 10,5 milhões de reais, o que a situa em um patamar poucas vezes atingido por outras produções da cinegrafia nacional.

Com um elenco relativamente jovem, no qual se destacam Wagner Moura (Capitão Nascimento), André Ramiro (André Matias), Caio Junqueira (Neto), Milhem Cortaz (Capitão Fábio), Fernanda Machado (Maria) e Fábio Lago (Baiano), entre outros, Tropa de Elite, apesar dos elevados custos de produção, em nada se assemelha ao estilo norte-americano de filmografia superproduzida, antes, pelo contrário, traz a lume uma violência na qual se vêem grande parte dos problemas que, se não são específicos do Brasil, parecem ter uma coloração inegavelmente brasileira.

Abordado por publicações que gozam de reputação jornalística elevada como Super Interessante, Veja, Isto é, entre outras, o filme é mostrado sob ângulos diversos, mas não sem certo grau de passionismo inspirado nas fortes cenas dos conflitos diários entre o BOPE e os traficantes de drogas dos morros cariocas.

Tome-se como exemplo dessa afirmação a corrupção em larga escala da polícia, a criminalização da pobreza, a violência dos morros cariocas e as sanguinárias guerras inter-quadrilhas e destas com a polícia. Assim e por mais que se queira universalizar as questões que Tropa de Elite faz emergir, é inegável que seu foco maior, acima de qualquer relação de causa e consequência, é a realidade brutal das grandes cidades brasileiras, em especial do Rio de Janeiro.

Os próprios dados numéricos relativos ao filme parecem indicar a ressonância que a produção causou na sociedade. Pirateadas por funcionários da empresa que fez as legendas do filme, cópias da obra foram vistas por um público não inferior a 11 milhões de pessoas (BOSCOV, 2007).

Após ser lançado e somando-se os dados legais, *Tropa de Elite* atingiu o patamar de, aproximadamente, 16 milhões de expectadores, o que o posiciona como uma das maiores produções cinematográficas brasileiras.

Tropa de Elite foi inspirado no livro *A Elite da Tropa*, de autoria do ex-capitão do BOPE, Rodrigo Pimentel, do major PM André Baptista e de Luiz Eduardo Soares, sociólogo ligado à SSP-RJ. Embora use o relato escrito como ponto de partida, o filme promove uma adaptação à linguagem cinematográfica, o que o obrigou a promover mudanças em personagens e situações, sem, contudo, fugir ao elemento mais importante do livro: a essência da formação e atuação do policial do BOPE (PIMENTEL, BAPTISTA e SOARES, 2006).

Dirigido por José Padilha, que vem acompanhando o BOPE desde a desastrosa tentativa de acabar com o seqüestro do ônibus da linha 174, *Tropa de Elite* foi rodado entre setembro e novembro de 2006, em diversas locações no Rio de Janeiro. Fátima Toledo, que já foi diretora da Febem, ficou responsável pela preparação dos atores, optando por dividi-los em quatro grupos distintos: policiais do BOPE, PM convencional, traficantes e os jovens da universidade. Com isso, logrou obter um comportamento baseado em uma visão sempre parcial dos atores, nunca uma panorâmica geral que, normalmente, estes possuem. Desse modo, aproxima-se da vida real, onde universitários dificilmente terão uma noção apropriada de como é o cotidiano de um grupo de traficantes na favela, assim como das ações e do trabalho do BOPE ou mesmo da PM e vice-versa (RIBEIRO, 2007).

Rodado, nas cenas de ação, no teatro de operações real do BOPE, o filme, em diversos momentos, se viu ameaçado e/ou prejudicado por atitudes que dificilmente se veriam em outras produções cinematográficas. Um dos primeiros problemas se deu quando uma van, carregada com 91 armamentos reais modificados para darem tiros de festim, foi roubada por traficantes. Nem o veículo nem as armas foram vistos novamente, o que obrigou a direção do filme a encomendar outro lote de armamentos, a um custo considerável.

As filmagens também sofreram revezes com a comunidade e as quadrilhas que controlam o morro Chapéu Mangueira, pois a PM ocupou o local, sem aviso

prévio à equipe, por duas vezes, o que causou irritação nos moradores, pois estes creditaram a ocupação a Padilha e seus auxiliares. Os produtores do filme foram obrigados a pagar cerca de 2 mil reais a traficantes para fazerem algumas cenas dentro da comunidade, segundo o que foi apurado pela equipe de jornalistas da Revista Vip (RIBEIRO, 2007).

Um dado também significativo em *Tropa de Elite* é que, durante as filmagens, a equipe de Padilha teve a consultoria de policiais do BOPE, de um lado, e de traficantes de drogas, de outro. Ambas consultorias foram relevantes, respectivamente, por mostrarem a forma “adequada” (perdoe-se a contradição semântica do termo dentro da oração) de se torturar uma pessoa com o saco plástico usado pelos policiais do BOPE; assim como matar as pessoas queimadas no “microondas” (forma de assassinato particularmente bárbara, na qual a vítima é colocada dentro de uma pilha de pneus e, em seguida, tem o corpo molhado por gasolina ou querosene, sendo ateado fogo na seqüência).

Em vários momentos os atores se viram em risco de serem atingidos pela guerra diária dos morros, inclusive na cena onde colocam fogo ficticiamente em um dos personagens, iniciativa que, por pouco, não deu início a um tiroteio entre quadrilhas rivais.

A busca pelo maior realismo possível, aliás, levou Padilha a usar policiais verdadeiros do BOPE em algumas cenas, o que conferiu uma aparência assustadoramente verídica a determinadas imagens. Outro dado que revela a tensão nos bastidores do filme é o fato de os personagens, em grande parte das externas na favela, usarem coletes à prova de balas verdadeiros sob as roupas (VERSIGNASSI, NARLOCH E RATIER, 2007).

As informações sobre os bastidores e mesmo sobre sua exposição/comercialização tiveram que ser, em grande parte, baseadas em informações jornalísticas, seja pela inexistência (até o momento em que escrevemos este capítulo) de livros e dados oficiais, seja ainda pela repercussão imediata do filme, o que impediu uma visão geral mais aprofundada.

Não obstante, tratam-se de informações imprescindíveis para se compreender a dimensão do filme em que, aparentemente, “A sociedade ansiava [...] por esse tapa na cara dado pelo capitão Nascimento (...)” (CARNEIRO, 2007, p.82).

3 A POLÍCIA APRESENTA SUAS ARMAS: REPRESENTAÇÕES DE VIOLENCIA NO BOPE

Analisar as representações sociais de violência partilhadas pelos membros do BOPE afigura-se como uma tarefa particularmente laboriosa, dado que a agressividade, a brutalidade e a tortura (para ficarmos em apenas 3 exemplos da violência intra-estrutural da corporação aqui enfocada) estão por tal forma entranhadas no cotidiano dos policiais que não é possível, a priori, existir uma tropa de elite na PM carioca atual sem a configuração que apresenta. Em outras palavras, em que pese a ousadia da asserção, acreditamos poder afirmar que o BOPE, como a tropa de elite que é, não teria condições de manter o seu formato de ação, metas e resultados, sem que para tanto concorressem os métodos brutais dos quais faz uso. Isso somente se daria em uma reformulação estrutural da corporação, como veremos mais adiante.

Por conta disso, aferir a visão coletiva de violência dos soldados é uma iniciativa que demanda o exame da conformação formacional, relacional e funcional do policial de elite, passando pelas transformações impressas na personalidade do militar até que este se converta no cão de guerra desejado.

3.1 A VIOLENCIA NA FORMAÇÃO DO POLICIAL

O treinamento do soldado do BOPE mostrado no filme tem, como ponto de partida, um processo de transformação da identidade pessoal, social e, principalmente, profissional do futuro “caveira”. De fato, sem esse processo, não seria possível ao BOPE, segundo o Capitão Nascimento, obter os resultados almejados.

Conforme se verifica no filme, tão logo inicia seu treinamento, o candidato tem suas características mórficas, sociais e psicológicas anuladas tanto quanto possível: não é mais um indivíduo dotado de autonomia moral, intelectual e profissional, mas sim um número, uma massa de modelagem nas mãos dos instrutores. Temos, pois, assim, uma violência inicial que brutaliza o homem-policial

na medida em que retira deste o ser-estar pessoa/cidadão/profissional. Não existe mais um Capitão Fábio, mas sim um soldado sem patente conhecido como 02, tanto como não há mais um aspirante com nome e sobrenome (André Matias), mas tão somente o 05 (Zero-cinco).

Se é justificável de uma perspectiva corporativa, esse aniquilamento do ser como algo autônomo e individual é extremamente violentador, pois retira do policial seus referentes, ao mesmo tempo em que o imerge profundamente em um novo contexto, no qual o coletivo se sobrepõe ao individual, o todo sobre a parte, até que reste apenas um ser desorientado, perdido, cujo único caminho possível é o do grupo, dos valores e visões deste e não mais do próprio indivíduo. Cram-se novos elementos do senso comum através da ancoragem e objetivação de aspectos ligados à violência. Como explica Porto (1999, p.131) são 'Sociabilidades que se estruturam em razão [...] a partir e em função de sua ausência. É o caso de sociabilidades estruturadas na e pela violência, quase como resposta a carências, ausências, falhas, rupturas".

Em Tropa de Elite temos uma visão progressiva do complexo processo de transformação do indivíduo em algo que poderíamos denominar de "parte-operativa" com a trajetória dos aspirantes Neto e Matias, ainda que de modo diverso. Em Neto, principalmente, a anulação do Eu em prol de uma visão coletivista é particularmente intensa, dado que existe um forte interesse do oficial em tornar-se um policial do BOPE. Em Matias, apesar de também presente, o processo é mais lento e não necessariamente supressor do Eu em seus estágios iniciais, seja porque o aspirante reluta em acatar alguns dos valores da corporação, seja por estar ali quase que de modo aleatório, trazido pelo amigo de infância.

De um modo ou de outro, porém, o período de formação do policial do BOPE, especialmente as duas primeiras semanas ("Semanas do inferno"), consegue ir gradualmente minando as bases que sustem o ser autônomo e diferenciado, posto que coloca em xeque, a cada momento, a atitude singularizada em face das novas demandas que se fazem necessárias. Nesse sentido, são especialmente elucidativos os episódios nos quais se escolhem soldados para serem "xerifes" do pelotão. Este não apenas terá que se responsabilizar pelo grupo, como o grupo deverá respaldar as ações e iniciativas, no plano coletivo, do xerife. Assim, cada um deve zelar por si e pelo outro, inclusive em situações nas quais o comportamento de alguém, ainda que isolado, faça reverter sobre o grupo eventos reativos e/ou

sanções. O elemento que mais atua no sentido de solidificar as relações intergrupais é, inegavelmente, a violência ou, ainda, o temor dos soldados diante das reações que determinados comportamentos podem dar lugar. Isso só é possível porque, como argumenta Porto (2006, p.263)

[...] o que os atores sociais nomeiam como violência varia segundo as representações que estes se fazem do fenômeno. Varia igualmente segundo a natureza da sociedade na qual o fenômeno é definido. Sob este aspecto, quanto mais uma sociedade é unilateral quanto a suas normas e valores, tanto menos aparece o caráter relativo do conceito e se tem a ilusão de objetividade construída por uma suposta unidade de pontos de vista. Sociedades mais plurais convivem com uma multiplicidade normativa, coexistindo lado a lado, ou disputando hegemonia.

Nesse sentido, a violência, nos estágios iniciais do treinamento dos candidatos a “caveira” é não somente a “argamassa” que permite a forte ligação dos membros do grupo, mas também algo que passa a ser considerado normal pelo soldado em treinamento, em função das representações sociais que passa a assimilar. Paulatinamente, o policial vai deixando de lado sua visão pessoal de vida e das funções inerentes à sua atividade para encampar, consciente e inconscientemente, uma nova perspectiva, moldada a partir da brutalidade e da intimidação, que é essencialmente grupal e coletiva. Bater, torturar e intimidar formam o tripé “pedagógico” dos instrutores e, aos poucos, passam a ser encarados de maneira natural pelos candidatos, até que a noção de violência perca suas feições primárias e se converta em algo cotidiano, compreensível e aceitável. É somente então que o candidato passa para a segunda fase do treinamento, a tática e operacional, quando, mais do que nunca, o coletivo sobrepuja o individual e a violência se mostra ainda mais coercitiva, seja na formação, seja na compreensão do policial sobre sua atuação como futuro membro da tropa.

3.2 A VIOLÊNCIA NAS RELAÇÕES DO POLICIAL

Tão presentes e ativas quanto as verificadas na formação do policial, as representações sociais de violência nas múltiplas relações do policial do BOPE são

praticamente inseparáveis de sua atuação dentro do modelo de treinamento e conduta alimentado pela corporação, pois ser violento, atuar de modo violento e proporcionar apoio violento mútuo em suas muitas formas de atuação é, pelo que o filme mostra, imprescindível ao policial de elite.

De maneira geral, o policial do BOPE não apenas espera por atitudes e comportamentos violentos de seus pares e de si mesmo em relação aos outros, mas também os aceitam como algo perfeitamente coadunado com aquilo que se busca como padrão comportamental, logo, natural e até mesmo convencional.

Como se pode perceber em diversos momentos do filme, a forma como se relacionam os policiais da tropa de elite é, quase sempre, parte das representações sociais que os mesmos apresentam quanto à violência, o que implica em atos conscientes e inconscientes repassados de certa brutalidade psicológica e/ou material mesmo para com os colegas de farda. Porto (1999, 132) explica que 'Na condição de recurso, a violência insere-se em um elenco de estratégias [...]; passa a ser questão de eficácia, oportunidade, afirmação de identidades socialmente negadas, explosão de raivas, frustrações, dentre tantas outras possibilidades [...]'.

Duas cenas são particularmente ilustrativas do quanto a violência é convencionalizada e até banalizada nas relações do policial do BOPE. Logo no início do filme, há uma cena na qual Nascimento conversa tranquilamente por telefone com sua esposa, escutando, inclusive, os batimentos cardíacos do bebê em gestação e comentando banalidades como esquentar o jantar no microondas ao voltar pra casa. Ato contínuo, o oficial despede-se carinhosamente da mulher e, alguns instantes depois, ordena ao *sniper* (atirador de precisão) que mate dois PMs que vendiam armas aos traficantes de drogas logo abaixo.

Numa outra cena, ainda mais eloquente, o comandante do batalhão, ao informar que será criado um novo curso de formação de soldados de elite, determina que não se verifiquem mais casos de mãos cortadas e tímpanos rompidos. Nascimento comenta, em tom ameno e banal, que o corte na mão de um soldado fôra um simples "acidente", mas que o tímpano rompido tinha sido uma ação promovida por outro instrutor. O oficial que rompera o tímpano do candidato ao aplicar-lhe o chamado "telefone" diz, em tom jocoso, que havia sido sem querer, ocasião em que todos riem, como se fosse uma piada particularmente engraçada obrigar alguém a usar aparelho auditivo para o resto da vida por conta do sadismo do instrutor. Um comportamento como o descrito acima implica, obrigatoriamente,

numa noção de ancoragem da violência como parte das regras e condutas aceitáveis, até mesmo banais (MOSCOVICI, 2004).

Aspecto essencial para se compreender as asserções acima é o que se sobressai na atuação dos policiais em seus confrontos quase que diários com os marginais e a população dos morros. Ao sair para as operações, o soldado não apenas está em condições físicas (de modo geral, evidentemente), morais e (muito importante) sociais plenas para o uso da violência como espera e mesmo deseja que os membros do seu pelotão se encontrem e atuem de modo semelhante.

Ancorado em visões de violência devidamente assimiladas, o homem do BOPE é um ser que vai “trabalhar” de modo convencional: usar a violência como uma ferramenta de trabalho (PORTO, 1999). Assim, estar pronto para matar ou para quaisquer outras formas de violência, não em nível individual apenas, mas também e, quiçá, principalmente, grupal, é um fator sempre presente na vida e no trabalho do membro do BOPE, o que afeta e influencia, como não poderia deixar de ser, seus relacionamentos em diversas instâncias.

Nos embates com o elemento adverso, qual seja o traficante, o policial do BOPE age sempre de um modo que tem no coletivo sua expressão mais perigosa. Em outras palavras, o BOPE é bem mais ameaçador enquanto conjunto de elementos condicionados pela e para a violência, o que desemboca em uma visão compartilhada de brutalidade e agressão consideravelmente mais ampla e profunda do que a soma das perspectivas individuais de violência somadas. De fato, individualmente, o homem do BOPE procura permanecer oculto tanto quanto possível em relação à sociedade, pois teme e sabe que não poderá resistir à violência dos bandidos. Coletivamente, contudo, os membros da corporação formam um *corpus* extremamente violento e letal.

Quando inserida em uma panorâmica maior, que contemple também a atuação do policial de elite junto às comunidades suburbanas, em especial aquelas situadas nas favelas, podemos constatar que a violência, em suas múltiplas formas, é o principal catalisador da “temperatura” social dentro do BOPE. Espancamento e tortura de crianças, adolescentes e mulheres atuam, assim, como sinalizadores das relações dos membros da tropa de elite com pessoas envolvidas indiretamente (ou sem envolvimento algum) com o tráfico de drogas.

É particularmente emblemática da visão coletiva de violência do BOPE a cena na qual o capitão Nascimento, mesmo alertado por um outro policial sobre o

flagrante desrespeito à lei e à comunidade que a ação promovida está dando ensejo, simplesmente ignora a advertência, prosseguindo na brutal caçada ao traficante Baiano.

De outro modo, fica evidente que, do ponto de vista apresentado no filme, a violência relacional para os soldados do BOPE é tão natural quanto efetuar operações portando armas e colete à prova de balas: é mais um item da “bagagem” do policial, tão presente quanto os símbolos militares, os valores e as atitudes dos membros desse grupo. A vivência diária da brutalidade pelos soldados do BOPE acaba por promover um processo contínuo de ancoragem, nos moldes em que Moscovici (2004) o concebe, tanto quanto objetiva as muitas formas de violação da integridade física dos oponentes.

3.3 A VIOLÊNCIA NAS FUNÇÕES DO POLICIAL

Aspecto especialmente relevante na análise das representações sociais de violência pelos membros da tropa de elite da PM do Rio de Janeiro, o exercício das funções policiais é, se tomado separadamente, um dos melhores indicadores de qual a visão representacional social do grupo sobre atitudes e comportamentos violentos.

Inicialmente, há que se ter presente que o policial do BOPE inicia sua carreira na PM convencional e, somente após alguns anos, pode almejar à farda preta. Isso, per si, já é um fator influente na visão policial sobre a violência, pois se é fato que o BOPE, no filme, mostra-se como uma força extremamente brutal, também é inegável que a Policia Militar age de modo igualmente perverso, com o agravante de não buscar, na grande maioria das situações, agir de modo a fazer prevalecer a justiça ou algo do gênero, mas sim os interesses dos membros da própria corporação (“o sistema”, como denomina o narrador).

Desse modo, ao se tornar um policial de elite, o soldado já tem um histórico de convivência bastante amplo com a violência em suas múltiplas formas, o que não deixa de influenciá-lo de algum modo, posto que não é possível alhear-se totalmente do senso comum presente em grupos sociais imediatos e mediados.

A atuação dos homens do BOPE, de forma geral, segue um padrão partilhado pelos soldados da tropa de elite, uma espécie de categoria representacional da violência que norteia e determina a ação policial. Por outro viés, já na formação do agente, criam-se, paulatinamente e de modo intensivo, condições que vão, celeremente, modificando percepções, criando novas visões de mundo e, em especial, da atuação policial (PORTO, 2006).

Embora seja fomentada no período imediatamente após o acesso do policial ao curso de formação, fica evidente, no filme, que as representações sociais de violência vão sendo rapidamente criadas ou, mais comumente, reformuladas de modo a encaminhar o policial a um padrão comportamental no qual este passa a compartilhar de uma concepção da violência funcional bastante diversa daquela que apresenta sozinho ou antes de entrar para o batalhão.

Conforme se constata em grande parte da fita, o condicionamento dado ao membro do BOPE durante e após o curso de formação é todo voltado para uma mudança ou reafirmação de determinadas crenças e valores que, somados, formam uma personalidade nova ou pelo menos diferente da anterior, o que se reflete na perfeita adequação do homem ao grupo, o que significa dizer que o membro da tropa passa, a partir da ação intensiva de (re)formatação de atitudes, princípios e crenças, a compartilhar as percepções sociais sobre a violência em suas múltiplas manifestações.

Porto (2004, p.135) afirma que, em face da visão que predomina nas elites policiais, os membros destas organizações constituem-se em um grupo de seres à parte dentro da sociedade: se matar alguém faz parte de sua função (promover a justiça – seja lá o que os policiais entendam sobre essa expressão); caso morra, será no exercício do ato de “servir e proteger” a população. “[...] em certo sentido, o poder sobre a vida e a morte é o diferencial entre ser policial ou civil, e que esse diferencial acarreta certas prerrogativas: morrendo ele o faz em nome da lei e matando também [...]”.

Um exemplo particularmente eloquente dessa afirmação é o do aspirante Matias. Tendo ingressado no BOPE não por concordar com a forma de atuação do grupo em seus desdobramentos mais brutais, mas sim pela célebre conduta honesta (do ponto de vista da corrupção e da leniência, diga-se) do batalhão e, principalmente, porque decide acompanhar seu amigo de infância, o também aspirante Neto que, este sim, desejava de fato ingressar na corporação.

Paulatinamente, Matias vai tendo sua personalidade, suas crenças, seus valores e até mesmo seus ideais modificados. Embora ainda não concorde com a visão de violência do BOPE, Matias não deixa de ir, aos poucos, se transformando de um oficial legalista em um legítimo “caveira”: honesto, porém brutal e impiedoso.

O fato de ter sido levado, ao final do drama, a se tornar o substituto de Nascimento, já que Neto havia sido morto, é apenas o coroamento, o marco zero da mutação de um jovem que acreditava na lei em sua forma mais institucionalizada (leia-se: um braço operacional do Estado de Direito) em um duro e desapiedado policial cuja última ação, na película, é justamente matar, a sangue-frio e motivado pela vingança pessoal e corporativa, o traficante que matara seu amigo de infância. Nesse sentido, ao se tornar também um matador, Matias passa, no final do filme, a ser, de fato e de razão, um policial de elite, adequando-se ao que as políticas de segurança pública prevêem e exigem dos indivíduos em situação análoga à de Matias.

A trajetória de Matias na polícia é repassada de uma série de eventos que, como o filme bem o demonstra, atuam de modo decisivo na modelagem de um novo homem e, por extensão, de um novo policial, para quem a violência é, agora, uma condição, uma arma e mesmo um objetivo da ação policial promovida de modo isento de corrupção.

De modo bastante esclarecedor, a transformação de Matias acaba se enquadrando dentro da afirmação de Domenach (*apud* Minayo, 1994, p. 07), quando salienta que “[...] cada manifestação particular (da violência) se articula com as outras.”

Se partirmos da idéia de uma rede ampla o bastante para conter toda a violência verificada na sociedade, poderíamos notar, sem maiores dificuldades, que os diversos tipos de brutalidade encontram-se relacionados, ainda que de modo indireto. Assim, numa redução que não apenas sintetiza, mas também torna mais claro o que desejemos expor é a compreensão de que o Estado é o ente maior da violência, posto que subordina a todos (ou quase todos) a uma condição na qual formas diversas de violência podem ser usadas. Essa premissa (se a consideramos como tal justamente por sua feição silogística) terá como consequência a consciência da violência pelo homem e da possibilidade de sua concretização em outras esferas.

Fica evidente, no caso de Matias, a presença coercitiva do grupo, do ideário de violência e nas crenças do BOPE sobre os atos brutais que promove em suas muitas faces. Realmente, André Matias é produto direto, em sua mutação rumo ao compartilhamento de representações sociais presentes no BOPE, de elementos que formam uma rede que erige, sustenta e justifica a violência, em que pesem as consequências dessa promoção da barbárie “justa”, posto que dirigida por homens que não se corrompem a um grupo particularmente perigoso e indefensável do ponto de vista legal: o dos traficantes de drogas.

Como enumera Porto (2006), mesmo sendo algo individualizado, muitas percepções acabam por ser moldadas pelo modo de se situar socialmente do indivíduo. Elas têm como meta propiciar explicações do universo ao qual o ser se vincula e fornecer sentido às experiências. Ora, tais experiências e visões formam grande parte das representações sociais do homem, o que as tornam, na função prática que apresentam, elementos orientadores de conduta; e, de certo modo, parece haver uma correspondência entre os fenômenos e suas representações sociais nesse âmbito.

Mesmo que alguns fatores de ordem pessoal, tais como a morte de Neto, o amigo de infância do aspirante Matias, tenham exercido influência no comportamento cada vez mais violento do oficial, fica patente a noção de que, sem a atuação do BOPE nos aspectos formativo, relacional e, por fim, funcional, dificilmente Matias deixaria sua violência aflorar de modo cada vez mais intenso, como se vê, inclusive, em situações que não reclamariam atitudes de violência física, como a agressão que André promove contra um jovem viciado em uma passeata pedindo paz, seja quando promove a prisão do traficante de classe média que atua na universidade. Ela já se vê, nesse momento, como um ser à parte na sociedade (PORTO, 2004).

Dessa forma, Matias acaba por assimilar, de modo quase inconsciente, a idéia de que

A violência (força), como uma das formas que move as relações humanas, não deixa de levar em conta a instabilidade social como porta de tudo aquilo que, ao invés de suprimir os antagonismos, tenta ordená-los. A força como elemento de ‘potência’ no jogo do dinamismo social. E como ‘a lógica do poder’, é a dominação, a redução ao uno”. (MAFFESOLI *apud* GUIMARÃES, 1996, p.08).

As considerações de Maffesoli servem não apenas para lançar luzes sobre um comportamento que começa a se firmar em Matias e, de modo relacional, em outros soldados do BOPE, mas também nos permitem inferir que, somadas às relações de poder presentes na sociedade e na expressão da polícia como instrumento essencialmente repressor das bases da pirâmide social de modo a preservar uma ordem que é benéfica, em grande parte, às elites, criam as condições ideais para que os aspectos tidos como nocivos ou perigosos possam ser suprimidos.

Aliás, tendo ainda como parâmetro a trajetória de Neto e, principalmente de Matias, temos uma visão que mostra, em última instância, uma violência fundadora, dado que serve como programa inicial de ação, trazendo como consequências imediatas uma reação também violenta e, em médio e longo prazo, o recrudescimento dos atos de violência. Em uma escala mais ampla, trata-se de uma postura que inaugura a guerra do Estado contra aqueles que ameaçam o *status quo*, o que, para além de previsões, estratégias e iniciativas buscando reduzir a níveis mínimos a violência, tende, pelo contrário, a fomentar as condições para uma confrontação perene e, em alguns casos, capaz de ultrapassar o teatro de operações do BOPE para atingir também outras camadas (GUIMARÃES, 1996).

Se Matias torna-se um cão de guerra ao final da película, ainda que possua valores anteriores e, quiçá, mais fortes do que os que adquire na corporação, eles acabam cedendo lugar a uma visão que ultrapassa questões como direitos humanos, estratos sociais, fatores que descambam para uma visão e, derivado dessa, um comportamento agressivo cuja base é a idéia de justiça pela violência ou brutalidade “justa”, como se verificam nas representações sociais da brutalidade policial no filme.

Ainda no âmbito das representações de violência no BOPE, é preciso ter em mente que as altas autoridades (membros do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário) são conscientes de sua própria violência, notadamente na esfera do Executivo, posto que se relaciona diretamente com os comandos das polícias. Ao instituir, pois, um corpo de ataque altamente treinado para “matar a morte” (o símbolo da faca cravada na craveira), o Estado age como um ente que propaga um tipo de “limpeza” moral, material e, principalmente, social, o que nada mais é do que uma visão da violência como força coercitiva e passível de uma utilização controlada e eficiente. Abrem-se, pois, as portas para que o BOPE não apenas encampe e faça

uso de uma visão de violência, mas sim que materialize e incorpore as representações sociais de violência por trás da instituição. Simplificando grosseiramente, a corporação ganha carta branca para matar porque, nos bastidores do Estado, alguém partilha e comunga com esse ideário da violência.

Como se vê no filme, ocorre uma violência banal, que se quer ou mesmo está, em alguns casos, totalmente fora do alcance do poder coercitivo do Estado. Essa violência, que afronta e/ou corrompe a autoridade do Estado, está por tal forma disseminada que demanda, até mesmo como última linha de ação, uma resposta à altura, ou seja, no mesmo nível que o dos traficantes. Tem-se, assim, a justificativa para a existência do BOPE e, mais do que isso, para suas concepções sociais de violência.

4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA INTRA E INTERGRUPAL

Este estudo não poderia ser considerado minimamente passível de êxito se, ao lado das visões de violência intra-BOPE, não procurasse examinar, ainda que brevemente, as representações sociais de violência do BOPE sobre os outros grupos, no filme, e desses grupos no aspecto intergrupal e também sobre o Batalhão de Operações Especiais apresentado na película. Assim sendo e para efeitos didáticos, optamos por dividir as representações de violência dos elementos externos do BOPE a partir de três grupos distintos, ainda que relacionados entre si:

4.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO BOPE SOBRE A POLÍCIA

Acusado de fascista por muitos críticos (vide discussão a esse respeito mais adiante, neste capítulo), Tropa de Elite é reiteradamente incisivo ao colocar em evidência a chamada “banda podre” da Polícia Militar do Rio de Janeiro, ao melhor estilo de documentários que têm na denuncia uma de suas metas (CARNEIRO, 2007).

A PM mostrada no filme, do mais alto escalão (Coronel Otávio, Major Oliveira, Capitão Fábio, entre outros) às patentes menores (sargentos, cabos e soldados), é por tal forma permeada de vícios, falhas, corrupção e outras mazelas que não se pode pensar em uma corporação que sofre com a ação e as percepções distorcidas de alguns indivíduos, mas sim em alguns elementos (os honestos) que sofrem com a ação e as percepções perversas da corporação.

Como é explicitado logo no início do filme pelo Capitão Nascimento, “se dependesse apenas da PM convencional, os traficantes já teriam tomado a cidade”, o que evidencia nitidamente o grau de corrupção nas fileiras da Polícia Militar do Rio de Janeiro.

Para o soldado do BOPE, a PM convencional é uma espécie de antro de corrupção, omissão e incapacidade. Isso logo se evidencia nas mais diversas circunstâncias: o envolvimento dos policiais em crimes de corrupção passiva, exploração do lenocínio, jogo do bicho, cobrança de proteção, furtos, roubos, assassinatos, além de uma infração exclusiva dos grandes centros: a remoção de cadáveres de uma jurisdição para outra.

Voltada para seus próprios interesses, a Polícia Militar convencional apresentada na película é dotada de uma voracidade venal tão grande que apenas os desejos e necessidades de seus componentes são levados em consideração, ou seja, “o sistema trabalha pra resolver os problemas do sistema”, como afirma Nascimento.

Assim sendo, para os homens do BOPE, a Polícia Militar convencional apresentada no filme é uma soma de interesses particulares, ineficiência, corrupção em todos os níveis e, inclusive, um grupo tão detestável quanto os próprios traficantes de drogas.

Não por acaso, Nascimento manda matar dois PMs que vendiam armas aos traficantes e também não por acaso, recusa a ajuda da PM convencional para subir o morro e salvar Neto e Matias, pois não considera os policiais convencionais confiáveis ou mesmo à altura do BOPE.

4.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO BOPE SOBRE OS UNIVERSITÁRIOS

Um dos pontos altos de Tropa de Elite está em relacionar de forma direta certos hábitos de jovens universitários de classe média alta e a violência, posicionando em primeiro plano a participação de grupos de rapazes e moças bem-nascidos na sustentação do tráfico e, mais do que isso, nas sangrentas atividades por trás do tráfico (CARNEIRO, 2007).

Em linhas gerais, esse parece ter sido um dos aspectos que mais despertou celeuma quando da exibição do filme. É compreensível na medida em que se constata que a corrupção policial, a violência dos órgãos de repressão e de sua contraparte, o tráfico de drogas, já são temas bastante conhecidos. A inserção dos filhos da classe média alta em meio a essa complexa equação, contudo, ainda não fôra feita de modo tão evidente e sem meias-palavras.

A princípio parece exagero dizer que os jovens usuários de drogas mostrados no filme sejam responsáveis por aspectos tão nefandos quanto a violência, a tortura e a morte. Basta se examinar a questão de uma forma um pouco mais aprofundada para se verificar que existe, sim, uma estreita relação entre consumidores de tóxicos de alto poder aquisitivo e os aspectos mais estarrecedores do tráfico. Como se vê no filme, jovens pobres também usam drogas, mas, diferentemente de seus “colegas” universitários, geralmente pagam o caro vício com serviços de transporte e distribuição de narcóticos ou com objetos furtados. Também pagam com dinheiro, obviamente, mas não de forma tão regular quanto os jovens cujas famílias possuem mais posses (CARNEIRO, 2007).

Isso não significa que jovens de classe média alta também não furtem, roubem, distribuem drogas ou até se prostituem para manter o vício. Na visão exposta no filme, contudo, o tráfico só pode ser mantido por quem paga em dinheiro, isto é, pelos jovens de classe média alta. Daí decorre um dos elementos que permitem o “tapa na cara da sociedade” mencionado por Carneiro (2007).

A partir dessa relação forma-se o perverso e brutal processo que envolve os traficantes, a polícia e muita violência. Para se armar com material bélico impactante, os traficantes precisam de dinheiro em espécie e em grande quantidade, pois a polícia, por razões mais do que óbvias, não recebe em drogas ou quaisquer outras “moedas”. Para fazer frente a um arsenal que mais se assemelha ao de um

exército regular em campanha, a polícia é obrigada a se armar de modo equivalente. Dessa equação perversa decorre parte significativa da violência a que nos referimos reiteradamente neste capítulo.

É claro que não se pode culpar única e exclusivamente os usuários de classe média e universitários por uma situação que encampa diversas variáveis e cuja solução parece estar tão distante quanto inacessível aos moldes de atuação das forças policiais atuais. O que não se pode negar, no entanto, é a arguta visão de Padilha em *Tropa de Elite*, ao arrolar junto aos demais fatores, a participação ativa dos jovens de famílias bem-sucedidas na alimentação do tráfico.

4.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DO BOPE SOBRE OS TRAFICANTES

De um ponto de vista estritamente representativo social, os traficantes, na ótica coletiva do BOPE, são o inimigo perene, que, como uma espécie de Fênix (o mitológico pássaro que tinha o poder de ressurgir das próprias cinzas), consegue sempre retornar, mesmo depois de matanças seguidas.

Seria ingênuo supor que, em seus confrontos diários, os policiais de elite do Rio de Janeiro e os traficantes não mantenham, uns contra os outros, sentimentos virulentos de ódio e destruição.

Pouco importa se os homens do BOPE são treinados para, como diz o Capitão Nascimento, “Matar com dignidade”: os soldados alimentam uma visão compartilhada entre os mesmos de que o elemento oposto é impiedoso, brutal, sanguinário e que, em razão da própria estrutura do tráfico e do terreno em que os traficantes dominam, tenha que ser combatido de modo letal.

De uma perspectiva representativa social, o traficante é, independente do prisma sob o qual seja vislumbrado, o inimigo, a personificação do mal que deve ser combatido com ações que visam, via de regra, suprimir o indivíduo que vive da venda de drogas.

O que mais diferencia as representações sociais do BOPE sobre os traficantes em relação a outros grupos é que, nesse caso, são elementos ancorados e objetivados de modo linear, direto, sem qualquer subterfúgio: o traficante é, para todos os efeitos, o inimigo a ser batido.

Cria-se, por conta disso, uma forma de representação social que poderia ser definida de objetiva-direta, diferentemente do que ocorre com outros grupos que se relacionam de algum modo com o BOPE. Em outras palavras, nem todo universitário é maconheiro, nem todo PM é corrupto. Com os traficantes, porém, não existem exceções: trata-se de um grupo representado socialmente como o mal a ser debelado com uma violência superior à empregada pelos próprios traficantes.

5 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLENCIA DA PM

Discorrer sobre as representações sociais de violência da PM convencional sobre si e sobre outros grupos mostrados no filme torna imprescindível, em certa medida, adentrar ao complexo mérito da criminalidade dentro da polícia, com todas as suas variáveis e elementos de influência. Como o exame exaustivo dessa questão seria impraticável em algumas páginas, optamos por elencar alguns ângulos da visão coletiva de violência imperante na PM convencional como alegorias de um todo bem maior e consideravelmente mais complexo.

5.1 “AMIGOS DOS AMIGOS” – COMO A PM REPRESENTA SOCIALMENTE A PM

Uma das mais bem acabadas (no sentido morfológico-conceitual, não em suas implicações) representações sociais de violência da PM mostrada no filme é o pagamento de proteção por particulares. Para a maioria dos integrantes da Polícia Militar, cobrar para fazer algo que nada mais é do que sua obrigação legal é algo tão normal e aceitável que existem até preços prévios para os serviços de segurança. Assim, para os comandantes e comandados da PM, pouco importa se uma pessoa será assaltada, estuprada ou até assassinada na área de atuação do batalhão: o que importa, mesmo, é estacionar uma viatura nas proximidades dos estabelecimentos que pagam proteção.

Conquanto em um primeiro instante isso possa parecer algo menor, até mesmo em função de outros crimes encontrados na PM apresentada no filme, é

estarrecedor pensar que um policial, devidamente treinado e pago pelo Estado para proteger os cidadãos, ache natural ficar parado e inerte próximo a quem lhe paga propina enquanto próximo dali pessoas possam estar sendo vitimadas pelas muitas formas de violência dos grandes centros.

Ainda que possamos incorrer no risco de apresentarmos um posicionamento demasiadamente passional diante dessa questão, ser “amigo dos amigos do batalhão” como forma de representação social da violência implica, diretamente, em uma visão na qual os “amigos” devem ser protegidos e viver, ao passo que os demais ficam à mercê da própria sorte. Nada mais contrário à postura e às crenças de um policial honesto e cumpridor de suas obrigações do que proteger ou até mesmo dar atenção apenas a quem lhe paga e ainda acreditar que isso seja algo legítimo e aceitável.

Os próprios policiais são vítimas da corrupção disseminada no batalhão, pois são obrigados a participar do suporte dado aos crimes cometidos pela polícia ou mesmo serem vítimas dessa própria polícia, como é o caso do soldado Paulo que, ao pedir suas férias após quatro anos sem esse benefício, é “cobrado” pelo sargento. Como se recusa a pagar e ainda tenta reclamar do sargento aos seus superiores, o soldado acaba por ir parar na cozinha, ao invés de voltar para a oficina onde sempre trabalhara.

Esse caso não é isolado, antes, pelo contrário, revela a face mais comum e freqüente da Polícia Militar convencional. As representações sociais de violência dos membros da corporação sobre si próprios são tão “contaminadas” pelo espírito da venalidade, da corrupção e da indiferença ao verdadeiro papel que deveria caber ao policial que dificultam e/ou impedem mudanças, já que aqueles que apresentam representações sociais diversas são logo suprimidos, seja pelo silenciamento obrigatório, seja pelo estado de isolamento em que cedo se encontram. Como explica Porto (2004, p.133) a violência vai sendo percebida, em grupos como a PM, “[...] como um modo concreto de regulamentação da vida social e de resolução de conflitos [...]. Isso acaba por constituir uma [...] representação de ordem social.” Assim estar na PM, na plena acepção do termo, é partilhar das representações sociais de violência mais densas e presentes, sob pena de ser suprimido rapidamente.

Da mesma forma, um dos episódios do filme Tropa de Elite que melhor definem as concepções coletivas de violência na Policia Militar, especialmente entre

os policiais corruptos, é a facilidade com que se dispõem a eliminar qualquer fonte de problemas e/ou entraves aos negócios sujos dos quais se beneficiam.

Esse “barateamento” da vida humana, mesmo a dos pares policiais-bandidos, se cristaliza na cena em que o comandante do batalhão, após ter seu “arrego” (quantia paga pelos banqueiros de jogo do bicho para não serem incomodados pela polícia) surrupiado pelo aspirante Neto, decide mandar matar o superior imediato do aspirante, Capitão Fábio, por julgá-lo o responsável pela ação. A ordem é recebida com naturalidade pelo Major Oliveira e dois sub-oficiais que, juntos, encaminham o oficial para ser morto por traficantes, numa manobra de ocultação de responsabilidade, isto é, para todos os efeitos Fábio terá sido morto numa troca de tiros com traficantes.

As representações sociais de violência, neste caso, são de uma ignomínia indiscutível, pois o coronel usa a polícia para proteger seus interesses espúrios de outros policiais também espúrios. Basicamente, pensa-se, de modo geral, na polícia como meio de assegurar a permanência de uma situação criminosa, mesmo diante de uma ameaça intestina – marginais fardados que matam outros marginais também fardados para garantir as benesses do crime.

O curioso é que nem mesmo as relações pessoais e, eventualmente, de amizade parecem suplantar as representações de violência, notadamente quando se trata de defender as sujas vantagens pecuniárias advindas do crime. A tão propalada “camaradagem de caserna”, pelo menos nas relações focalizadas em Tropa de Elite, parecem inexistir ou, caso ocorram, não têm poder suficiente para evitar que a violência se perpetre contra os próprios policiais. Aliás, uma passagem que seria cômica não fosse o absurdo que traz em seu bojo, é a que registra a “justa” indignação de um oficial (Cap. Fábio) com a ganância do Coronel Otávio e seus apaniguados, que tiram do capitão (“Eu tenho família, pô!”) até mesmo o rendimento de alguns “bicos”, como a “inofensiva” exploração do lenocínio.

A avidez atua, assim, como uma extensão das representações de violência dos policiais desonestos, uma vez que não há qualquer preocupação quanto a causar mal ou danos a outrem quando se trata da defesa dos interesses pessoais escusos.

5.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA PM SOBRE OS TRAFICANTES

O título deste subtópico, embora um tanto complexo, é uma das formas de expressão mais eloquentes da PM convencional e das representações sociais que a permeiam, pois, a priori, são lados opostos, isto é, colocam-se em campos diametralmente contrários policiais e bandidos. Na prática, contudo, os fatos não são exatamente assim.

Não por acaso, em uma das cenas da parte inicial do filme, os PMs são chamados de “filhos da puta” pelo capitão Nascimento, que os situa, inclusive, em um patamar ainda mais criminoso do que aquele no qual estão os traficantes. Essa visão raivosa de Nascimento é compreensível se levarmos em consideração que, caso fosse possível indicar, isoladamente, um fator preponderante na caudalosa violência urbana do Rio de Janeiro, a venda de armas para os bandidos seria certamente o elemento central.

De fato, sem armas ou, pelo menos, com um número reduzido de material bélico pesado (fuzis, metralhadoras, granadas, etc.), os traficantes que controlam o tráfico de drogas e também outras atividades criminosas como assaltos a carros-fortes não teriam tanto poder de fogo e capacidade operacional. Assim, uma eventual ação que buscasse atingir a logística do crime teria que impedir, tanto quanto possível, que as armas chegassem às mãos dos bandidos. Mas como fazer isso se a própria PM vende armas aos traficantes, como se vê no filme?

O absurdo de uma atitude como essa só encontra explicação, mais uma vez, em representações sociais de violência nas quais prevalece a lógica do egoísta, qual seja o dinheiro é o único aspecto que realmente importa, mesmo que o mal advindo da venda de armas possa atingir os próprios policiais. É algo simplesmente aterrorizante imaginar que o senso moral coletivo está por tal forma embotado nos policiais que vendem armas aos traficantes que estes não se dêem ao trabalho de pensar nas implicações daí advindas.

O policial não apenas sabe para que as armas servirão, mas também pouco se importa com isso, ao contrário, existem grupos especializados na corporação que armam campanas para determinadas facções criminosas com o único intuito de tomar suas armas. Ato contínuo e muitas vezes sem passar pelos depósitos de armas da PM, o material é vendido a outros bandidos. Para esse tipo de policial, a

violência, por brutal que seja, decorrente de sua ação direta, é apenas um detalhe, que não chega a tirar seu sono; ao invés disso, existe uma forte competição entre policiais para apreender e logo em seguida vender armas.

Outra fonte perene de armamento para os marginais é o desvio sistemático de material bélico apreendido e guardado nos depósitos de armas da PM. Muitas armas dão “baixa” de maneira clandestina e, enquanto se imagina, na Secretaria de Segurança Pública, que as mesmas estejam devidamente guardadas pela polícia, estas já estão nas mãos dos traficantes.

Do ponto de vista das representações sociais de violência da PM convencional em relação aos traficantes, temos uma ancoragem bastante curiosa, qual seja: vender armas ao “inimigo” nada tem de danoso, mesmo que, paradoxalmente, esses mesmo traficantes possam usar as armas contra os policiais corruptos. Em uma das cenas do filme, quando o aspirante Neto mata um traficante pelas costas, a longa distância, rompe um furioso tiroteio entre a PM e os traficantes. Para usarmos uma expressão coloquial “o feitiço vira-se contra o próprio feiticeiro”, pois homens da Polícia Militar são mortos por armas que eles próprios provavelmente venderam aos bandidos.

5.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DA PM SOBRE O BOPE

Um elemento que não fica muito claro no filme, pelo menos não de modo direto, são as representações sociais de violência da PM convencional sobre o BOPE. Não há, por assim dizer, uma fala coletiva explícita sobre os homens do BOPE, apenas indícios.

Um dos indícios mais óbviros é o ódio generalizado que os PMs corruptos voltam aos homens do Batalhão de Operações Especiais. De fato, é a tropa de elite que, mais do que outras corporações, irá “estragar” os negócios dos policiais escusos. Também será o BOPE que irá matar, sem pensar duas vezes, os bandidos fardados que ajudam o crime organizado.

Por outro lado, para a PM, de modo geral, os homens do BOPE são meros “otários”, que arriscam suas vidas diariamente para combater numa guerra na qual a PM ou já se rendeu ou se aliou ao inimigo.

Sob essa perspectiva, lutar contra os traficantes afigura-se à PM convencional como uma atitude infrutífera, tola e destinada apenas a promover mudanças nos donos das bocas de pó e seus asseclas.

De uma forma mais restrita, contudo, pode-se dizer que ao PM corrupto interessa até certo ponto a guerra diária que o BOPE promove contra o tráfico, pois isso fornece razões fortes para uma maior demanda por armas e a consequente elevação de preços. Outrossim, ao armar tão bem os traficantes, alguns policiais já o fazem na torcida para que os desafetos do BOPE sejam feridos ou mortos.

Em sendo assim, podemos dizer que, mesmo não explicitadas no filme, a visão dos policiais militares sobre o BOPE é oposta à que tem dos traficantes, pois se estes significam lucros, aqueles significam problemas, interferências e com certa freqüência, prisão e morte. Logo, as representações sociais de violência mais evidentes da PM em relação ao BOPE é de inimigos que devem, tanto quanto possível, serem combatidos, mesmo que isso implique em alianças temporárias com os traficantes de drogas.

6 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DOS TRAFICANTES

6.1 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DOS TRAFICANTES SOBRE SI MESMOS

É uma tarefa complicada tentar trazer à tona o modo como os traficantes representam socialmente a violência em si próprios, seja pelo fato de a maioria ter tido, desde a infância, contato próximo com o tráfico, seja ainda pela impassibilidade que demonstram diante de atos de uma brutalidade ímpar.

Isso significa dizer que, do ponto de vista representativo social, a violência e seus muitos derivativos, parece tão interiorizada nos traficantes que estes não distinguem, pelo menos aparentemente, a natureza de suas ações. Como essa última parte da frase pode dar margem a interpretações dúbias, é conveniente tentarmos explicá-la melhor. Entenda-se: torturar, violentar, matar e outros eventos análogos são apenas parte da condição do traficante, já que não há, no filme,

qualquer questionamento dos bandidos quanto às suas ações. Na cena em que o universitário é queimado vivo no “microondas”, os traficantes riem despudoradamente, como se uma barbárie dantesca fosse algo passível de provocar hilaridade. As representações sociais de violência entremeiam por tal modo o viver e o agir dos traficantes que, ao que tudo indica, não há crise de consciência ou culpa: trata-se apenas da execução de um trabalho.

Como explica Machado (2006, p.03)

Em um primeiro olhar menos atento, podemos perceber alusões aos promotores da violência, como vítimas de um modelo de sociedade onde a matriz socioeconômica não dá oportunidade para todos”. Isso implicaria, por decorrência, em uma visão do traficante de si mesmo como alguém que promove uma espécie de “luta justa” contra a sociedade que se lhe opõe.

Do ponto de vista da TRS, fica claro que, ao conviver desde tenra idade com a violência, os traficantes ancoram e objetivam a brutalidade como algo natural, sem culpa. Aliás, torturar, aterrorizar e matar são vistos como modos de afirmação, de “macheza” e hombridade destemida. Isso é, indubitavelmente, a materialização da violência de todos os dias e faz emergir a seguinte indagação: existem condições minimamente efetivas para que esses jovens criminosos não se rendam à violência?

6.2 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DOS TRAFICANTES SOBRE O BOPE

Discorrer sobre as representações sociais de violência dos grupos de narcotraficantes presentes em Tropa de Elite sobre o BOPE só é pertinente na medida em que se busca especificar alguns dos aspectos subjacentes a tais representações, uma vez que, em seu *corpus* geral, elas podem ser intuídas por qualquer pessoa que acompanhe as sangrentas disputas entre quadrilhas rivais, os confrontos com as forças policiais, as queimas de arquivo (execução de pessoas que sabem de fatos comprometedores para seus matadores), entre outras variantes que guardam como denominador comum a barbárie e a ferocidade. Em outras palavras, somente pelo fato de muitos adentrarem ao mundo do narcotráfico e nele permanecerem, nas condições em esse submundo se mostra no Rio de Janeiro, já

se configura, per si, como uma forma de representação social de violência que foge a qualquer modo de contenção, pelo menos nos moldes da legalidade e da ordem social.

Em sendo assim, acreditamos ser despropositado discutir se as representações de violência dos traficantes sobre o BOPE são repassadas de traços que beiram a bestialidade, quando não a barbárie e a truculência extremas. O que acreditamos dever trazer à baila é a morfologia dessas representações em Tropa de Elite, ou seja, as representações segundo o olhar da câmera.

Para o traficante dos morros cariocas, o soldado do BOPE é uma ameaça sempre presente e, ainda pior, a mais letal dentre aquelas que se voltam contra o tráfico de drogas.

Representado socialmente pelos traficantes como o inimigo visceral, o Batalhão de Operações Sociais, ao mesmo tempo em que é temido pelos traficantes, se constitui em alvo de todas as ações de defesa e ataque promovidas pelos meliantes.

Em outras palavras, desde o mais poderoso traficante até o mais ínfimo membro dessa modalidade criminosa teme e odeia a tropa de elite e se prepara para combatê-la sempre tendo em mente que, se não matar ou, pelo menos, afugentar o soldado do BOPE, certamente serão mortos nos confrontos com a polícia.

Não há, pois, como falar sobre as representações sociais dos traficantes dos morros cariocas, sem que elas estejam associadas a um ódio profundo e a um temor igualmente arraigado, uma vez que o BOPE é a face mais recorrente e visível da morte para os narcotraficantes. A ancoragem e a objetivação, nesse caso, especificamente, são reforçadas a cada novo confronto, criando núcleos centrais tão fixos e rígidos que, a menos que a tropa de elite pare de matar traficantes, não poderão ser alterados mesmo em termos mínimos.

6.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DOS TRAFICANTES SOBRE A PM

Se existe um inegável ódio dos traficantes em relação aos soldados do BOPE, representados socialmente como a face mais visível da repressão policial,

com a Polícia Militar do Rio de Janeiro mostrada no filme as relações parecem ser ambíguas e ditadas pelas circunstâncias.

Em outras palavras, se em um dado momento a PM atua como “amiga” dos traficantes, vendendo armas ou “aliviando” uma apreensão de drogas e/ou armas, em outro momento essa mesma polícia encarna o inimigo, com todas as nuances e vicissitudes que isso implica.

Assim sendo, não se pode falar de representações sociais estanques de violência dos traficantes em relação à PM, pois isso, ao que tudo indica, só ocorre em relação ao BOPE. O policial militar será representado socialmente de diferentes modos, nas diferentes situações que venham a ter lugar: tanto pode ser um aliado, como um inimigo.

Essa relação mutável entre PM e traficantes demonstra que, nas representações sociais, é possível haver a alteração dos núcleos centrais de maneira célere, ainda que dentro de um arcabouço mais amplo.

Em outras palavras, o PM representado socialmente como amigo, pode, logo em seguida, ser representado socialmente como inimigo, o que configura uma aparente contradição.

Na verdade, as representações sociais dos criminosos sobre os policiais militares não são unidireccionais, pelo contrário, encampam (e o traficante é consciente disso) tanto a possibilidade de “ter um acerto” como um conflito. Com isso, podemos verificar que representações sociais são erigidas a partir de elementos simples e concordantes, mas também sobre aspectos complexos e, aparentemente, contraditórios, sem que altere suas características essenciais.

6.4 AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DOS TRAFICANTES SOBRE OS UNIVERSITÁRIOS

A forma como os universitários são representados socialmente pelos traficantes do morro é bastante ambígua, ainda que essa ambigüidade só se revele em momentos extremos, como, por exemplo, quando Baiano se vinga nos membros da ONG que atua na favela por ter baleado mortalmente um oficial do BOPE.

Nas partes iniciais do filme podemos verificar a atuação da ONG na qual trabalha a universitária Maria e alguns de seus colegas do Curso de Direito da universidade é tolerada amistosamente pelos traficantes. Ao que tudo indica, a ONG recebe o aval e mesmo o apoio do traficante Baiano, dono do morro. A convivência entre a comunidade e os traficantes parece relativamente harmônica, tanto quanto destes com os universitários.

Esse clima de cordialidade, contudo, não impede que a violência permaneça em um estado latente, pulsante, pronta a explodir nas mais diversas direções e de modo quase sempre letal ou extremamente danoso. Um exemplo de rara eloquência é a execução do menino responsável por avisar aos traficantes sobre a chegada da polícia ao morro. Capturado pelo BOPE, o garoto, que não deve ter mais do que 12 ou 13 anos, é obrigado, sob a ameaça de uma arma apontada para seu rosto e sofrendo grande pressão psicológica, a indicar o “vapor” (indivíduo que transporta e entrega a droga), durante uma batida policial. Solto pelos soldados após a delação, a criança foge, desesperada, pelas ruelas do morro, mas não consegue escapar de um fim trágico, morta pelos traficantes pouco tempo depois (esse dado fica implícito no filme, mas a visita da mãe do fogueteiro à sede do BOPE esclarece a morte do menino).

As representações de violência dos narcotraficantes, contudo, encampam como aceitáveis quaisquer possibilidades de ação violenta, desde que elas signifiquem uma forma de manter o *status quo* ou ainda de ampliar o poder do dono do morro e de seus asseclas. Isso equivale a dizer que, do ponto de vista dos traficantes apresentados no filme, os membros da ONG só têm utilidade enquanto mostram para a comunidade que Baiano tem “consciência social” e, enquanto duram as relações amistosas, são bem recebidos e tratados.

Quando matam o oficial Neto, do BOPE, sem saber que pertencia ao batalhão, os narcotraficantes não hesitam, porém, em assassinar friamente a jovem Fernanda e queimar vivo no microondas (uma pilha de pneus colocada em volta do corpo da vítima que é encharcada de gasolina e depois incendiada) seu namorado, enquanto riem debochadamente da agonia do rapaz. Tais execuções decorrem diretamente da percepção de “justiça” de Baiano e de seus comparsas: já que foi Maria quem trouxe, sem ter conhecimento do fato, um policial para dentro da favela, nada mais “natural” do que os membros da ONG serem assassinados, pois seu “papo não foi reto”.

Ainda que não seja intenção do presente estudo emitir juízos de valores estéticos sobre o filme de José Padilha, o cineasta, acusado por muitos de apresentar uma visão política e ideológica de extrema direita, tem o mérito de não vitimizar os traficantes, antes, pelo contrário, busca mostrá-los numa dimensão que, se não é imparcial, também não peca pelo extremismo. Baiano, por exemplo, é apresentado sob uma perspectiva bastante crível, qual seja a de que deve ter sido um menino pobre sem maiores opções na vida que não virar traficante. Não se nega as pequenas tragédias por trás de um bandido, mas também não se exime o mesmo de sua responsabilidade em face da violência cometida. O filme de Padilha é, para dizer o mínimo, coerente com um posicionamento que procura (pelo menos tenta) dar a cada um seu quinhão de direitos e deveres (CARNEIRO, 2007).

O filme mostra que o mesmo garoto que conversa descontraída e amenamente com a jovem Maria, a impede de sequer ver seus amigos da ONG que, pouco depois, são sumariamente executados. Pai e marido preocupado com o bem-estar de sua família, Baiano é, também, um homem que mata ou manda matar com a mesma naturalidade com que brinca com um de seus “vapores” (estudante universitário) viciado em cocaína. Fica nítido, assim, que as representações de violência dos membros do tráfico sobre os universitários são perpassadas de visões nas quais infringir dor, sofrimento e morte aos outros é apenas uma parte do ofício, mesmo que isso permaneça oculto sob um frágil “capa” de camaradagem.

7 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DOS UNIVERSITÁRIOS

7.1 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DOS UNIVERSITÁRIOS SOBRE SI MESMOS

Grupo mais distinto em relação aos demais, o dos universitários não parece ter uma idéia clara sobre a violência a que dão lugar com suas atitudes ou ainda sobre a violência em geral.

Isso se explica pelo fato dos jovens não avaliarem o que existe por trás do cigarro de maconha que fumam sem qualquer culpa aparente e também por se acharem distantes da violência urbana de um modo geral.

Isso não significa que os universitários não manifestem representações sociais de violência, mas são visões que se diluem na aparente segurança que sua condição de elementos da classe média lhes proporciona. Apesar de serem usuários de drogas, os universitários não parecem ver os traficantes como indivíduos violentos, o que não se verifica com relação à polícia, tachada de brutal e covarde pelos jovens. A violência, em seus contornos gerais, é representada socialmente pelos universitários de um modo coadunado com sua posição social, econômica e até educacional, ou seja,

[...] é pensada como um fenômeno que acontece fora de casa, está situada na rua, não pertence ao grupo no qual os jovens estão incluídos. Dessa forma [...] assumem determinadas estratégias para lidar com a violência que estão relacionadas com a representação de “casa” como um lugar seguro, assim como com a idéia de que o sujeito se encontra mais seguro em um grupo, seja este um grupo de amigos ou a própria família (SANTOS, 2007, p. 04).

Assim sendo, podemos afirmar que as representações sociais dos universitários sobre a violência em relação a si próprios decorre mais de uma revolta aparente contra a polícia e suas ações (mesmo quando essas ações são legítimas, como na apreensão de drogas com os estudantes em uma viagem), do que de uma perspectiva clara, tangível. De certa forma, pode-se dizer que os jovens retratados no filme possuem uma inconsciência coletiva do que é ou pode ser a violência em seu meio. Pelo menos até que a violência atinja membros do seu grupo de maneira brutal.

7.2 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DOS UNIVERSITÁRIOS SOBRE A POLÍCIA

No filme *Tropa de Elite* se verificam algumas cenas que geraram uma polêmica considerável, dentre as quais se pode destacar a visão que é manifestada pelos jovens universitários sobre a polícia e sua atuação.

De fato, as representações de violência atinentes aos jovens usuários de drogas de classe média alta no filme, demanda a necessidade de tecermos algumas ilações, pois ao contrário dos outros grupos focalizados na película, neste as visões e percepções diluem-se em determinados posicionamentos nem sempre muito claros.

Elemento significativo nesse percurso de análise, a visão manifesta pelos universitários quanto à atuação da polícia é bastante esclarecedora. Conforme se vê no debate promovido na faculdade a propósito da obra de Foucault, “Vigiar e punir”, os jovens creditam às forças policiais epítetos como covardes, agressoras contumazes e criminalizadoras da pobreza (atiram primeiro e perguntam depois). Em uma cena, Maria e Fernanda, usuárias “sociais” de maconha, reclamam da agressividade da polícia ao parar, em uma batida, o carro no qual estavam as estudantes.

De modo geral, as percepções sobre violência do grupo recaem, de forma exclusiva, sobre a polícia, não sobre os traficantes. O policial representa a face mais violenta da sociedade, seja por atuar de forma brutal junto aos pobres, seja porque se colocam em posição repressora em relação ao grupo universitário que faz uso regular de drogas.

Evidentemente, os personagens do filme que compõem o grupo da faculdade de Direito somente podem ver aquilo que seus olhos enxergam, ou seja, que a polícia é violenta e que as ações policiais atingem até mesmo pessoas “inocentes”, como ocorre com membros do próprio grupo.

Tais representações sociais de violência decorrem, pois, da estreiteza do ambiente no qual os universitários se inserem, o que os impede de representar socialmente a violência em uma base ampla, mas tão somente de uma perspectiva na qual não entram questionamentos mais profundos.

Essas considerações poderiam ser tidas como óbvias, mas cumpre lembrar que se tratam de jovens que cursam uma das melhores faculdades de Direito do país, o que, em tese, deveria ser o veículo para a ampliação da visão social da violência dos estudantes, o que só acontece quando membros da comunidade estudantil são brutalmente assassinados.

7.3 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DE VIOLÊNCIA DOS UNIVERSITÁRIOS SOBRE OS TRAFICANTES

Se para os universitários a polícia significa repressão, violência física e psicológica, atos covardes e brutais, os traficantes se constituem o reverso da moeda, isto é, trata-se de um grupo amigável, do qual os jovens aparentemente nada tem a temer.

Tal atitude francamente parcial e mesmo suspeitosa, ainda que não inverídica no tocante às ações da polícia como já frisamos, se explica somente quando notamos as relações próximas e/ou indiretas entre esses jovens e os traficantes. Para os membros da ONG, os componentes do “movimento” são amigáveis, camaradas e até hospitaleiros. Para os usuários de drogas, o traficante é o indivíduo que disponibiliza, a preços módicos (na visão de um membro da dasse média alta, obviamente), uma fonte de prazer, seja esta na forma de um “bequizinho” (cigarro de maconha) ou de uma “trilha” (carreira de cocaína batida própria para ser sugada através do nariz). Por que, então, considerar o traficante um ser abjeto, violento e imoral?

Da mesma forma, não parece visível aos universitários que seu “pequeno” vício é um fator considerável na alimentação do tráfico e, por extensão, das atrocidades cometidas pelos marginais e, ainda, da sangrenta repressão policial. Para os jovens do filme, violência é a marca da polícia, do Estado que reprime pobres e indefesos favelados, nunca algo que é fomentado e mantido, também, pelo uso de tóxicos.

É óbvio que se tratam de representações sociais de violência perpassadas de hipocrisia e auto-indulgência, mas o aspecto mais relevante não é este e sim o quanto pode ser promíscua a relação entre grupos sócio-econômicos tão distintos entre si e, ao mesmo tempo, tão irmanados na perpetuação de um processo extremamente nocivo e violento.

Isso se explica de modo bastante preciso com a idéia de ancoragem e objetivação. Tome-se como ponto de partida um jovem que queira experimentar drogas ou dar continuidade ao seu uso. Para ele, não há nada de mau em seu comportamento e caso haja, certamente será um mau auto-dirigido.

Dentro dessa concepção, que é compartilhada pelos membros do grupo imediato que também faz uso de drogas, fumar maconha ou cheirar cocaína são apenas “pequenos” vícios sociais supridos por um cara “boa praça”: o traficante. Tem-se, desse modo, um senso comum sobre o traficante como o cara que promove a ligação entre um desejo e sua realização. Logo, por que tê-lo em má conta?

Totalmente contrários à ação policial, os jovens universitários se crêem simples expectadores de uma guerra contínua na qual não tem nenhuma participação, pois apenas consomem alguma droga esporadicamente.

Não parece estar presente em suas percepções sociais de membros das classes mais favorecidas que o dinheiro pago por um “baseado” ou uma “parada” é a mola-mestra de um sistema que se sustenta do medo e da violência, que a aquisição de narcóticos para consumo próprio e dos amigos é uma forma direta de fomento à brutalidade, à violência e à morte.

Uma tal inconsciência, quando trazida à tona e vindo de quem vem, não poderia deixar de captar e canalizar críticas acerbas para o filme de José Padilha, mas, por mais raivosas que sejam essas críticas, a essência do fato não se altera: ao comprar drogas, os universitários financiam a violência, por mais que isso esteja longe de suas representações sobre violência dos traficantes.

8 MARCADORES DAS REPRESENTAÇÕES DE VIOLENCIA

Dentre as disciplinas próximas da Teoria das Representações Sociais, a Teoria dos Núcleos Centrais é, ao lado da própria Sociologia, uma das que maiores afinidades apresenta, podendo, inclusive, servir de contributo teórico ao exame das representações sociais de violência em *Tropa de Elite*, mediante a escolha e análise de elementos nucleares capazes de cristalizar, em sua simbologia, recortes de um momento-lugar representacional. Com isso, objetivamos trazer à tona alguns aspectos que, mesmo passíveis de interpretação diversa, atuam como marcos sinalizadores do senso comum imperante no grupo.

8.1 O LUGAR DO SÍMBOLO NOS GRUPOS SOCIAIS – O BOPE

A presença do simbólico, isto é, daquilo que é convencionalmente criado, aceito e respeitado (núcleos centrais de representações sociais) nos mais diversos grupos sociais e a capacidade do símbolo de reunir em si a visão e a representação, bem como a metáfora coletiva de um momento-lugar não pode ser negada em qualquer sociedade que se tome para análise.

De fato, há um espaço dotado de sentido que media a relação do homem com seu contexto imediato, assim como com seus pares, o que empresta significação coletiva aos sentidos atribuídos em situações experenciais.

Se posicionarmos essa abordagem sob uma perspectiva mais simples e, quiçá, prática, não teremos dificuldade para verificar que a atribuição de significações a determinados símbolos é uma atividade perpassada de um dado experencial concreto que não pertence exclusivamente à esfera individual, antes, mescla-se por tal modo com o social que é condição *sine qua non* para uma simbologia existir a sua compreensão societária.

Do mesmo modo, o indivíduo, em sua complexa mescla de ser social e uno, somente se apodera da visão simbólica em uma base cognoscente ou, por outro viés, o lugar do símbolo (entendido aqui, frisamos, como núcleo central de representações sociais específicas) é na movediça faixa de compreensão que encampa o eu e o outro. Para Fávero (2005, p.19)

é justamente por meio da compreensão da atividade mediada, que supõe, portanto, um sujeito ativo, que recuperamos o sujeito cognoscente, [...] isto é, o sujeito que constrói (...). Admitir que a atividade humana é mediada não é, no entanto, algo trivial, uma vez que [...] a mediação pressupõe que nunca estamos livres das dificuldades impostas pelos instrumentos culturais ou como preferimos, impostas pelos seus significados implícitos ou explícitos. No nosso entender é a mudança nesses significados, que altera [...] a organização dos instrumentos culturais, o que altera, por sua vez, o próprio sentido da dificuldade.

De modo mais específico, o símbolo é apre(e)ndido em uma esfera cognoscível que, por ser social e também convencional, dá ao indivíduo parte da compreensão do objeto, mas o coloca, de pronto, como dependente de uma visão

que não é somente sua, mas consagrada em uma perspectiva social, logo, compreender e significar o símbolo é integrar-se ao grupo.

Para que possa situar-se de uma maneira consciente, seja de si, seja da realidade que o circunda, cabe ao indivíduo apoiar-se em referentes espaciais e temporais que o permitam entender-se como um ser dotado desta ou daquela condição face ao mundo no qual se situa. É um processo contínuo, sem o qual aspectos como crenças, valores, princípios, ideologias e outros que tais seriam virtualmente impossíveis.

a vida consciente humana, isto é, a vida da cultura, também demanda uma estrutura espaço-temporal especial para que a cultura organize a si mesma na forma de um espaço e um tempo, sem o que ela não pode existir. Ora, isso é o mesmo que dizer, como Moscovici (1988) que “as representações sociais que modelam nossas relações com a sociedade, são, ao mesmo tempo, um componente da organização social” (...) (FAVERO, 2005, p.20).

Temos, como decorrência direta dessas concepções, que a simbolização, isto é, a atribuição de sentidos e significados aos objetos, pessoas, instituições e outros, é parte da organização social, posto que serão sociais as representações simbólicas daí advindas.

Assim sendo e em que pese a necessidade de uma certa cautela para não incorrermos em uma abordagem absolutista ou exclusivista, é possível, para além das limitações inerentes aos símbolos enquanto detentores de um valor social que forma ao mesmo tempo em que faz parte do social, arrolarmos algumas categorias como emblemáticas e mesmo explicativas das representações de violência em Tropa de Elite. Note-se que tais símbolos não podem ser quaisquer, mas tão somente aqueles que integram núcleos representacionais, como se vê a seguir:

A) Faca na caveira - o símbolo do BOPE

Individualmente, a faca na caveira é o símbolo mais eloquente do BOPE. Condensa em si não apenas uma crença basilar, qual seja a do crime como a face mais recorrente da morte, com a decorrente necessidade de os homens do BOPE “matarem a morte”, mas também serve como alvo a ser atingido, mote de ação e elemento de reafirmação do *status*, separadamente e, também, concomitantemente.

Como praticamente todos os símbolos, a faca na caveira não guarda um valor em si, a priori, mas sim condensa as crenças e percepções de um grupo; mais

especificamente, é a forma como é visto que determina seu valor, que é, por conta disso, extrínseco. Assim, o símbolo é constituinte de um significado no exato momento em que é observado como fonte de significação.

Em termos mais simples, poderíamos dizer que a significação da faca na caveira será tanto mais eloquente quanto mais eloquentes forem os mecanismos que levarem o soldado do BOPE a visualizá-la em sua vertente mais significativa (termo usado aqui não em sua acepção de importância, mas sim capaz de produzir significados).

É óbvio que o valor simbólico da gravura não será o mesmo, sempre, para o membro do BOPE. Ao longo de seu contato com o símbolo – da entrada no curso até à ação diária como membro da tropa -, o sujeito irá promover "uma transformação de estado, operada pelo fazer transformador de um sujeito que age sobre o mundo em busca de determinados valores investidos no objeto" (BARROS, 1995, p.85). A significação da faca na caveira, obviamente, sofre mudanças de acordo com o olhar que a vê e a interpreta, o que torna o símbolo eloquente como transmissor de idéias e concepções diversas, mas sempre de acordo com o observador, nunca como algo que detém em si valores definidos. Como explica Eco (1980, p.60)

Esta contínua circularidade é a condição normal da significação, e é isto que permite o uso comunicativo dos signos para referir-se a coisas. Refutar como teoricamente insatisfatória essa situação significa apenas que não se compreendeu qual seja o modo humano de significar, o mecanismo através do qual se fazem a história e a cultura, o modo mesmo pelo qual, definindo-se o mundo, se atua sobre ele, transformando-o.

De certo modo, o símbolo principal do BOPE constitui-se, emblematicamente, não somente em uma maneira de perceber o universo de atuação da corporação e de seus agentes, mas sim como um verdadeiro modo de vida. Ser do BOPE é ser, na maioria das vezes, um policial em tempo e de maneira integral, o que não significa, como se vê no personagem Capitão Nascimento, que o soldado não tenha uma vida social, familiar e até mesmo religiosa, mas sim que o imperativo maior de sua vida estará, via de regra, no símbolo da adaga atravessando o crânio esquelético – é o que orienta sua existência. Grosso modo, podemos afirmar que o

símbolo é um elemento adequado para evidenciar que o conjunto de objetos denotados por um grupo de índices que se lhe associam.

Um símbolo não indica uma coisa em particular, denota um gênero de representação social, pois é seu núcleo central. Assim, a faca na caveira coloca em evidência um gênero coisificado, tornado concreto e intelegrável por aqueles que o vêem sob uma determinada ótica, como é o caso dos soldados do BOPE, de um lado, e os traficantes de drogas, de outro. Evidentemente, no caso do segundo grupo é uma visão absolutamente diversa daquela manifestada pelo BOPE.

B) A farda preta

Um outro elemento que serve para compor a simbologia do BOPE de modo bastante intensivo é a farda preta. Isso, é claro, não é um fator aleatório. O preto, no mundo ocidental, é associado ao luto, à morte e ao sofrimento. Do mesmo modo, o negro (a cor, não a pessoa) faz ecoar um medo ancestral do homem: o da noite e das trevas que nela têm existência. Assim, a vestimenta do BOPE não foi adotada apenas como um fator de diferenciação da tropa em relação à PM, mas sim como um algo que, aos poucos, adquire um *status* que corrobora e reafirma, de modo contínuo, a identidade do soldado de elite. Em diversos momentos do filme de José Padilha são claramente verificáveis a simbologia e a significância do fardamento, especialmente na fala do Capitão Nascimento, no início do filme, quando diz que, na prática, o BOPE é algo totalmente diferente da PM. Como explica Fávero (2000, p.20)

Um signo pode ser definido como um meio para a comunicação de uma Forma. [...] Como um meio, o Signo está em uma relação essencialmente triádica com o Objeto que o determina e com o Interpretante que ele determina. Aquilo que é comunicado a partir do Objeto através do Signo, para o Interpretante, é uma Forma; vale dizer, não é nada como um existente, mas é um poder, é o fato que alguma coisa aconteceria sob certas condições.

Tendo presente essas afirmações, podemos dizer que a farda preta, em si, não representa, hierarquicamente, nenhum tipo de valor específico. Para ser compreendida como elemento diferenciador e, ao mesmo tempo, formador de uma identidade coletiva e especial, ela, como aquilo que é, precisa estar em relação com sua condição de objeto e, ainda, ser enfocada de um prisma emanado do

interpretante, ou, no caso presente, do próprio soldado do BOPE. Assim, a farda preta é um fator que, mesmo tendo existência real e factual, não traz em si nenhuma qualidade a priori: é preciso que ela esteja sendo utilizada pelo policial do Batalhão de Operações Especiais para que ganhe a sua “respeitabilidade” simbólica e ancestral, como já mencionamos. Trata-se, pois, de um exemplo assaz eloquente de valor representativo social.

C) As canções

Outro marcador de grande significância apresentado no filme são as canções dos soldados do BOPE e, ainda, as canções que eles costumam ouvir. Mais do que apenas demarcar um campo de sentido, essas canções prestam-se, em última análise, como elemento definidor da tropa de elite, de sua visão particularizada de violência e de morte. Tome-se como exemplo os versos de marcha (são cantados durante exercícios militares) a seguir: “Homem de preto, o que é que você faz? Faço coisas que assustam Satanás” ou ainda: “Homem de preto, qual é sua missão? É entrar pela favela e deixar corpo no chão”. Essas duas pequenas estrofes são, per si, extremamente elucidativas da forma como o soldado do BOPE simboliza a violência. Mais do que apenas marcar, de maneira sincopada, cansativos exercícios, essas canções retratam o homem do BOPE e, paralelamente, reafirmam sua missão e sua identidade: praticar coisas assustadoras (tortura, inclusive) e levar a morte aos inimigos.

Outra música ouvida frequentemente pelos soldados é a que compõe a trilha sonora do filme, cujos versos principais são “Tropa de elite, osso duro de roer, pega um, pega geral, também vai pegar você” numa alusão ao alto grau de letalidade das ações do BOPE.

Em uma análise superficial e desatenta poderia ser argumentado que canções “guerreiras” seguem mais ou menos o mesmo padrão, não se constituindo em exclusividade da tropa de elite da PM carioca. Realmente, isso ocorre em tropas absolutamente distintas, como os boinas verdes do Exército Britânico ou com os soldados do Grupo de Operações na Selva, na região amazônica brasileira. O valor simbólico dessas canções, contudo, não pode ser relegado a segundo plano, pelo contrário, tais canções atuam como uma espécie de fator de reafirmação identitária. Como explica Jeudy (1990, p.19)

A memória não deixa de brincar com a identidade, embora mantenha um pacto com ela. Para quem quer que seja, o interesse conferido à lembrança só se torna princípio de satisfação na confusão das evocações nesse emaranhado que chama outras lembranças, ainda que a busca da verdade ou da autenticidade seja a sua finalidade aparente.

Em outras palavras, um dos papéis das canções é “relembrar” ao soldado do BOPE quem é ele, qual a sua missão e como deve se portar. É claro que apenas simples versos não conseguiriam isso sem o intenso e contínuo trabalho de construção da identidade coletiva já mencionado, mas parece bastante claro que o cantar guerreiro atue de modo a manter o policial dentro do “cercado” que contém suas representações sociais.

De maneira geral, as canções do BOPE, se apresentadas a terceiros, pouco significarão em comum com a interpretação dadas a elas pelos policiais. De outro modo, versos que poderiam até ser considerados bizarros em outros contextos, fazem todo o sentido dentro de uma corporação na qual praticar torturas e formas bárbaras de comportamento são comuns.

Da mesma forma, “deixar corpo no chão” não é apenas uma figura de linguagem, mas sim um fato concreto. Assim, de sua condição de interpretante, o soldado de elite comprehende as letras em uma perspectiva muito mais intensa, simbólica e, do ponto de vista de sua identidade, como a reafirmação da mesma, como algo pleno de significação.

9 O RIO DE JANEIRO CONTINUA LINDO?

O título deste tópico alude a uma canção do cantor carioca Jorge Ben Jor na qual enaltece as muitas belezas naturais da capital do Estado do Rio de Janeiro. Pareceu-nos pertinente, assim, indagar se o Rio continua lindo. Não, é claro, em função de suas inúmeras atrações turísticas e natural formosura, mas sim do ponto de vista social, mais precisamente da segurança pessoal. Aliás, este estudo não poderia ser considerado completo se não trouxesse a lume algumas considerações sobre a presença, na vida real, dos homens de preto, dos traficantes de drogas, da PM convencional e de alguns universitários retratados no filme de José Padilha.

Trata-se, contudo, de uma tarefa arriscada, pois transpor dados, informações e comportamentos de uma obra de arte para a realidade seria uma atitude infantil e de uma ingenuidade incompatível com a seriedade impressa à presente pesquisa. Por outro lado, omitir-se em relação à atuação do Batalhão de Operações Especiais atualmente na cidade do Rio de Janeiro, seria uma atitude negligente, seja pelo fato do filme dar azo a essa iniciativa, seja ainda pelas inúmeras implicações que envolvem o BOPE em suas incursões reais nas favelas cariocas.

Feitas essas considerações, temos que perguntar, inicialmente, que cidade precisa de um grupo de matadores altamente treinados para lidar com as poderosas quadrilhas de traficantes de drogas? Que cidade necessita, no espaço de 10 anos (1997-2007), quadruplicar o número de agentes da tropa de elite da PM? Por fim, cabe indagar qual a razão de os homens do BOPE, hoje, serem treinados de maneira ainda mais rígida que no passado e, muito mais preocupante, disporem de um arsenal tão letal que as chances de sobrevida de alguém baleado pelos homens da tropa não passam de 10%?

São indagações pertinentes não apenas por aquilo que deixam entrever na segurança pública carioca, mas também pela visão dos administradores públicos (o governador Sérgio Cabral e seus antecessores imediatos).

Em outras palavras (e fizemos questão de frisar isso várias vezes no decorrer desta pesquisa), se o filme de José Padilha não pode, sem que se incorra em injustiça, ser taxado de fascista, o mesmo não se pode dizer das políticas públicas de segurança adotadas no Estado do Rio de Janeiro, posto que são frutos diretos das concepções de seus gestores. Fica cada vez mais evidente, se tomarmos a época que o filme retrata como ponto de partida e chegar até nossos dias, que o principal veículo de enfrentamento dos traficantes alojados nos morros cariocas e também em outras situações de maior periculosidade é o BOPE e, ao optar por manter e aumentar o efetivo desse grupo, está-se, na verdade, optando pela violência e pelo assassinio como políticas de estado, ainda que não oficialmente.

Conquanto possa parecer, em um primeiro momento, uma asserção um tanto precipitada ou mesmo destituída de elementos comprobatórios, a associação entre o Estado e a violência como forma última de ação é comprovada por números, circunstâncias e resultados que parecem apontar para o fascismo como concepção ideológica mantenedora do BOPE.

Como mencionado anteriormente, Estados democráticos e amparados pela legalidade não implicam, obrigatoriamente, na ausência automática de práticas, concepções e formas de ação totalmente incompatíveis com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, com a legalidade e a justiça em sua forma mais estatutária e judicial. De fato, com certa freqüência, tais Estados podem abrigar formas de pensamento e ação cuja matriz ideológica situa-se no lado oposto ao da democracia.

Tome-se como exemplo dessas afirmativas o seguinte conjunto de dados: entre 1997 e 2006, o BOPE foi responsável direto por cerca de centenas de mortes, ao passo que apenas um único soldado da tropa de elite veio a falecer em combate. Parece claro, assim, que a tropa é voltada para o extermínio dos seus rivais, ao passo que, graças aos recursos de que dispõe, é quase inatingível pelos traficantes.

Separadamente, esses dados não chegam a ser tão estarrecedores, até porque a Rota, a temida tropa de elite de São Paulo, possui números bem mais expressivos, que ultrapassam mais de 6 mil mortos desde seus primórdios, segundo o repórter Caco Barcelos, em seu famoso livro “Rota 66” (1992). O aspecto mais preocupante é a formação, a visão e a atuação do BOPE, para quem matar não é apenas um verbo, e sim um signo dotado de um simbolismo particular e altamente poderoso.

Poderia ser argumentado, como é bem provável que ocorra realmente, que o BOPE, para parafrasearmos a fala do capitão Nascimento, é a última linha de defesa contra o exército de traficantes. O problema é que esse argumento assume duas posições inadequadas: a primeira dá a entender que a única forma de lidar com o tráfico é matando seus articuladores; a segunda é a aparente convicção de que toda tropa de elite precisa promover ações letais para ser considerada eficiente.

Tentamos demonstrar ao longo desta pesquisa que representações sociais de violência como aquelas apresentadas pelos homens do BOPE, se levam a uma eficiência inegável no confronto com os traficantes, por outro lado parecem alijar do senso comum sobre a violência na tropa quaisquer outras possibilidades de ação/intervenção que não sejam repassadas de brutalidade. Uma vez ancoradas e objetivadas, tais representações tornam-se, em seus elementos nucleares, tão poderosas que mudá-las afigura-se como algo extremamente difícil, ainda que não impossível.

Tratam-se, pois, de visões equivocadas, como bem o demonstram exemplos célebres como a “Lei de tolerância zero” implantada pelo então prefeito de Nova Iorque, Rodolfo Giulliani, no início dos anos 90. Em poucos anos, a criminalidade foi reduzida a patamares bastante baixos logo após a implantação de um sistema de segurança pública que intervinha até mesmo em discussões mais acirradas de vizinhos, por exemplo. Nada era considerado ínfimo demais para deixar de receber a atenção das autoridades. O resultado é que, hoje, caminhar no outrora aterrorizante Central Park, é um programa de famílias, casais de namorados e pessoas idosas, cenário muito distante do que inspirou os versos do cantor Nick Stracker “A walk in the park, a trip in the dark”. Um outro exemplo, bem mais próximo da realidade carioca, é o de Bogotá, na Colômbia, considerada a capital da cocaína. Apesar da corrupção policial, do poder dos barões cocaleiros e da imensa estrutura de apoio ao tráfico, a violência na cidade foi reduzida em mais de 70% nos últimos dez anos, inclusive com a ação de tropas de elite, não tão ferozes quanto o BOPE, mas igualmente eficientes, graças às políticas que buscavam atingir a origem, não as consequências apenas, dos crimes.

Um outro aspecto que não pode ser deixado de lado são as consequências diretas da violência do BOPE sobre os traficantes. Como o batalhão raramente faz prisioneiros, concentrando-se em matar tantos traficantes quanto possível, os meliantes adotam uma postura de enfrentamento impiedoso. Em outras palavras, se sabem que vão morrer de um jeito ou de outro, só resta aos traficantes vender sua vida o mais caro possível, tornando as subidas ao morro combates tão acirrados quanto os de uma guerra urbana, como se vê no Iraque atualmente.

Outrossim, as incursões quase que diárias do BOPE tem feito surgir um tipo de traficante cada vez mais perigoso. Ao terem suas vidas sob risco potencial de morte, os marginais não apenas aprendem certas táticas do inimigo, como também buscam formas de oferecer maior resistência, o que pode ser obtido com treinamento de tiro, táticas de guerrilha (os labirintos da favela ajudam muito nesse tipo de ação), elementos logísticos mais eficientes (melhoria das comunicações, meios de proteção melhores) e estratégia mais eficaz (distribuição de homens em pontos estratégicos, formação de pelotões de patrulha e confronto coordenados por um comando central, além da adoção de comportamentos próprios de exércitos regulares, como cobertura por artilharia pesada, inclusive com as temidas metralhadoras ponto cinqüenta, uso de uma espécie de infantaria de guarda, cuja

missão é segurar o BOPE o maior tempo possível nas partes baixas das favelas, etc.).

É óbvio que, do ponto de vista das representações sociais dos traficantes sobre a violência, tratam-se de movimentos e iniciativas perfeitamente coadunadas com seu cotidiano. O BOPE é o principal “alemão” (inimigo externo) a ser confrontado e pensa-se na prática da violência como o único recurso possível (talvez, nesse caso especificamente, seja mesmo) de garantir o *status quo*. Ainda mais grave do que isso, porém, é o fato de que, ao crescer em um lugar assim, os futuros traficantes terão representações partilhadas de violência tais que assassinato será apenas uma obrigação do “ofício” e a tortura um meio legitimo de alcançar vários objetivos. É, pois, o fato gerador de uma situação na qual o homem passa a ser, sem qualquer sinal visível de questionamento, predador do próprio homem.

Seria injusto, não obstante, nesse cenário, dizer que o tráfico aumentou sua força bélica e seu poder de ação única e exclusivamente por conta do BOPE, já que a Polícia Civil, a PM e até o Exército (não se sabe bem o porquê deste último promover ações nas favelas) também sobem o morro. É inegável, contudo, que as ações altamente eficientes do BOPE têm gerado uma contrapartida no aumento da eficiência combativa dos grupos de traficantes, até mesmo pelo instinto mais básico, o da sobrevivência.

Apesar desses senões, nada parece indicar uma mudança de rumo na tropa de elite da Polícia Militar carioca. Tome-se como exemplo dessa afirmação o fato de que, após 1997 (época enfocada pelo filme), o BOPE passou de um efetivo de 100 para 400 homens (dados de 2007); incorporou o temido “caveirão”, veículo de combate extremamente letal com espaço para 10 atiradores e motorista; intensificou o treinamento de tal modo que somente indivíduos dotados de excepcional resistência física e força de vontade sejam capazes de permanecer no curso (um dos exercícios consiste em cavalgar 8 horas, em pelo, em um cavalo, o que provoca o esfolamento profundo da pele das nádegas e do interior das coxas. Logo em seguida, para evitar inflamações, o infeliz candidato deve sentar-se em uma bacia de salmoura, o que provoca dores tão lancinantes que a grande maioria desmaia); treina os soldados em combates corpo-a-corpo diários (o que os candidatos não sabem é que os oponentes são lutadores de vale-tudo – os resultados de uma “aula” dessas podem ser facilmente imaginados); e adquiriu material bélico com poder de fogo muito maior do que o mostrado no filme, inclusive o temido fuzil AK-47, fuzil

Para-fal, fuzil Colt M-16 (arma usada pelos norte-americanos na Guerra do Vietnã) e a arma padrão, o fuzil Colt M4A1, dentre vários outros artefatos bélicos.

Partindo dessas considerações, acreditamos poder afirmar que a atuação do BOPE, em seus moldes atuais, gera um inegável círculo vicioso: quanto maior for a violência empregada, maior será a reação dos criminosos. Em outras palavras, o remédio aparenta estar causando mais danos do que a doença que busca combater.

Não se trata aqui de encontrar pontos de concordância com a ideologia burra que vitimiza o bandido, associando-o a um destino do qual não pode fugir (isso é especialmente visível em algumas obras neonaturalistas atuais, como *Cidade de Deus*, *Carandiru*, além dos discursos de membros de ONG's, partidos de esquerda, etc.), pelo contrário, o fato de alguém ter sofrido na infância e/ou na adolescência não justifica, sob qualquer ângulo, a prática do crime. O que deve ser devidamente sopesado é até que ponto uma polícia nos moldes do BOPE está, de fato, contribuindo para diminuir a violência ou, como é cada vez mais evidente, se o *modus operandi* dos soldados de elite não se torna, ao cabo, em um fator de fomento daquilo que deseja combater.

Um outro dado que não poderia deixar de ser discutido é o estado no qual se encontra a Polícia Militar carioca. Com um efetivo de cerca de 40 mil homens, seu poder de ação é tolhido por fatores apontados no filme, tais como treinamento deficiente, armamento sem o poder de fogo necessário e, principalmente, pela corrupção que impera em suas fileiras. Como se vê no filme, para os policiais, achacar, corromper, furtar, explorar e muitas outras formas de violência são “apêndices” absolutamente normais na profissão, ou seja, são representações sociais que longe de verem na polícia um agente de combate ao crime, concebe as mais diversas formas de violência como meio para obter benefícios próprios, em que pese o fato de tal conduta acarretar aumento da criminalidade ou outros danos à população e, por vezes, à própria polícia. A situação é ainda mais grave se levarmos em conta que as autoridades e mesmo corregedoria da PM sabem perfeitamente o que ocorre na corporação sem que isso implique em uma “limpeza” profunda dos quadros da Polícia Militar. Sem ousarmos dizer que se trata de conivência, podemos aventar, todavia, que as representações sociais de violência policial dos mandatários em questão coadunam-se com uma visão coletiva de desânimo, de inércia e/ou também de uma forma de pensar que se assemelhe ao “não há nada que possa ser feito mesmo” que não o uso da tropa de elite.

Por fim e não menos polêmica é a visão que Padilha apresenta em relação aos universitários de classe média alta, no filme. Diferentemente de outros filmes que versam sobre a violência e criminalidade no Brasil, Tropa de Elite atinge um ponto nevrálgico ao mostrar as representações sociais de violência dos jovens dotados de poder aquisitivo elevado e, em especial, a sua relação promíscua e “ingênua” para com o tráfico. No grupo mostrado no filme, as representações sociais de violência encampam a brutalidade da polícia, a criminalização da pobreza (são jovens dotados de “consciência social”, afinal de contas) e... nada mais. Não fazem parte dessas representações a idéia de que, ao usar maconha, cocaína e outras drogas, tais jovens estão financiando o crime, a violência e a brutalidade dos morros e de boa parte da violência da cidade em que vivem.

A cena na qual os rapazes e moças fumam maconha de uma forma evidentemente prazerosa é tão acintosa no aspecto representativo social quanto sua aparente ausência de culpa. Não importa, como diz o Capitão Nascimento, quantas crianças morram para que os jovens possam fumar um “baseado”. O “tapa na cara” que Padilha dá na sociedade, especialmente em seus estratos mais elevados, é urdido a partir dessa representação social dos universitários do filme de que, apenas por usar drogas, não contribuem para a violência de modo algum; antes, pelo contrário, em seu senso comum auto-indulgente, sentem-se no direito de criticar acerbamente a polícia. Dos traficantes nada se diz de mal ou, quando muito, que são vítimas da pobreza, o que leva, inclusive, à criação e manutenção da ONG em pleno morro. Se somarmos todos os elementos inseridos nesta discussão, poderemos ter, em uma simplificação assaz grosseira, o seguinte quadro: de um lado representações sociais de violência como meio e fim de ação (BOPE e traficantes); de outro, representações sociais de violência que ancoram e objetivam como legítimos quaisquer formas de ação, desde que redundem em benefícios (PM convencional); de um outro prisma, representações sociais de violência auto-indulgentes e recriminadoras apenas quanto à polícia, não com os traficantes (universitários); e, por fim, representações sociais de violência que veem no assassinio e na tortura dos bandidos a única forma policial efetiva de agir, o que descamba, inevitavelmente para uma concepção (senso comum, ressalte-se) fascista por parte do Estado. Definitivamente, há sobejas razões para se refletir sobre as representações sociais de violência mostradas no filme de José Padilha.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme procuramos evidenciar ao longo desta pesquisa, a violência sempre permeou, em alguma escala e/ou de algum modo, a vida social do ser humano, atingindo desde patamares mais baixos, nos quais o ato de agressão se encontra dissimulado ou diluído na fala, nos gestos ou mesmo nas não-ações, até níveis nos quais a barbárie e a brutalidade extremas são a tônica predominante.

Agente direto de coerção, de obtenção de respeito por meios rápidos, de atemorização e de conquista, a violência também tem sido, ao longo dos séculos, uma poderosa ferramenta de busca e obtenção de poder, bem como de dominação e manutenção de um determinado *status quo*.

Inicialmente ligada ao homem por razões de sobrevivência pura e simplesmente (obtenção de comida, defesa da família e da própria integridade, etc.), a violência foi se tornando um fenômeno cada vez mais complexo, à medida que os próprios agrupamentos humanos cresciam horizontal e verticalmente. Considerada como mérito em sociedades guerreiras ou baseadas nas conquistas, a violência é citada e, em várias situações, justificada em diversos textos religiosos, como a Bíblia, a Torah, o Alcorão e outros, o que parece indicar uma ligação próxima entre religião e violência, desde que a segunda seja conveniente aos propósitos da primeira.

Essa trajetória longínqua da violência nos grupos humanos deixa claro, já em uma primeira, porém criteriosa, análise, que o ato de agressão (usamos agressão como sinônimo de violência) não traz em si um valor ou mesmo uma marca que o torne mais aceite ou não, merecedor de maior mérito ou não, mais digno de elogio ou de crítica. De fato, a violência depende da sanção do grupo, das representações que os membros de um determinado lócus social apresenta quanto às consequências do ser violento.

A questão da representação social da violência mostra-se, pois, como algo basilar na compreensão de como as sociedades, menos ou mais complexas, lidam

com esse complexo fenômeno, uma vez que um mesmo ato pode ser considerado, tanto na perspectiva sincrônica (tempo-espacº atual), quanto diacrônica (linha de tempo histórica), totalmente condenável ou, ainda, complemente aceitável e mesmo digno de elogios. Um homem que matasse a mulher, acusada de adultério, na sociedade árabe do século XIX tinha direito a um pedido formal de desculpas por parte dos pais ou parentes próximos da mulher, cujo assassinio era considerado algo perfeitamente natural. O mesmo ato, na Nova Zelândia de nossos dias, renderia pelo menos 30 anos de regime prisional fechado.

Essa ambigüidade histórica e espacial em relação à violência demonstra que a Teoria das Representações Sociais, enquanto conjunto de mecanismos que visam identificar e analisar o *quantum* coletivo presente em cada indivíduo e do somatório dessas concepções individuais no exame do todo social, apresenta-se como um valioso cabedal de conhecimentos, capazes de dar conta, em um recorte espaço-temporal, de como determinados eventos, fenômenos, comportamentos e outros elementos são concebidos.

Foi a partir dessas considerações que nos propusemos a promover a recepção crítica do filme Tropa de Elite a partir das representações sociais de violência nele constatáveis, motivados não só pelo ineditismo do tema, mas também pela flagrante emergência temática subjacente não tanto ao BOPE mostrado no filme, mas sim à tropa real quatro vezes maior de nossos dias.

Os resultados alcançados pelo trabalho e o atingimento dos objetivos aos quais nos propúnhamos permitiu-nos constatar que as representações sociais de violência encontradas na obra são por tal forma coadunadas com um estado que poderíamos denominar de terrorismo psicológico, físico e material em tempo integral, que se torna difícil acreditar que uma tropa formada por verdadeiros cães de guerra seja a única resposta que pode, por ora, ser dada aos traficantes dos morros cariocas.

A brutalidade representada socialmente como rotina, a tortura, inclusive dos próprios soldados, concebida como meio legítimo de obtenção de informação e o assassinio sistemático como única medida capaz de fazer frente ao poderio dos traficantes soam como uma espécie de heresia moral, legal e policial, já que não apenas afronta o Estado de Direito como coloca esse próprio Estado na berlinda ao demonstrar que, na vida real, o BOPE é ainda mais violento do que o mostrado no filme, que seu efetivo já é quatro vezes maior, que a PM convencional,

definitivamente, se omite ou se corrompe, mas não chega a promover qualquer ação efetiva de enfrentamento dos marginais.

É óbvio que não podemos simplesmente transpor os eventos apresentados no filme para o cotidiano carioca, nem esta é, a priori, nossa intenção. O que é inegável, contudo, é que o BOPE, considerado a melhor tropa de combate urbano do mundo, não é um simples produto da fantasia criadora de um roteirista e da habilidade de direção do cineasta José Padilha, mas sim um corpo de exército que não pára de crescer, tanto em termos quantitativos, quanto qualitativos (os requisitos para fazer parte da tropa estão cada vez mais rigorosos).

As cenas nas quais as representações de violência dos policiais ficam evidentes, embora fortes, não trazem à tona a verdadeira questão que subjaz ao trabalho do BOPE, qual seja: será que treinar exaustivamente, reconfigurar identidades e legitimar (se é que esse termo é cabível) o homicídio são os únicos caminhos para a tropa de elite? Ao vermos o sofrimento dos candidatos na semana do inferno, derivado principalmente do sadismo dos instrutores e de sua visão distorcida de como formar um soldado de elite, não podemos deixar de pensar que, submerso em um ambiente de violência extrema de todas as naturezas, não se pode esperar de um integrante do BOPE algo menos do que uma atitude de cão de guerra. E, se adotarmos essa linha de raciocínio, também não somos obrigados a posicionar esse mesmo cão de guerra não mais como um ser que brutaliza, mas que também foi e é brutalizado, ou seja, mais uma vítima da violência?

Um outro evento preocupante verificado na formação identitária dos homens do BOPE é o caso de Matias, o oficial legalista que, no início do filme, acreditava na estreita ligação entre polícia, legalidade e justiça, mas, ao cabo, termina por se transformar em um novo Capitão Nascimento.

Esse tipo de transformação preocupa porque o “estoque” de oficiais impiedosos, cuja missão é, sem qualquer exagero, “entrar pela favela e deixar corpo no chão”, será sempre inextinguível enquanto o BOPE for capaz de formar indivíduos que passam a acreditar que matam, de fato, a morte. É uma aliança rigidamente formada por homens que acreditam na justiça, mas não em sua feição legalista e sim impiedosa e brutal. Por outro viés, as representações sociais de violência, criminalidade, corrupção e outras que tais presentes na PM convencional também parecem ser suficientemente poderosas para formarem outros capitães Fábio e manter a corporação no lastimável estado em que se encontra.

De uma perspectiva mais ampla, o filme Tropa de Elite faz emergir questões que, analisadas à luz das representações sociais de violência, se mostram alarmantes tanto pela sua recorrência quanto pela dimensão que apresentam.

Dito de outro modo e segmentando-se as representações sociais de violência encontradas no filme, podemos, a título de síntese, enumerar:

a) A Polícia Militar, nos moldes em que é apresentada, reúne um corpo de indivíduos cuja grande maioria vê na violência um meio legítimo de obter, através das suas funções, aquilo que de outro modo não obteriam: dinheiro, “presentes”, benesses em geral, etc. Trata-se de uma visão coletiva que não apenas distorce o papel do policial militar, como dá azo a ações criminosas e violentas de diversas naturezas, o que, no entanto, não aparenta causar preocupações aos soldados, pois se tratam de atividades devidamente ancoradas e objetivadas como “normais”. Sem emitirmos um juízo de valor sobre tais representações sociais (são componentes de uma identidade coletiva passível de valoração, mas não é isso que se enfoca neste trabalho), não podemos, contudo, deixar de refletir sobre suas implicações na vida de centenas de milhares de pessoas que, no Rio de Janeiro real, raramente tem na polícia um corpo treinado para “servir e proteger”. A facilidade com que tais representações sociais são encampadas pelos membros da PM, por outro lado, deixa patente a idéia de que muito pouco pode ser feito para se alterar esse quadro, a menos que se renovem, de modo profundo, as tropas policiais cariocas.

b) Os traficantes, pelo menos nos moldes em que se encontram organizados e atuantes no filme, parecem partilhar do mesmo tipo de senso comum de violência dos homens do BOPE, com a diferença, significativa, que seu raio de ação é consideravelmente mais amplo. De fato, enquanto para os homens do BOPE as representações de violência recaem sobre um grupo específico (os traficantes e os bandidos), do outro lado da barricada a violência não parece ter qualquer tipo de contenção, podendo atingir a polícia, os próprios traficantes, grupos rivais, etc. Para os bandidos, as representações sociais de violência se ampliam de modo a abarcar todo o universo no qual se inserem, ou seja, não há ato violento que não possa ser praticado desde que seja necessário. Tem-se, pois, uma forma representativa social de violência consideravelmente mais ampla do que as dos outros grupos mostrados no filme.

c) Os universitários e, mais precisamente, suas representações sociais de violência, se constituem em um grupo à parte porque não somente não conseguem

perceber em si próprios quaisquer resquícios de violência, como demonstram, em um senso comum amplamente disseminado, que a polícia é a única a promover a violência, que os pobres são sempre as vítimas, nunca os culpados e que os traficantes são apenas produto de um ambiente que não lhes deu outra opção que não se tornarem criminosos. Os jovens não parecem entender que cada baseado fumado ou cada carreira de cocaína cheirada pode, e muito provavelmente está, de fato, custar muito caro a alguém, em termos de violência. Criados em um ambiente distante dos meios policiais corruptos da PM convencional ou do violento cotidiano do BOPE, a polícia, para esses jovens, é apenas o resultado de manchetes de jornais ou chamadas televisivas dando conta de ações violentas, corruptas e outras que tais. Do mesmo modo, subir o morro para trabalhar numa ONG lá situada e, ao mesmo tempo, fazer uso de drogas sob os auspícios “hospitaleiros” dos traficantes dão ao senso comum imperante entre os membros desse grupo percepções que se resumem em: a polícia é violenta e covarde; os pobres são sempre vítimas; o traficante é um cara legal; e, eles nada têm a ver com a violência, pois não são violentos e nem auxiliam na promoção de atos brutais.

Quando o Capitão Nascimento afirma, sem meias palavras, que tais jovens (*playboys*) sustentam parte considerável do tráfico de drogas e da decorrente violência advinda do “movimento” (atividades de compra e venda de drogas), não o faz apenas por considerar tais pessoas alvo de sua ira, mas também porque a atitude inconseqüente daqueles que moram nos “apartamentos da zona sul” (área mais nobre do Rio de Janeiro), oriunda de suas representações sociais de violência, tem repercussão em toda a cadeia do tráfico, com as brutais ações a que já nos referimos várias vezes neste estudo.

Temos, pois, como resultado da análise das representações sociais presentes em Tropa de Elite, duas constatações essenciais: o BOPE precisa e vai continuar formando cães de guerra; e a PM convencional precisa e vai continuar formando policiais corruptos.

Do mesmo modo, os traficantes vão se armar cada vez mais para fazer frente ao considerável aumento do poder bélico do BOPE e os usuários “sociais” de drogas continuarão dando sua contribuição para a explosão de violência advinda dos confrontos entre tais grupos. O saldo dessa equação perversa será visto nas estatísticas de “homicídios em missão”.

Mais grave ainda é pensar que o Estado do Rio de Janeiro, no tocante à segurança pública, pode estar apenas repetindo a malfadada fórmula seguida por Mussolini e seus partidários na Itália dos anos 40: o exercício da violência pelo Estado como condição para a existência e manutenção deste próprio Estado. Se por um lado não se pode alçunar o filme de José Padilha de fascista (o cineasta é assumidamente um ideólogo de direita) sem sermos injustos, por outro lado seria ingenuidade não mencionar que, da forma como se acha estruturada a segurança pública carioca e do poder cada vez maior dado ao BOPE, existe um viés fascista que é compartilhado pelos responsáveis pelas políticas públicas de contenção da criminalidade no Rio de Janeiro.

Obviamente, isso é incompatível e está na contramão de um país que é (ou se acha) democrático, como o Brasil. Contudo e parafraseando o Capitão Nascimento, “quem disse que a vida é fácil?”.

É alarmante pensar que uma estrutura policial militar que custa cerca de 9 bilhões de reais aos cofres públicos do Rio de Janeiro não possa ser sanada, ainda que em parte e cumprir, mesmo com dificuldades, aquilo que dela se espera.

Do mesmo modo, não se pode conceber que, num país democrático, uma de suas mais belas e importantes cidades só tenha como última linha de defesa uma corporação composta por assassinos altamente treinados e cuja única resposta ao tráfico e a outros crimes seja uma violência frequentemente maior do que aquela que busca combater.

Não estamos, sob qualquer hipótese, advogando o fim do BOPE, apenas reiterando a necessidade da existência de uma tropa de elite que não apenas se limite a matar, mas também a prender e a não torturar. Também reiteramos a necessidade de uma Polícia Militar que não seja formada por corruptos, criminosos franca e abertamente e omissos, mas sim por um número razoável de servidores da lei.

Conquanto esse tom discursivo possa parecer excessivamente passional, não destoa do filme e do assunto que se propôs analisar, pois se algo pode ser dito com segurança em relação a Tropa de Elite é que se trata de um filme que causa impactos emocionais significativos, que não podem ser ignorados pura e simplesmente, até porque opera com aspectos de uma realidade que chega a ser surreal em alguns dos seus momentos e desdobramentos.

Assim sendo e em que pese o tom um pouco altissonante desta conclusão, acreditamos ter levado a bom termo o trabalho ao qual nos propusemos, demonstrando algumas das representações sociais de violência presentes em Tropa de Elite e, mais do que isso, evidenciando a necessidade de uma séria reflexão sobre uma cidade que, cada vez mais, precisa de cães de guerra ao seu serviço.

REFERÊNCIAS

ABRIC, J.C. A abordagem estrutural das representações sociais. In: MOREIRA, A. P. S. e OLIVEIRA, D. C. (orgs.). **Estudos interdisciplinares de Representação social**. 2. ed. Goiânia: AB editora, 2000.

_____. O estudo experimental das representações sociais. In: JODELET, D. **As representações sociais**. Rio de Janeiro: Ed UERJ, 2001.

ADORNO, Sérgio; PASINATO, Wânia. A justiça no tempo, o tempo da justiça. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 19, n. 2, nov. 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000200005](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702007000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 17 nov. 2008. doi: 10.1590/S0103-20702007000200005.

ADORNO, Theodor. **A Técnica Psicológica das Palestras Radiofônicas de Martin Luther**. São Paulo: Pioneira, 1976.

ALMEIDA, Leila Sanches de. Mãe, cuidadora e trabalhadora: as múltiplas identidades de mães que trabalham. **Rev. Dep. Psicol., UFF** [online]. 2007, vol. 19, no. 2 [citado 2008-08-26], pp. 411-422. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000200011](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-80232007000200011&lng=pt&nrm=iso)>. ISSN 0104-8023. doi: 10.1590/S0104-80232007000200011

BARCELOS, Caco. **Rota 66**. São Paulo: Record, 1992.

BARROS, D. L. P. de (1995) Sintaxe narrativa In: OLIVEIRA, A. C. e LANDOWSKI, E. **Do inteligível ao sensível**. Em torno da obra de Algirdas Julien Greimas. São Paulo, EDUC, 81-97.

BIBLIA SAGRADA. Tradução de João Ferreira de Almeida. Edição Pastoral. 4. ed. São Paulo: Paulus, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Teoria Geral da Política**: a filosofia política e as lições dos clássicos. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

BRASILIENSE, Danielle Ramos (2008). **Senso comum, memória e identidade**: as representações sociais do discurso do jornal O Globo sobre o caso “Candelária”. <http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd3/jornal/danielleramosbrasiliense.doc>

BROWN, Dee. **Enterrem meu coração na curva do rio**. 7. ed. São Paulo: Círculo do Livro, 1974.

BOSCOV, Isabela. Abaixo a mitologia da bandidagem. In: **Revista Veja** – edição 2030 – 17 de outubro de 2007.

CARNEIRO, Marcelo. A realidade, só a realidade. In: **Revista Veja** – edição 2030 – 17 de outubro de 2007.

CARDOSO, Gisele Pereira e ARRUDA, Angela. As representações sociais da soropositividade e sua relação com a observância terapêutica. **Ciênc. saúde coletiva** [online]. 2005, vol. 10, no. 1 [citado 2008-08-26], pp. 151-162. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000100022&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 1413-8123. doi: 10.1590/S1413-81232005000100022

CARONE, Iray. Fascismo on the air. **Lua Nova** , São Paulo, n. 55-56, 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452002000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 21 June 2008. doi: 10.1590/S0102-64452002000100009

CARVALHO, João Eduardo Coin de. Os grupos-nome: efeitos da substituição do imaginário pelo virtual na constituição dos grupos sociais. **Psicol. Soc.** , Belo Horizonte, v. 14, n. 1, 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822002000100003&lng=&nrm=iso>. Acesso em: 31 2008. doi: 10.1590/S0102-71822002000100003.

CHAUÍ, Marilena. Participando do debate sobre mulher e violência. In: _____. **Perspectivas antropológicas da mulher**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

CRETELLA JÚNIOR, J. **Curso de Direito Romano**. 24. ed. São Paulo: Editora Forense, 1996.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. São Paulo: Edições Paulinas, 1989.

DOISE, W. Cognições e representações sociais: a abordagem genética. In D. Jodelet (Ed.). **As representações sociais**. Rio de Janeiro: UERJ, 2001.

ECO, Umberto. **Tratado geral de semiótica**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

ESCOREL, Sarah. Exclusão social fenômeno totalitário na democracia brasileira. **Saude soc.**, São Paulo, v. 2, n. 1, 1993 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901993000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 jan. 2009. doi: 10.1590/S0104-12901993000100005.

FALEIROS, Vicente de Paula. Redes de Exploração e Abuso Sexual e redes de Proteção. CONGRESSO NACIONAL DE ASSISTENTES SOCIAIS, 9. **Anais...** Brasília: [s.n.], 1998.

FAVERO, Maria Helena. Desenvolvimento Psicológico, Mediação Semiótica e Representações Sociais: Por uma Articulação Teórica e Metodológica. In: **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Jan-Abr 2005, Vol. 21 n. 1, pp. 017-025

FORSIT, Frederic. **Cães de guerra**. 2. ed. São Paulo: Record, 2003.

GUARESCHI, Pedrinho A. "Sem dinheiro não há salvação": ancorando o bem e o mal entre neopentecostais. In: GUARESCHI, P E JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em Representações Sociais**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

GUIMARÃES, Áurea Maria. **A Dinâmica da Violência Escolar. Conflito e Ambigüidade**. Campinas: Autores Associados, 1996.

HOUAISS, Antonio at al. **Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa**. São Paulo: Objetiva, 2001.

IBAÑEZ, Tomás. Representaciones sociales teoría y método. In: _____. **Psicología social construcionista**. México: Universidade de Guadalajara, 1994. p. 153-216

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do social**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1990.

JODELET, Denise. As Representações Sociais: um domínio em expansão. In: **As representações sociais**. JODELET, Denise (org). Tradução Lílian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ. 2001.

_____. Representações do contágio e a Aids, pp. 17-45. In JODELET, Denise & MADEIRA, Maria (orgs.). **Aids e representações sociais**: à busca de sentidos. Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (EDUFRN): Natal, 1998.

LAKATOS, Eva M.; MARCONI, Marisa. A. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2000.

LIMA, Ana Paula Machado Ferraz. Considerações sobre a violência e a crueldade no discurso freudiano. In: **Estados gerais da Psicanálise**. (2007) http://www.estadosgerais.org/encontro/violencia_e_a_crueldade.shtml

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli D.A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MACHADO, Paulo Batista (coord). **Violência e criminalidade na micro-região de Senhor do Bonfim – Bahia**: mapeamento e estudo de representações sociais. Salvador: Uneb, 2006.

MARTINELLI, Maria Lúcia. Uma Abordagem Sócio Educacional. In: **O uno e o Múltiplo nas Relações entre as Áreas do Saber**. São Paulo: Cortez Editora, 1995.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004

MINAYO, M.C.S. A Violência Social sob a Perspectiva da Saúde Pública. In: **Cadernos de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, nº. 10, pp.07-18 - 1994.

MINAYO, M.C.S. (Org.) **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 13. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MIRANDA, Jorge. **Manual de Direito Constitucional**. Tomo I. 3. ed. Coimbra-Portugal: Coimbra Editora, 2000.

MOITA LOPES, L.P. da. Discursos de Identidade em sala de aula de leitura de L1: A construção da diferença. IN: SIGNORINI, I (org.) **Língua(gem) e Identidade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

MONTAGU, Ashley. **A natureza da agressividade humana**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Tradução de Pedrinho Guareschi. Petrópolis: Vozes, 2004.

NARVAZ, Martha Giudice; KOLLER, Sílvia Helena. Famílias e patriarcado: da prescrição normativa à subversão criativa. **Psicol. Soc.**, Porto Alegre, v. 18, n. 1, 2006. Disponível em:
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822006000100007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 07 Jun 2008. doi: 10.1590/S0102-71822006000100007

OLIVEIRA, Fátima O. de & WERBA, Graziela C. Representações sociais. In: STREY, Marlene N. **Psicologia social contemporânea**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 104-117.

PIMENTEL, Rodrigo; BATISTA, André; SOARES, Luiz Eduardo. **Elite da tropa**. São Paulo: Objetiva, 2006.

PORTO, Maria Stela Grossi. Crenças, valores e representações sociais da violência. **Sociologias**, Porto Alegre, n.16, July/Dec. 2006

_____. Polícia e violência: representações sociais de elites policiais do Distrito Federal. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 1, 2004 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000100016&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 24 Jun 2008. doi: 10.1590/S0102-88392004000100016

_____. A violência urbana e suas representações sociais: o caso do Distrito Federal. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

88391999000400014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 jan. 2009. doi: 10.1590/S0102-88391999000400014.

RIBEIRO, Flávia. Homens de preto. In: **Especial Vip**. Rio de Janeiro: Abril, 2007.

RICHARDSON, R.J. et al. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RISTUM, Marilena; BASTOS, Ana Cecília de Sousa. **Violência urbana: uma análise dos conceitos de professores do ensino fundamental**. Ciência & Saúde Coletiva, 9(1):225-239, 2004

SANTOS, Maria de Fátima de Souza et al. A violência, os adolescentes e suas práticas preventivas. In: **V Jornada Internacional da Terceira Conferência Brasileira sobre Representações Sociais**. Brasília: [s. n.], 2007. Disponível em www.gosites.com.br/vjirs/adm_trabalhos_ver2.asp?arq=VJIRS_0383_0428.PDF&perm=com Acesso em 10 de Janeiro de 2008.

SÁ, Celso Pereira de. **A Construção do Objeto de Pesquisa em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

SOREL, Georges. **Reflexões sobre a violência**. Tradução de Orlando dos Reis. Petrópolis: Vozes, 1993 (Clássicos do Pensamento Político).

SOUZA, Lícia Soares de. **Contribuições da semiótica de Peirce para os estudos da narrativa**. São Paulo: [s. n.], 2008.

TOMAZ, Tadeu da Silva (org.). **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

VELLASCO, Ivan de Andrade. A cultura da violência: os crimes na Comarca do Rio das Mortes - Minas Gerais Século XIX. **Tempo**, Niterói, v. 9, n. 18, 2005 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-77042005000100008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jun 2008. doi: 10.1590/S1413-77042005000100008

VELOZ, Maria Cristina Triguero; NASCIMENTO-SCHULZE, Clélia Maria; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações sociais do envelhecimento. **Psicologia Reflexão e Crítica**, Porto Alegre, UFRGS, v. 12 n. 2, 1999.

VERSIGNASSI, Alexandre; NARLOCH, Leandro; RATIER, Rodrigo. A tropa revelada. In: **Revista Superinteressante** – Ed. 245 – Nov/2007. Rio de Janeiro: Abril, 2007.

WEBER, Max. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1989.

WHERTAN, Fredric. **A marca da violência**. Tradução de Leônidas Contijo de Carvalho. São Paulo: Ibrasa, 1967.

WELLAUSEN, Saly da Silva. Terrorismo e os atentados de 11 de setembro. **Tempo soc.**, São Paulo, v. 14, n. 2, 2002 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702002000200005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 24 Jun 2008. doi: 10.1590/S0103-20702002000200005

ANEXOS

Anexo a: O símbolo do BOPE: faca na caveira



Anexo b: Nascimento, Neto e Matias na segunda fase de treinamento



Anexo c: O corrupto Capitão Fábio desistindo de integrar o BOPE



Anexo d: Elenco do filme Tropa de Elite

WAGNER MOURA	Capitão Nascimento
ANDRÉ RAMIRO	André Matias
CAIO JUNQUEIRA	Neto
MILHEM CORTAZ	Capitão Fábio
FERNANDA MACHADO	Maria
MARIA RIBEIRO	Rosane
FÁBIO LAGO	Baiano
FERNANDA DE FREITAS	Roberta
PAULO VILELA	Edu
MARCELO VALLE	Major Oliveira
MARCELLO ESCOREL	Coronel Otávio
ANDRÉ MAURO	Rodrigues
PAULO HAMILTON	Soldado Paulo
THOGUN	Cabo Tião
RAFAEL D'AVILA	Xuxa
EMERSON GOMES	Xaveco
PATRICK SANTOS	Tinho
ERICK MAXIMIANO OLIVEIRA	Marcinho
BRUNO DELIA	Capitão Azevedo
ANDRÉ SANTINHO	Tenente Renan
RICARDO SODRÉ	Cabo Bocão